

BOLETIM CULTURAL DE

amares

Nº 1



BOLETIM CULTURAL DE

amares

Nº 1

AMARES
OUTUBRO 2019



07
APRESENTAÇÃO
ISIDRO ARAÚJO

09
JORNADAS D'AMARES
CUNHA DE LEIRADELLA

29
OS TROVADORES DE AMARES:
RODRIGO EANES DE VASCONCELOS
E PERO DE ORNELAS
SÉRGIO GUIMARÃES DE SOUSA

41
IGREJA DO MOSTEIRO
DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE
300 ANOS
PAULO OLIVEIRA

69
NATUREZA E ARTE:
LOUVORES AO DIVINO NO
MOSTEIRO DE RENDUFE
ELISA LESSA

79
EXCERTOS DE UM DIÁRIO
EUGÉNIO LISBOA

85
BRAZ FERNANDES RIBAS
UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEQUEIROS E PARANHOS

91
BRAZ FERNANDES RIBAS:
ENTRE O HOMEM E O CÁVADO
VINTÉM E SAPUCAÍ
JONAS COSTA

97
DOUTOR AGOSTINHO DOMINGUES
- UM HUMANISTA QUE SOUBE
CONCILIAR A FÉ COM A RAZÃO
FERNANDO PINHEIRO

107
ENCONTRATE AMARES
FERNANDO ALMEIDA

111
ANTÓNIO VARIAÇÕES
«ENTRE BRAGA E NOVÁ IORQUE».
ENTREVISTA A MANUELA GONZAGA
POR ANABELA COSTA

119
NUNO JÚDICE, UM POETA MAIOR
SÉRGIO GUIMARÃES DE SOUSA

127
ENTREVISTA A NUNO JÚDICE
POR SÉRGIO GUIMARÃES DE SOUSA

134
UM POEMA INÉDITO
NUNO JÚDICE

136
COLABORADORES

**O sol é grande, caem c'oa calma as aves,
do tempo em tal sazão, que sói ser fria;
esta água que d'alto cai acordar-m'-ia
do sono não, mas de cuidados graves.**

**Ó cousas, todas vãs, todas mudaves,
qual é tal coração qu'em vós confia?
Passam os tempos, vai dia trás dia,
incertos muito mais que ao vento as naves.**

**Eu vira já aqui sombras, vira flores,
vi tantas águas, vi tanta verdura,
as aves todas cantavam d'amores.**

**Tudo é seco e mudo; e, de mestura,
também mudando-m' eu fiz doutras cores:
e tudo o mais renova, isto é sem cura!**

Francisco de Sá de Miranda

Aqui está o *I Boletim Cultural de Amares*. Amares é uma terra de história, e que como não pode deixar de acontecer a todas as terras com história, também por aqui se foram criando e permitindo estórias. Tudo guardamos como nosso e a tudo nos entregamos emotivamente, pois somos o produto desse passado, que ora real, ora pensado como real, nos fizeram na comunidade que somos.

O nosso património, que marca o território desde a nacionalidade; a passagem dos monges beneditinos e cistercienses, as suas marcas profundas na história de uma comunidade ciosa do seu passado; e o mais antigo santuário mariano fazem-nos orgulhosos deste berço de fé que o tempo soube acalentar e amenizar.

Da idade média ao séc. XVII, as marcas das gentes nobres, donas deste pedaço de entre Homem e Cávado, e a sua sucessão aristocrática, numa sociedade que dos séc. XVIII e XIX aqui deixou marcas nas suas casas senhoriais, e nos seus palacetes, fazem-nos orgulhosos de um território que amamos e de cuja história nos mantemos e respiramos.

É única a geografia de um concelho marcado por dois rios, com o Parque Nacional a franquear uma fronteira, e com a beleza única do território natural como a Senhora da Abadia, o Monte de S. Miguel o Anjo, ou o monte de São Pedro Fins, e com as margens límpidas e brilhantes do rio Homem e do rio Cávado. Aqui se espraia um pedaço luminoso de um Minho que, por entre vinhedos e pomares de laranjeiras, é berço fértil de uma comunidade que bem ama o seu espaço e sabe receber quem o visita.

Até hoje as marcas do nosso Dom Gualdim Pais, o monge guerreiro que temos e queremos ter como nosso, o Doutor Sá de Miranda, que, abandonando a corte no início séc. XVI, ainda fez outras experiências de vida, mas que acabou por escolher Amares para viver, escrever e morrer, são marcas na pele desta comunidade amarense que se identifica com a sua história e com o seu valor.

Hoje numa reviravolta de interesses económicos, quando a agricultura vacila e definha, o município começa a dar cartas na área da produção vitivinícola e o vinho verde loureiro parece cada vez mais colar o seu aroma e sabor aos terrados mansos e férteis do concelho.

Amares está aqui para crescer e este *Boletim Cultural* que hoje surge servirá para anualmente dar voz àquilo que somos e à alma que temos.

Isidro Araújo

vicepresidente@municipiopamares.pt



MONUMENTO ESCULTÓRIO - D. GUALDIM PAIS (LARGO D. GUALDIM PAIS, AMARES)
CONSTRUÍDO EM 1940 NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO
DA NACIONALIDADE E DA RESTAURAÇÃO 1140-1640

JORNADAS D'AMARES¹

Cunha de Leiradella
leiradella@sapo.pt



MONUMENTO A D. GUALDIM PAIS - CENTRO ESCOLAR D. GUALDIM PAIS (AMARES)
REPRODUÇÃO EM AÇO CORTEN DE UMA ILUSTRAÇÃO DE UM ALUNO DO PRÉ-ESCOLAR
(02-11-2018)

Gente, se espantem não, mas eu caí neste balaio plantando bananeira. Direto de ponta-cabeça e sem poder abrir o paraquedas. Como sempre muito bem disse São Glostimênio de los Pulos Olímpicos, que nem toupeira querendo ver nascer o sol.

Mas deixemos o paraquedas, e vamos é direto ao poço onde a onça bebe água.

Em junho passado, um cara de Belo Horizonte me pediu pra dizer umas bobajadas em uma videoconferência a ser marcada pro dia 12 de julho na Biblioteca Municipal Francisco Sá de Miranda.

Do lado de cá, a Dra. Anabela Costa, do lado de lá os alunos de uma escola de Santa Rita do Sapucaí, lá no Brasil, bem no sul de Minas Gerais.

Me espantei com o convite de Jonas, e mais espantado fiquei com a convocação da Dra. Anabela. Na verdade, a minha relação com Santa Rita do Sapucaí só tinha sido me corresponder, nos idos de 1990, com uma jornalista e escritora santa-ritense, Edméa Carvalho, hoje já falecida.

Gente, que fique bem claro. Não sou historiador com H de Shakespeare, nem com Z de Vitor Hugo. Sou apenas um escrevinhador de romances, contos, peças de teatro e roteiros de televisão e de cinema. Troços mixas a quem ninguém dá bola.

Só que tem hora, sou obrigado a meter meu bedelho nas dobras dos pergaminhos. Não por obra e graça do Espírito Santo, mas pelo suor da profissão.

Hoje, já que as dietas da lua, e outras que tais, tão metendo mais água do que ralo sem banheiro, os romances ditos históricos viraram o suprassumo da creme da la creme. O último grito da moda.

E eu, embora use esta boina já muito fora do grito, assuntei também escrever um nem que fosse só pra compensar o fora da moda da minha boina.

Faz anos, ainda tava no Brasil, li na edição crítica de José Mattoso do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que uma dona tinha sido queimada viva no Castelo de Lanhoso.

Queimada viva? Sim, senhor. Queimadíssima da silva. E isso me fez pensar, e muito, no avanço do tratamento dado ao gênero feminino nestes últimos nove séculos.

Se no século 12 as mulheres eram queimadas vivas sem dizer nem água vai, e no século 21 são educadamente fritas com manteiga em fogo lento, o progresso foi imenso. Imensíssimo.

Vai daí, comecei foçando tudo que pude encontrar nas prateleiras das bibliotecas e livrarias, a internet sempre do meu lado, me dando uma mãozinha.

No meu romanceco, D. Gualdim Pais só entrava de fininho, mas entrava. Era ele que entregava a espada com que D. Afonso Henriques armou cavaleiro seu filho Sancho, em 15 de agosto de 1170.

E, aí, saí catando historiadores e quejandos. Comecei por ordem alfabética, a ordem mais certa antes da barafunda do Novo Acordo Ortográfico.

Um dos primeiros quejandos foi Frei António Brandão.

Só que fiquei bobo quando li na página 82 do capítulo XI do livro IX da *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, edição de 1632, que Dom Gualdim Pais e Arnaldo Rocha, e os mais cavaleiros do Templo faziam contrato com Paio Fernandes, Paio Peres e suas mulheres sobre a vila de Ferreira. E declarava-se ser feita a escritura no mês de junho do ano referido de 1126.

Aí, abestiado, me perguntei. Se D. Gualdim Pais tinha nascido em 1118, como podia eu acreditar em um quejando que me botava um guri de 8 anos assinando uma escritura? Nem morta, Genoveva. Fiquei foi danado com Frei António. Fiquei mesmo.

E quando o peguei, na página 128 do capítulo V do livro X, dizendo que D. Afonso Henriques tinha jurado em 1152 o milagre da batalha de Ourique, o quejando avisando gregos, troianos e turistas que o juramento teve que ser datado pela Era de Cristo e não pela de César, senão teria sido jurado em 1114 e a batalha só aconteceu em 1139, aí a vaca foi pro brejo. Foi mesmo.

Será que o avalista do juramento não sabia que já em 22 de agosto de 1422, por Carta Régia de D. João I, tinha sido determinado que o calendário português passasse a se reger pela Era de Cristo e não pela de César? Vai ver, o correio chegou atrasado, só pode.

Mas tem mais. Quando li que quem escreveu o documento foi um tal de Mem Peres, quando o Chanceler de D. Afonso Henriques era Mestre Alberto. Minha raiva inchou que nem barriga de sapo cururu em pé de guerra.

Aí, mandei foi Frei António badalar sinos no campanário das urtigas, e fim.

Mas deixemos o campanário, e vamos é aos acontecidos da verdade.

A videoconferência correu nos conformes de bem terminar tudo que bem começa, e no final a Dra. Anabela me presenteou com um livro sobre Amares. *Para a História de Amares*. Edição muito mais do que supimpa. Belíssima. Ver figura 1.

Claro que a primeira matéria que li, logo que cheguei em casa, foi “O Templário D. Gualdim Pais”. Afinal, D. Gualdim entrava de fininho, mas entrava, no meu romanceco.

Tava eu gestando o cujo dito, e quem sabe na matéria teria alguns trens que eu ainda não tivesse pesquisado sobre o churrasco do Castelo de Lanhoso?

Tinha não. Tinha era alguns troços que fizeram minha careca se arrepiar mais do que pele de galinha costurada com genes de avestruz.

Na página 109 li, Era de MCCVII - 1207 (1170). Troço errado.

Na era de César, todo mundo sabe disso, 1207 dá 1169 na de Cristo, e não 1170. São menos 38 anos. Mas podia ser erro de transcrição, ou revisão, troço assim.

Só que na página 110 minhas sobranceiras arrepiaram, e minhas orelhas fumegaram quando li, se referindo o autor aos Templários: “... são instalados por D. Teresa no Monte de Penafiel, tomando residência permanente em Fontarcada, antigamente Penafiel de Soás, hoje Póvoa de Lanhoso”.

Aí teve mais jeito não. Me engasguei de tão pasmado.

Penafiel de Soaz, nunca foi Póvoa de Lanhoso. Tinha sido, sim, uma Terra entre Cávado e Ave, de acordo com *A Guerra e os Freires nas Inquirições Régias do Século XIII* de Luís Filipe Oliveira. Ver mapa d’As Terras e Julgados das Inquirições de 1220 (figura 2). Ver também na figura 3 o n.º 16 Terra (ou termo) de Lanhoso, e o n.º 18, Penafiel de Soaz.

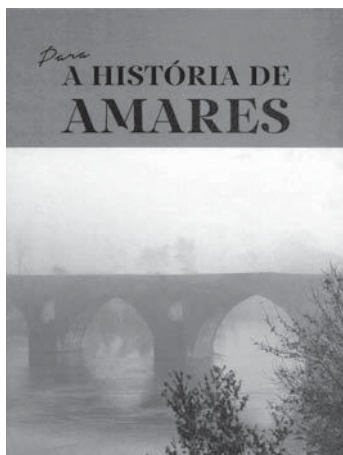


FIGURA 1

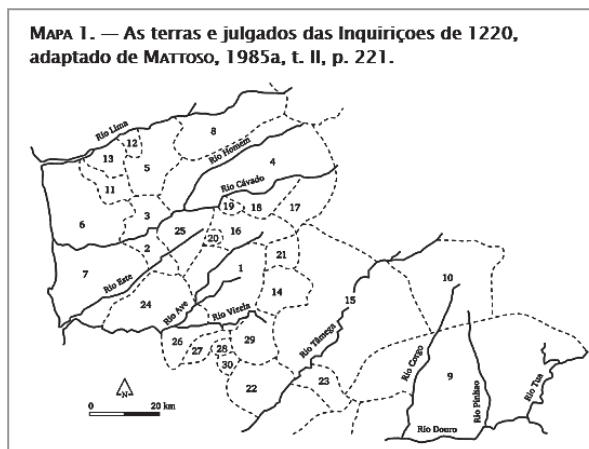


FIGURA 2

1. – Termo de Guimarães; 2. – Terra de Penafiel de Bastuço; 3. – Terra de Prado; 4. – Terra do juiz de Bouro; 5. – Terra de Penela; 6. – Terra de Neiva; 7. – Terra de Faria; 8. – Terra de Anóbrega; 9. – Terra de Panoias; 10. – Terra de Aguiar de Pena; 11. – Terra de Aguiar de Riba Lima; 12. – Terra de Ponte (de Lima); 13. – Terra de Santo Estevão; 14. – Terra de Monte Longo; 15. – Terra de Celorico; 16. – Terra (ou termo) de Lanhoso; 17. – Termo de Vieira; 18. – Penafiel de Soaz; 19. – Termo de São João de Rei; 20. – Julgado de Pedralvar; 21. – Julgado de Travassos; 22. – Santa Cruz de Sousa; 23. – Terra de Santa Maria de Gestaçô; 24. – Terra de Vermium; 25. – Termo do Couto de Braga; 26. – Termo do Castelo de Refojos; 27. – Termo de Ferreira; 28. – Termo de Aguiar de Sousa; 29. – Termo de Felgueiras; 30. – Termo de Lousada.

FIGURA 3

O padre Arlindo Ribeiro da Cunha em seu livro *Os Machados da Torre de Geraz*, na página 12, diz que em 1450 Pedro Machado, 1.º Senhor de Entre Homem e Cávado, deixou a Torre de Geraz, no concelho da Póvoa de Lanhoso. Ver figura 4 e 5 – A Torre e o Brasão fotografados por mim em 2006.

Abandonada a Torre de Geraz, Pedro Machado fixou residência no solar de Castro, aqui no concelho de Amares.

Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 1.º Conde de Amares e 6.º Senhor de Entre Homem e Cávado, mais conhecido por Marquês de Montebelo, publicou em Madrid, em 1642 o *Memorial del Marques de Montebelo*.

Nesse memorial, o marquês, além de puxar a brasa pra sardinha da sua linhagem, também quis fazer prova que a vila de Amares se chamou Marecos em tempos que já lá vão. Bobagem do marquês.

Além de no *Livro de Mumadona*, no item “Inventário de todas as herdades e igrejas de Guimarães, Era 1067 (ano 1029)” já a vila de Amares era citada como tal. Ver figura 6.

Avelino de Jesus Costa em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, na página 19 do II volume, também não deixa nenhuma dúvida. De Sancto Andrea de Mareces (Marecos).

E termina, dizendo: Mareces é lugar de Santo André de Barcelinhos.

Continuei lendo a matéria “*O Templário D. Gualdim Pais*”, até que topei na página 112 com esta afirmação que me deixaria de cabelo em pé se ainda o tivesse firme e forte. Ver figura 7.

Gente, aquelas seis léguas valendo 30 quilômetros me deram uma coceira de pura, puríssima sarna. Daquela de a gente coçar até a sombra em dia de nevoeiro. E saí catando o original da citação. Ver figura 8. E lá tava o item 841 na página 752 do livro de Alexandre Ferreira.

Vejam a folha de rosto do livro de Alexandre Ferreira, na figura 9, publicado em 1735.

Aí, verifiquei que na citação da página 112 do presente da Dra. Anabela, tinha sido capada a palavra cidade na expressão era natural de Braga, quando o original dizia “era natural da Cidade de Braga”.

No mato sem cachorro, fui verificar no original de Domingos Maria da Silva. Ver na figura 10 a capa do livro dele.

Queria ver se a capação era só erro de transcrição do autor da matéria. Era não. Nas páginas 86 e 87 verifiquei que Domingos Maria da Silva também tinha capado a palavra Cidade.



FIGURA 4



FIGURA 5

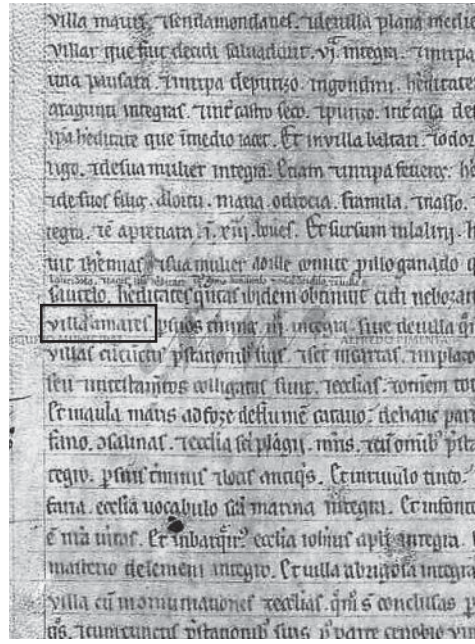


FIGURA 6

A nota mais preciosa de Domingos Maria da Silva é o testemunho de Alexandre Ferreira, autor do “*Suplemento Histórico ou Memórias e Notícias da Célebre Ordem dos Templários*” de 1735: “... o grande e valeroso D. Gualdim Pais, que como direi a seu tempo, era natural de Braga, em distância de seis léguas de Viana...”¹⁰. Pelos vistos, 30 quilómetros são, de facto, a distância de Barcelinhos a Viana.

FIGURA 7



FIGURA 9

841 E como ao depois o grande, e valeroso D. Gualdim Paes, que como direy a seu tempo, era natural da Cidade de Braga, em distancia de seis legoas de Vianna,

FIGURA 8



FIGURA 10

Porquê? Uai, seria porque se D. Gualdim Pais tivesse nascido na cidade de Braga não poderia ter nascido em Barcelos? Bem que Domingos Maria da Silva o poderia ter dito, mas não disse. Ver figura 11.

Em “Os Templários em Portugal no Século XII”, estudo apresentado ao 2.º Congresso Histórico de Guimarães em 1996, Maria Sofia Dias Rodrigues, também diz na página 136 que, ver figura 12.

Também no 2.º Congresso Histórico de Guimarães a palavra cidade tinha sido capada.

Já disse que não sou historiador nem quejando, mas tenho pra mim que a documentação da época é a que mais vale.

Vai daí, até que novas provas apareçam, os mais fiéis documentos que dão D. Gualdim Pais como natural de Braga, não da cidade, mas da terra de Braga, são as inscrições dos castelos de Pombal e Almourol.

Uma delas, talvez a principal, é a que tá no convento de Cristo, em Tomar, datada de 1171, e foi transferida do Castelo de Pombal por ordem do infante D. Henrique quando foi administrador da Ordem de Cristo entre 1420 e 1460.

Luciano Cordeiro em *Inscrições Portuguezas* - Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, assim a transcreveu na página 33. Ver figura 13.

A versão, do próprio Luciano Cordeiro, é a seguinte:

Era de 1209. O Mestre Gualdino, certamente de nobre geração, natural de Braga, existiu no tempo de Afonso, ilustríssimo Rei de Portugal. Abandonando a milícia secular, em breve se elevou como um astro, porquanto, soldado do Templo, dirigiu-se a Jerusalém, onde durante cinco anos levou vida trabalhosa. Com seu Mestre e seus Irmãos, entrou em muitas batalhas, levantando-se contra o Rei do Egito e da Síria. Como fosse tomada Ascalona, partindo logo para Antioquia pelejou muitas vezes pela rendição de Sidon. Cinco anos passados, voltou, então, para o Rei que o criara e o fizera cavaleiro. Feito procurador da casa do Templo em Portugal, fundou neste o castelo de Pombal, Tomar, Zêzere, e este que é chamado Almourol, e Idanha e Monsanto.

Pra assentar os alicerces, Mário Jorge Barroca, em sua *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, página 359, diz que “De entre as várias traduções apresentadas (Fr. Francisco Brandão, Fr. Bernardo da Costa, Luciano Cordeiro), elegemos a de Luciano Cordeiro, de resto adotada por todos quantos se lhe seguiram.”

Só que quanto à real naturalidade de D. Gualdim Pais, há mais eu acho que do que certezas. E como há.

Além de Alexandre Ferreira, também Frei Bernardo da Costa na sua *História da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Christo*, item 38, página 26, publicada em 1771, diz que foi sua pátria a Cidade de Braga. E Frei Antônio Brandão, na *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, livro IX, capítulo XI, página 82, publicada em 1632, também diz que era de nação portuguesa, natural da cidade de Braga.

Na contramão destes, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, na página 237 do tomo II do seu *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram*, 2.ª edição de 1865, diz que “Foi D. Gualdim Pais de Marecos natural de Amares (que antigamente se chamava Marecos) junto a Braga.”

Na mesma contramão, Saúl António Gomes em D. Gualdim Pais (C. 1118/20 - 1195), *Revista População e Sociedade* nº 23, página 13, embora tirando alguns pingos de chuva do capote, diz que era natural de Braga “caput Gallecie”, se bem que haja tradição de ter nascido perto de Amares.

Acreosce, em reforço e abono destas bem reflectidas considerações que aqui se resumem, a confirmá-las e valorizá-las, o poderoso testemunho de Alexandre Ferreira, autor do «Suplemento Histórico ou Memórias e Notícias da Celebre Ordem dos Templários...» de 1735, obra volumosa e raríssima, mas que se encontra na divisão de Reservados» da B. N., onde diz:
«.....o grande e valoroso D. Gualdim Pais, que como direi a seu tempo, era natural de Braga, em distância de seis leguas de Viana....»

FIGURA 11

Gualdim Pais era mesmo de Marecos e, a confirmá-lo, temos o testemunho de Alexandre Ferreira «... o grande e valoroso D. Gualdim Pais, que como direi a seu tempo, era natural de Braga, em distância de seis léguas de Viana...»

FIGURA 12

E:O:CCVIII:MAGISTER:GALONV:NOBILISIOVI
 DEM:GENERE:BRACARA:ORIVNDV:EXBTIT:EMPO
 RE:AVEM:ALFONSI:ILLVRISSIRI:POTV:GALS:RE
 GIS:FIC:SECVLAREM:ABNEGANS:MILICIAM:IN:
 BREVI:VT:LVCIFER:EMEVT:NAM:EMLI:MS:GROO
 LMAM:PECIT:IBIQ:P:ONONIVM:RON:IN:ARMEN:VTAM
 OXT:CV:MAGISTRO:ENM:SVO:CV:FRABVQ:INPERO:
 RLIS:O:EGPTI:TSRE:INSREXIT:ROM:EMQ:ASCALONA:LAETR
 RT:EV:IN:ATRA:PON:SEP:O:SI:OAN:DE:ONEOMAVT:POST:O:O
 NIVY:AD:RFAM:O:EV:DVCA:EPAT:MEM:FEERTVSVZ:ESTRO
 :FATV:DMSEMPLE:RVG:RORTO:ROTV:LA:RV:PA:BR:ROMR:
 OSE:AR:RE:OD:DRAPRO:TEIDNAM:ETMEM:SACCVM:☉

FIGURA 13

Ainda na mesma contramão navega Ademir Luiz da Silva em *Os Cavaleiros da Cruz Vermelha - A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa (séculos XII e XIII)*, na página 89, diz que Gualdim Pais nasceu em berço nobre, filho de Paio Ramirez e Dona Gertrudes Soares, provavelmente em 1118, na região de Amares, antiga Marecos, vila localizada junto a Braga, então corte do condado.

Corte do Condado, estou citando *ipsis litteris*, gente.

Vai daí, como todo mundo pode ver, quanto não há certidão de nascimento, babau. O cartório pega fogo, e fim.

Domingos Maria da Silva na página 87 do seu livro *Entre Homem e Cávado - Amares e Terras de Bouro* afirmou, vejam na figura 14.

É bom que se diga que Domingos Maria da Silva apresentou à Câmara Municipal de Barcelos os originais do seu livro em 1953, e esta não o quis editar. Só em 1958 o livro foi editado, mas pela Câmara Municipal de Amares.

Qual a razão, sei não. Só que aqueles advérbios geometricamente e rigorosamente, me deram uma coceira da braba. Brabíssima.

Pra bem documentar os advérbios, Domingos Maria da Silva, na boa da melhor, desenhou até o mapa da geometria rigorosa.

E foi com uma linha reta, bem reta, que mostrou os tais de 30 quilômetros que separam Barcelinhos de Viana do Castelo. Ver figura 15.

Só que a coceira não passava nem com óleo de coco, aveia ou bicarbonato de sódio. Gente, era coceira demais da conta.

Se Alexandre Ferreira tinha publicado o livro das 6 léguas em 1735, e Domingos Maria da Silva publicou o dele em 1958, portanto 223 anos depois, será que os quilômetros das léguas de 1735 eram os mesmos das léguas de 1958?

Isto, porque, segundo Domingos Maria da Silva, a prova da naturalidade de D. Gualdim Pais se baseia na tal da distância das 6 léguas escritas por Alexandre Ferreira em 1735. Troço que, na afirmação geométrica e rigorosa do próprio Domingos, são justos, justíssimos, 30 quilômetros.

Mestre Pirola, meu professor de admissão ao Liceu de Guimarães, nos idos de 1943, me tinha feito decorar na base de bastíssimas reguadas que o sistema métrico-decimal só foi oficializado em Portugal em 1855.

Portanto, exatos 120 anos depois de Alexandre Ferreira ter escrito o seu livro das 6 léguas. Ver figura 16.

O blablá do costume dos serviços ditos públicos, mas dizendo em seu artigo único. A unidade itinerária em Portugal será, de ora em diante, de cinco mil metros, ou cinco quilômetros, e se denominará légua itinerária. Mais 2 linhas de blablá e o local e a data. Paço das Necessidades, em 2 de maio de 1855.

com o conde D. Henrique.

Por aquela forma, Alexandre Ferreira localiza geométricamente o lugar do nascimento de Gualdim Pais, pois contam-se rigorosamente 30 quilómetros sobre a ponte que separa Barcelinhos (a antiga Marecos) de Barcelos pròpriamente dita.

FIGURA 14

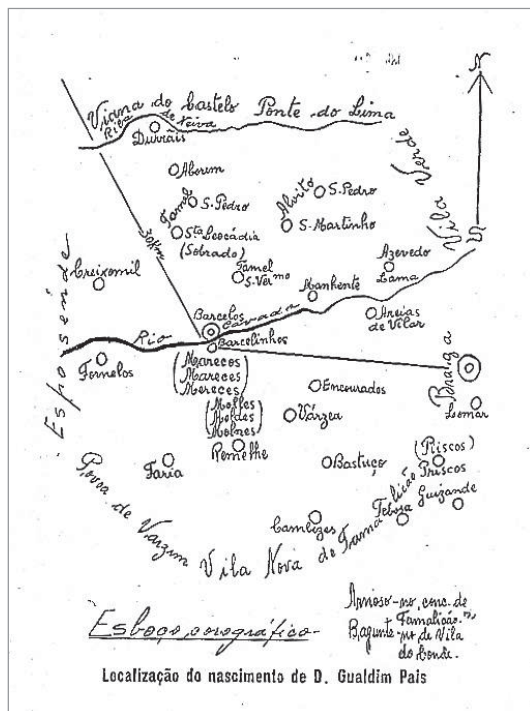


FIGURA 15

2 de Maio. 1855. 101

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA.

Direcção do Commercio e Industria — Repartição Central.

Se ao conveniente determinar qual deva ser a extensão legal da legua, em harmonia com o systema metrico-decimal, mandado adoptar pelo Decreto de 13 de Dezembro de 1852: Hei por bem, em Nome d'EL-REI, Usando da authorisação concedida ao Governo, pelo § 2.º do artigo 4.º do mesmo Decreto, Tendo ouvido a Commissão central de pesos e medidas, Decretar o seguinte:

Artigo unico. A unidade itineraria em Portugal será, de ora em diante, de cinco mil metros, ou cinco kilometros, e se denominará = legua itineraria. =

O Ministro e Secretario d'Estado interino dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 2 de Maio de 1855. = REI, Regente. = Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

No Diário do Governo de 11 de Maio, N.º 110.

FIGURA 16

Puro tiro no pé, porque só 120 anos depois da distância das tais de 6 léguas que Alexandre Ferreira mediu, diz Domingos Maria da Silva, sobre a ponte que separa Barcelinhos e Viana do Castelo, é que o comprimento da légua virou 5 quilômetros em Portugal.

Aí, a coceira pintou de novo, e não deu outra. Se antes do sistema métrico-decimal ser oficializado em Portugal, quantos quilômetros mediria uma légua?

No mato sem cachorro, saí catando a leguagem. Como Domingos Maria da Silva tinha botado uma reta bem reta pra marcar a distância entre Barcelinhos, a antiga Marecos, e Viana do Castelo, tive por certo que a distância medida por ele tinha sido calculada em linha reta, retíssima, e não subindo montes e descendo vales, nem fazendo curvas e contracurvas.

A primeira medição pintou na *Crónica de D. João I* - vol. II, cap. LXI, pág. 161, Fernão Lopes na cabeça. Ver figura 17, na última linha, o espaço de quarenta léguas que separa Santarém de Guimarães.

Abonado pela seriedade do cronista, fui ver a distância em linha reta entre Santarém e Guimarães, e não deu outra. 246,88 quilômetros, o *Google* não me deixando mentir. Ver figura 18.

Batata, gente. Divididos os 246,88 quilômetros por 40 léguas, não deu outra.

A légua, media 6,172 quilômetros, e não 5.

Mas, repito, como não sou historiador nem quejando, saí catando mais dados que pudessem abonar o honesto Fernão Lopes. E encontrei dois. Ver na figura 19 o primeiro *A Caminho da Índia*.

Livro do finlandês Bjorn Landstrom, escrito em 1964 e publicado em Portugal no mesmo ano, onde ele estuda desde a expedição egípcia ao País do Punt em 1493 a. C., prováveis Somália ou Etiópia, até ao descobrimento do cabo da Boa Esperança em 1488 d. C. e nos dá no final do índice do seu livro o valor das medidas utilizadas. Ver figura 20.

Na última linha, 1 légua portuguesa antiga equivale a 3 milhas portuguesas antigas, isto é, cerca de 6.195 metros.

Na medula. Se em Fernão Lopes a légua media 6.172 metros, em Bjorn Landstrom media cerca de 6.195, temos uma diferença de 23 míseros metrinhos. Troço que até uma tartaruga mirim ganharia em uma corrida dormideira.

[CAPITULO LXI]

COMO EL REI PARTIO DE SSAMTAREM POR COMPRIR A ROMARIA QUE PROMETIDA TINNHA.

ESTANDO el Rei asi em Santarem, depois que teve postos em segurança os luguares da Estremadura que damte tinhaõ voz por Castela e deu as alcaidarias a çertas pessoas, asy como a alcaidaria mor de Lixboa e a de Torres Vedras aa Amtã Vasquez, e a Martim Vasquẽz Vilela a alcaidaria dObidos, e asy outros, hordenou de partir daquela vila por comprir sua romaria que prometera ante que entrase a batalha, a qual hera que vencẽdoa como em Deus tinha esperamça, que fose de pee a Samta Maria dOliveira, que he na vila de Guimarães, espaço de corenta leguoas.

FIGURA 17



FIGURA 18

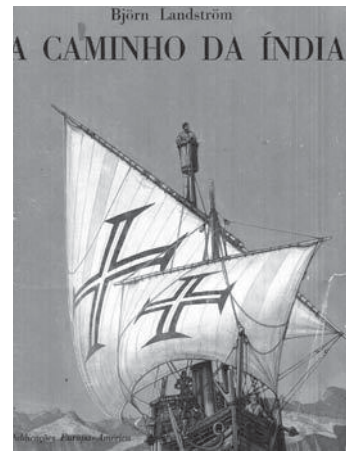


FIGURA 19

Principais medidas itinerárias usadas nesta obra e suas equivalências actuais:

- 1 estádio antigo equivale a cerca de 185 m.
- 1 milha romana equivale a 8 estádios, isto é, cerca de 1480 m.
- 1 milha italiana equivale a cerca de 1488 m.
- 1 milha portuguesa antiga equivale a cerca de 2065 m.
- 1 légua portuguesa antiga equivale a 3 milhas portuguesas antigas, isto é, cerca de 6195 m.

FIGURA 20

O segundo dado foi este. Vejam na figura 21.

Cartografia antiga - Tabela de equivalência de medidas. Cálculo de escalas e conversões de valores de coordenadas geográficas, do português Miguel da Silva Marques, edição do Ministério da Cultura, via Biblioteca Nacional, publicado em 2001.

Ver figura 22 a tabela de equivalência de medidas, registrada na página 23.

Dois itens me chamaram a atenção nesta tabela. A légua antiga [comum] $18,00^{\circ} = 6.172,83$ metros

Mas o quê que vinha ser a légua de 18 ao grau?

Em o *IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica*, realizado na cidade do Porto em novembro de 2011, Paulo Márcio Leal de Menezes, Bruna Silva Miceli e Vanessa Ferraz Godoy, dizem na página 4 que “A légua estava definida como parte de um grau do arco meridiano, valores dados pelos divisores 17, 17.5, 18, 18.75, 19 e 20, estabelecendo sua denominação como uma légua de 18 ao grau, légua de 20 ao grau, etc. Existiam também a légua antiga (mesma de 18 ao grau), a légua legal (mesma de 19 ao grau) e a légua comum. [...] As relações métricas entre estas unidades de medida podem ser observadas, de acordo com a tabela I.”

E na tabela I, lá tava. A légua de 18 ao grau media 6.172,83 metros.

Roberto Simonsen, diz em sua *História Econômica do Brasil*, 7ª edição, Companhia Editora Nacional, 1977, páginas 462-463, no Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial, que as medidas lineares, agrárias e de peso eram idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa, e considera a Légua (1/18 de grau) medindo 6.172 metros.

Vai daí, quando Alexandre Ferreira escreveu o seu livro em 1735, no qual Domingos Maria da Silva se baseou pra afirmar que as 6 léguas que mediavam entre Barcelinhos e Viana do Castelo abonavam 30 quilômetros, a afirmação pecava por errada.

O outro item que me chamou a atenção na *Cartografia Antiga* de Miguel da Silva Marques, foi “passo geométrico = 5 pés = 165,00 centímetros.”

Mas o quê que tem a ver o tal de passo geométrico com as 6 léguas de Alexandre Ferreira medindo 30 quilômetros pra Domingos Maria da Silva? Tem paca. E como tem.

Dizem que D. Maria I, por uns chamada a Piedosa, e por outros apelidada de louca, pra mim, piedosa podia até ter sido, mas de louca, em 1788, tinha era nada, ver figura 23.



FIGURA 21

Tabela de equivalências de medidas

MEDIDAS ANTIGAS	EQUIVALÊNCIA AO GRAU DE LATITUDE	VALOR EM CENTÍMETROS (cm)	COTA - DATA (DOC. BN)
PORTUGUESAS			
- POLEGADA	—	2,75	—
- PALMO = 8 POLEGADAS	—	22,00	C.C. 115 P2 - 1849
- PÉ = 12 POLEGADAS	—	33,00	—
- VARA = 40 POLEGADAS	—	110,00	—
- BRAÇA = 80 POLEGADAS	—	220,00	C.C. 95 V. - 1849
- PASSO ANDANTE = 2 PÉS	—	66,00	C.C. 1051 R. - 18-
- PASSO GEOMÉTRICO = 5 PÉS	—	165,00	—
- LÉGUA	17,00 /º	653594	C.C. 1171 A. - 1727
- LÉGUA	17,50 /º	634920	C.C. 602 A. - 1492
- LÉGUA ANTIGA [COMUM]	18,00 /º	617283	C.C. 536 A. - 1751
- LÉGUA	18,75 /º	592592	C.C. 356 V. - 1854
- LÉGUA LEGAL / LÉGUA COMUM	19,00 /º	584795	* C.C. 521 A. - 1782 C.C. 1238 A. - 1795
- LÉGUA	20,00 /º	555555	C.C. 655 V. - 1748
- LÉGUA - 2540 BRAÇAS	—	558800	C.C. 594 V. - 1833
- MILHA = 1/3 LÉGUA ANTIGA	54,00 /º	205761	C.C.d. 43 A. - 18-

* As cotas representam exemplos ordenados das designações de medidas separadas por um traço oblíquo.

FIGURA 22

DONA MARIA I RAINHA FIDELÍSSIMA DE PORTUGAL NOSSA SENHORA PIA JUSTA MEMORÁVEL PARA UTILIDADE PÚBLICA MANDOU DEMARCAR COM ESTE PADRÃO AS LÉGOAS DA CIDADE DE LISBOA CAPITAL DO REINO PARA AS PROVÍNCIAS COM A DISTÂNCIA DE TRÊS MIL OITOCENTOS E QUATRO PASSOS GEOMÉTRICOS SENDO INSPECTOR GERAL DAS ESTRADAS REAIS E OBRAS PÚBLICAS DO RIBATEJO DOM JOSÉ LUÍS MENEZES CONDE DE VALLADARES NO ANO DE M DCC LXXX.VIII UNDÉCIMO DESTE FELICÍSSIMO REINADO

FIGURA 23

Este padrão, chamado Marco da VI Léguas, vejam na tela, se encontra na EN 1, quilômetro 29,270, em Vila Franca de Xira, União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras. Ver figura 24.

Vai daí, se em 1788, a légua media 3.804 passos geométricos, e um passo geométrico media 1,65 metros, uma légua media 6.276,6 metros.

E o decreto de 2 de maio de 1855 taí, vocês já viram, pra não me deixar mentir. Artigo único – A unidade itinerária em Portugal será, de ora em diante, de cinco mil metros, ou cinco quilômetros – e se denominará légua itinerária.

Vai daí, as tais 6 léguas de Alexandre Ferreira, volto a repetir, escritas em 1735, medindo os 30 quilômetros de Domingos Maria da Silva entre Barcelinhos e Viana do Castelo, valiam era nada. Nicles. Necas de peripitiba.

Gente, se multiplicarmos as 6 léguas de Alexandre Ferreira pelos 6.172 metros de Fernão Lopes ou de Roberto Simonsen, pelos 6.195 metros de Bjorn Landstrom, pelos 6.172,83 metros de Miguel da Silva Marques ou de Paulo Márcio Leal de Meneses, Bruna Silva Miceli e Vanessa Ferraz Godoy, ou pelos 6.276,6 metros de D. Maria I, o que se obtém pro Fernão e pro Simonsen são 37,032 quilômetros, pro Bjorn são 37,170, pro Miguel, pra Bruna e pra Vanessa são 37,036 quilômetros.

E pra D. Maria I, 53 anos depois de Alexandre Ferreira ter escrito seu livro, são 37,65 quilômetros.

Vai daí, todas as quilometragens nos obrigam a concluir que até a NASA obteria mais de 37 quilômetros, e não os geometricamente e rigorosamente 30 sobre a ponte que separa Barcelinhos (a antiga Marecos) de Barcelos propriamente dita, como afirmou Domingos Maria da Silva.

Se medirmos a distância entre Barcelos e Viana do Castelo com a mesma linha reta, retíssima, que Domingos Maria da Silva mediu no mapa dele, e vejam novamente na tela pra ninguém se esquecer da retidão se vê com olhos de ver que a distância entre Barcelos e Viana do Castelo, em linha reta, e quem o diz não sou eu, é o *Google*, é de 25,32, e não de 30 quilômetros. Ver figura 25 e 26.

Agora, se medirmos com a mesma linha reta do *Google* a distância entre Amares e Viana do Castelo, e vejam a figura 27 pra ninguém se esquecer da retidão de Domingos Maria da Silva, a distância entre Amares e Viana do Castelo é 40,29 quilômetros.

Gente, pensem bem, pra D. Gualdim Pais ter geométrica e rigorosamente nascido em Barcelinhos, a antiga Marecos do concelho de Barcelos, como Domingos Maria da Silva afirma que nasceu, a légua que Alexandre Ferreira escreveu em 1735, tinha que medir 5 quilômetros, e já vimos que nem São Glostimênio de los Pulos Olímpicos faria tal milagre.



FIGURA 24



FIGURA 25

Distância entre Barcelos e Viana do Castelo



FIGURA 26

Distância entre Amares e Viana do Castelo



FIGURA 26

O decreto de 2 de maio de 1855 taí, firme e forte, pra não deixar um santo virar falso milagreiro. Artigo único – A unidade itinerária em Portugal será, de ora em diante, de cinco mil metros, ou cinco quilômetros – e se denominará légua itinerária.

Vai daí, repito, pra D. Gualdim Pais ter nascido em Barcelinhos, a antiga Marecos do concelho de Barcelos, e sendo a distância em linha reta entre Barcelos e Viana do Castelo de 25,32 quilômetros medidos pelo *Google*, e não de 30, como afirmou Domingos Maria da Silva na página 87 do seu livro, a légua que Alexandre Ferreira escreveu em 1735 não podia medir 5 quilômetros. Tinha era que medir 4,22, o que não pode ser verdade.

Não esqueçam que os 25,32 quilômetros, medidos pelo *Google*, da distância entre Barcelos e Viana do Castelo, divididos pelas 6 léguas de Alexandre Ferreira, dão exatamente 4,22 quilômetros.

Mais. Sendo a distância em linha reta, medida pelo *Google*, entre Amares e Viana do Castelo de 40,29 quilômetros, e tomando como referência a medida da antiga légua portuguesa antes da entrada em vigor do sistema métrico-decimal em Portugal, em 2 de maio de 1855, légua essa que media 6,172 quilômetros, mais metro ou menos metro, multiplicada pelas 6 léguas que Alexandre Ferreira, volto a repetir, escreveu em 1735, dão mais de 37 quilômetros, e não os 30 que Domingos Maria da Silva botou na setinha do seu mapa.

Vai daí, me digam. Isto dá pra deduzir o quê?

Que a tal da linha reta de Domingos Maria da Silva, em vez de reta, tinha curvas e contracurvas, ou a régua com que ele mediu não era régua?

Pensem nestes números, as 6 léguas de Alexandre Ferreira valendo 30 quilômetros pra Domingos Maria da Silva, e valendo na realidade mais de 37, e a distância real, em linha reta, entre Barcelos e Viana do Castelo, ser de 25,32, e os comparem com os advérbios geometricamente e rigorosamente dando D. Gualdim Pais como nascido em Barcelinhos, a antiga Marecos do concelho de Barcelos, de acordo com a afirmação categórica de Domingos Maria da Silva.

Gente, acho que vale a pena pensar nestes números, e ver se D. Gualdim Pais nasceu mesmo em Barcelinhos, a antiga Marecos do concelho de Barcelos, como afirma Domingos Maria da Silva.

Muito obrigado, e só lamento que o vosso saco já esteja mais do que estourado.

¹ Texto apresentado nas Jornadas Gualdinianas, realizadas em Amares no dia 3 de novembro de 2018, no âmbito das comemorações dos 900 anos do nascimento de D. Gualdim Pais.

BIBLIOGRAFIA

- Barroca, Mário Jorge (1995). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II. Porto: [s.n.]. Tese dout., Univ. do Porto.
- Bjorn, Landstrom (1964). *A caminho da Índia: história dos descobrimentos e explorações desde a expedição ao país do Punt em 1493 a. C. até ao descobrimento do Cabo da Boa Esperança em 1488 d.C.* Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Brandão, António (1632). *Terceira Parte da Monarquia Lusitana: que contém a História de Portugal desdeo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques...* Impressa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo: por Pedro Craesbeck.
- Capela, José Viriato e Domingues, Agostinho (coords.) (2014). *Para a História de Amares: 1514-2014*. Amares: Município de Amares.
- Cordeiro, Luciano (1895). *Inscrições Portuguezas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, Avelino (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. II. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- Costa, Bernardo da (1771). *História da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra: na Off. De Pedro Ginioux.
- Cunha, Pe. Arlindo Ribeiro da (1961). *Os Machados da Torre de Geraz*. Braga (Sep. O distrito de Braga, 1).
- Decreto do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - DG, 11 maio, n.º 110.*
- Dias, Sofia Dias Rodrigues (1996). "Os Templários em Portugal no Século XII". *2.º Congresso Histórico de Guimarães: Atas do Congresso*. Guimarães: Câmara Municipal — Universidade do Minho.
- Ferreira, Alexandre (1735). *Memórias, e notícias históricas da celebre ordem militar dos templários na Palestina, Para a História da Admirável Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo em Portugal - Tomo Segundo da Primeira Parte Dedicada a El Rei Nosso Senhor D. João V*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva.
- Gomes, Saúl António (2015). "D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)". *Revista População e Sociedade*, nº 23.
- Livro de D. Mumadona (1115) - Colegiada de Santa Maria Oliveira de Guimarães, liv. 1 (Código de referência PT/AMAP/ECL/CSMOGMR/003/L1), Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.
- Lopes, Fernão (1977). *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro.
- Marques, Miguel da Silva (2001). *Cartografia antiga - Tabela de equivalência de medidas. Cálculo de escalas e conversões de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mattoso, José, (1980). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição crítica. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- Meneses, Paulo Márcio Leal de, et alii. (2011). *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: [s.n.].
- Montebelo, 1.º Marquês de (1642). *Memorial del Marquês de Montebelo*. Madrid: [s.n.].
- Oliveira, L. F. S. D. D. (2016). A guerra e os freires nas inquirições régias do século XIII. In C. D. Ayala Martínez (Ed.), *Orígenes Y Desarrollo de La Guerra Santa en la Península Ibérica*. (pp. 187-206). Madrid: Casa de Velázquez.
- Silva, Ademir Luiz da (2013) *Os Cavaleiros da Cruz Vermelha - A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa (séculos XII e XIII)*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de mestre em História.
- Silva, Domingos Maria da (1958) - *Entre Homem e Cávado*. Amares: [imp. A Modelar].
- Simonsen, Robert C. (1977). *História Econômica do Brasil*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional: Instituto Nacional do Livro.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.



OS
TROVADORES
DE AMARES:
RODRIGO
EANES DE
VASCONCELOS
E PERO DE
ORNELAS

Sérgio Guimarães de Sousa
*spgsousa@ilch.uminho.pt*¹



QUINTA DO OUTEIRO / TORRE DE DORNELAS
© LUÍS BORGES

Rodrigo Eanes (ou Anes) de Vasconcelos e Pero de Ornelas são, não sofre dúvida, trovadores de Amares. Já o mesmo se não pode inequivocamente dizer, como iremos já ver, de Afonso Mendes de Besteiros, apesar de possível a sua origem amarense.

Começemos por Rodrigo Eanes de Vasconcelos, cuja produção trovadoresca, segundo Giuseppe Tavani (1990: 321), terá ocorrido no terceiro quartel do século XIII. Na sua edição do *Cancioneiro da Ajuda*, Carolina Michaëlis revela a nobre filiação deste trovador: seria filho de D. João Pires e Vasconcelos (o Tenreiro), descendente do heroico capitão Martim Moniz, e de D. Maria Soares Coelho, irmã do trovador João Soares Coelho. Casou com Mécia Rodrigues de Penela Coelho. Dos dez filhos do casal, dois notabilizaram-se pelo desempenho de cargos de assinalável relevância social: Nuno Rodrigues, mordomo de D. Afonso Sanches; e Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho-mor do reino. Rodrigo Eanes terá falecido pouco antes de 1297.

No tocante à sua naturalidade amarense, eis o que refere, em *O Trovador galego-português e o seu mundo*, António Resende de Oliveira: «Membro de uma linhagem da pequena nobreza implantada no antigo julgado de Entre Homem e Cávado, onde alguma da sua atividade está documentada. Subsiste, ainda hoje, em Santa Maria de Ferreiros, Amares, o paço medieval da linhagem» (2001: 203). Já em estudo anterior, Resende de Oliveira afirmava taxativamente a filiação amarense de Rodrigo Eanes. Leia-se: «Trovador português, ativo na segunda metade do século XIII. Proveniente de uma linhagem sediada em Santa Maria de Ferreiros (Amares), localidade onde foi criado, era filho de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro, e de D. Maria Soares Coelho» (1994: 321). A produção trovadoresca de Rodrigo Eanes compõe-se por 1 cantiga de amor (*Senhor de mi e do meu coração*), uma cantiga de género incerto (*Aquestas coitas que de sofrer hei*), uma cantiga de Escárnio e maldizer (*Preguntei ua don[a] em como vos direi*) e por 3 cantigas de amigo (*O voss'amig', amiga, foi sazom; Se eu, amiga, quero fazer bem; O meu amigo nom há de mi al*).

Quanto a Pero de Ornelas, trata-se, é de crer, do trovador Pero Fernandes de Ornelas referido pelos Livros de Linhagens. Seria filho de Fernão Fernandes Anes Dornelas, tendo vivido na segunda metade do século XIII e nos inícios do século XIV. Muito possivelmente, terá tido relações de afinidade familiar com Rodrigo Eanes de Vasconcelos, caso um seu provável irmão (João Fernandes de Ornelas) tenha casado com uma irmã do trovador (Teresa Anes). Sobre a sua localização amarense, escreve Resende de Oliveira: «Membro de uma linhagem da pequena nobreza sedeadada no julgado medieval de Entre Homem e Cávado, próximo de Braga. O apelido familiar retiraram-no da povoação de Dornelas, junto a Amares, onde subsiste a torre medieval símbolo do seu poder local» (2001: 201). Agostinho Domingues, em estudo de referência sobre

os trovadores de Amares (2014: 149-162), chama, muito pertinentemente, a atenção para uma monografia de Domingos Maria da Silva (*Entre-Homem-e-Cávado. Cantigas*), na qual se pode ler o seguinte:

Pero d'Ornelas, um trovador que D. Carolina Michaelis tem na conta de jogral, cuja função era a de músico-cantor, principalmente junto das tropas, para lhes inculcar coragem antes de entrarem em combate. Não o identificou por ignorar a terra donde seria natural. Não era difícil. O título d'Ornelas, como se sabe, anda ligado à torre e solar da actual Dornelas (Outeiro), nas terras de Entre-Homem-e-Cávado. Procede de João Fz o Franco que casou com D. Teresa Eanes de Vasconcelos, irmã do trovador e de D. Beltrão que foi bispo de Lisboa, os três filhos de João Pires de Vasconcelos. (Silva, 1981: 34)

Pero de Ornelas é o autor de 2 textos: 1 cantiga de amor (*Nostro Senhor! e ora que será*) e 1 de amigo (*Havede vós, amiga, guisado*), «ambas» – diz-nos, talvez algo injustamente, Tavani – «estilística e conceptualmente estereotipadas» (1990: 316).

Ora bem, se a naturalidade destes dois trovadores não se afigura duvidosa, dúvidas há, porém, no caso de Afonso Mendes de Besteiros, cujo exercício trovadoresco se situou entre 1250 e 1275 e que terá frequentado a corte castelhana.



TORRE DE DORNELAS
© LUÍS BORGES

Para Resende de Oliveira, tratar-se-ia de um trovador com origens numa família da pequena nobreza implantada na bacia do rio Sousa. Mais precisamente, em São Cosme de Besteiros, localidade próxima de Paredes (cf. 1994: 309; 2001: 186). Tavani, por sua vez, afirma ser o trovador de Tondela. Não custa perceber porquê: onde hoje temos Tondela, outrora tínhamos S. Maria de Besteiros. Ora, como é evidente, esta justificação assente na toponímia presta-se, de igual modo, à possibilidade de considerar amarense o trovador. Com efeito, nada obsta a que Afonso Mendes de Besteiros pudesse ser S. Paio de Besteiros (Amares). Mas também alarga, muito consideravelmente, como se compreende sem custo, a geografia da naturalidade do trovador, dado o território nacional, conforme recenseou Carolina Michaëlis, não carecer de localidades designadas Besteiros.

Não sem alguma agudeza, Agostinho Domingues propõe, então, uma argumentação um tanto curiosa ao serviço da origem amarense de Afonso Mendes de Besteiros a partir da pesquisa de Carolina Michaëlis e reportando-se de novo ao investigador Domingos Maria da Silva, senão vejamos:

Mas o mais curioso, que não passou despercebido a Domingos M. da Silva, foi ter chamado a atenção para a relação entre Afonso Mendes de Besteiros e Rodrigues Eanes de Vasconcelos, por alcunha “O tenreiro”, pai do trovador Rodrigo Eanes de Vasconcelos, como ainda pelo facto de as cantigas dos dois trovadores constarem próximas nos cancionários medievais. Pude comprovar essa proximidade na reprodução fac-similada do códice 10991 do Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Assim, até provas irrefutáveis em sentido contrário, contemos Afonso Mendes de Besteiros entre os trovadores amarenses. Como veremos pela apresentação de algumas das suas cantigas, trata-se dum bom poeta que bem justifica a nossa “apropriação.” (2014: 151)

Finalmente, em desabono da tese da filiação amarense do trovador, convirá chamar à colação uma razão familiar suscetível de colocar em xeque a localização deste trovador na região de Amares. Referimo-nos à sua presumível ligação à linhagem dos Riba de Vizela (cf. Oliveira, 1994: 309). Ou seja, e nas palavras de outro notável especialista em literatura medieval, Américo António Lindeza Diogo:

Considerado por Tavani natural de Santa Maria de Besteiros, hoje Tondela, Resende de Oliveira vem afirmar-lhe uma outra naturalidade: S. Cosme de Besteiros, na bacia do Sousa, o que torna mais explicável a sua forte ligação aos Riba de Vizela, com bens na região e com suas pretensões à herança material e simbólica dos Sousas. (Diogo, 1998: [253])

Em suma, e com isto conclua-se esta breve introdução: perante a inexistência de justificações seguras capazes de ancorarem em definitivo Afonso Mendes de Besteiros em Amares, torna-se preferível, a bem do rigor, não o incluir nesta antologia das cantigas dos trovadores amarenses.

Rodrigo Eanes de Vasconcelos

1.

Senhor de mi e do meu coração,
dizedes que nom havedes poder,
per nulha guisa, de mi bem fazer
Poilo dizedes, nom dig'eu de nom;
 mais, mia senhor, dizede-m'ũa rem:
 como mi vós podedes fazer mal,
 nom mi podedes assi fazer bem?

E, mia senhor, mui gram poder vos deu
Deus sobre mim; e dizedes, senhor,
que me nom podedes fazer amor.
Poilo dizedes, creio-vo-lo eu;
 mais, mia senhor, dizede-m'ũa rem:
 como mi vós podedes fazer mal,
 nom mi podedes assi fazer bem?

E, mia senhor, já vos sempre diram,
se eu morrer, que culpa havedes i;
e vós dizedes que nom est assi.
Poilo dizedes, assi é, de pram;
 mais, mia senhor, dizede-m'ũa rem:
 como mi vós podedes fazer mal,
 nom mi podedes assi fazer bem?

E, mia senhor, nunca eu direi rem
de contra vós, se nom perder o sem.

Ca, mia senhor, quem hom'em poder tem
e lhi faz mal, pode-lhi fazer bem.

2.

Aquestas coitas que de sofrer hei,
meu amigo, muitas e graves som;
e vós mui graves, há i gram sazom,
coitas sofredes; e por en nom sei
 d'eu por vassalo e vós por senhor,
 de nós qual sofre mais coita d'amor!

Coitas sofremos, e assi nos avém:
eu por vós, amig[o], e vós por mi!
E sabe Deus de nós que est assi;
e destas coitas nom sei eu muit'en,
 d'eu por vassalo e vós por senhor,
 de nós qual sofre mais coita d'amor!

Guisado têm de nunca perder
 Coita meus olhos e meu coração;
 E estas coitas, senhor, minhas som;
 E deste feito nom poss'entender,
 d'eu por vassalo e vós por senhor,
 de nós qual sofre mais coita d'amor!

3.

Preguntei ùa don[a] em como vos direi:
 – Senhor, filhastes ordem? E já por en chorei!
 Ela entom me disse: – Eu nom vos negarei
 de com'eu filhei ordem, assi Deus me perdom!
 Fez-mi-a filhar mia madre, mais o que lhe farei?
 Trager-lh'-[e]i eu os panos, mais nom [o] coração!

Dix'eu: – Senhor fremosa, morrerai com pesar,
 pois vós filhastes ordem e vos ham de guardar.
 Ela entom me disse: – Quere-vos en mostrar
 como serei guardada, se nom, venha-me mal!
 Esto, por que chorades, bem devedes cuidar:
 tragerei eu [os panos, mais no coração al]!

E dix'eu: – Senhor minha, tam gram pesar hei en,
 porque filhastes ordem, que morrerai por en.
 e disse-m'ela logo: – Assi me venha bem,
 como serei guardada dizer-vo-lo quer'eu:
 se eu trouxer os panos, nom dedes por en rem,
 Ca terrei o contrairo eno coração meu.

4.

O voss'amig', amiga, foi sazom
 que desejava no seu coração
 outra molher, mais em vossa prisom
 está, [e] quite, por vós, doutra rem;
 e, pois al nom deseja se vós nom,
 bem seria de lhi fazerdes bem.

El outra dona soía querer
 gram bem, amiga, e foi-vos veer
 e ora já nom pod'haver prazer
 de si nem d'al, se lhi per vós nom vem;
 e pois assi é no vosso poder,
 bem seria de lhi fazerdes bem.

El outra dona havia por senhor,
 e ora Deus, por lhi fazer maior
 coita sofrer, já mentre vivo for,
 mostrou-lhi vós, por que el perd'o sem;
 e, poilo assi força voss'amor,
 bem seria de lhi fazerdes bem.

5.

Se eu, amiga, quero fazer bem
 a meu amigo, que bem nom quer al
 senom a mi, dizem-[me] que é mal
 mias amigas e que faço mal sem;
 mais non'as creo, ca sei ùa rem:
 pois meu amigo morre por morrer
 por mi, meu bem é de lhi bem fazer.

Elas nom sabem qual sabor eu hei
 de lhi fazer bem no meu coração
 e posso-lho fazer mui com razom;
 mais dizem logo que mal sem farei
 mias amigas; mais ùa cousa sei:
 pois meu amigo morre por morrer
 por mi, meu bem é de lhi bem fazer.

Eu lhi farei bem e elas verrám
 preguntar-m'ante vós por que o fiz
 e direi eu «Qual est a que o diz?»
 e, pois m'óirem, outorgar-mi-o-am;
 ca lhis direi: - Mias amigas, de pram,
 pois meu amigo morre por morrer
 por mi, meu bem é de lhi bem fazer.

E ante lhi quer'algum bem fazer
 ca o leixar, como morre, morrer.

Por lhi falar bem ou polo veer,
 Nom lhi quer'eu leixar morte pender.

6.

O meu amigo nom há de mi al
 senom gram coita que lhi nunca fal
 e, amiga, o coração lhi sal
 por me veer; e dized' ùa rem:
 pois m'el bem quer, e que lh'eu faça mal,
 que faria, se lh'eu fezesse bem?

Des que naci nunca lhi fiz prazer
 e o mais mal que lh'eu pudi fazer
 lhi fiz, amiga; e quero saber
 de vós, pois este mal por mal nom tem,
 e lh'eu mal faç'e por mi quer morrer,
 que faria, se lh'eu fezesse bem?

El é quite por mi doutra senhor
 e faço-lh'eu cada dia peor,
 pero, amiga, a mim quer melhor
 ca si nem al; e, pois lha'assi avém
 que lh'eu mal faç'e m'el há tal amor,
 que faria, se lh'eu fezesse bem?

Pero de Ornelas

1.
Nostro Senhor! e ora que será
daquel que sempre coitado viveu,
que viv'e cuida por en ser sandeu
ca sabe bem que nunca perderá
esta coita, ca nom quer sa senhor?

E que será do que quis mui gram bem
e quer a quem lho nom quer agradecer,
nem lhi quer por end'outro bem fazer
e sabe que nom perderá per rem
esta coita, ca nom quer sa senhor?

E que será do que sempre servir
foi quem lhi quis e quer por en[de] mal
e nunca lhi por en quis fazer al
e que nunca de si pode partir
esta coita, ca nom quer sa senhor?

2.
Havedes vós, amiga, guisado
de falar vosc'hoj'o meu amigo,
que vem aqui, e bem vo-lo [digo],
por falar vosc', e traz-vos recado
de rog', amiga, do voss'amigo:
que façades o meu falar migo.

E u moro já el nom mora,
ca lhe defendi que nom morasse
i, e por en catou quem rogasse,
e recado sei que vos traz ora
de rog', amiga, do voss'amigo
que façades o meu falar migo.

Gram sazom há que meu bem demanda
e nunca pôde comigo falar,
e vem ora voss'amigo rogar,
e com recado sei que vos anda
de rog', amiga, do voss'amigo
que façades o meu falar migo.

¹ Universidade do Minho, CEHUM.

BIBLIOGRAFIA

Diogo, Américo António Lindeza (ed.) (1999). *Lírica Galego-Portuguesa. Antologia*. Braga-Coimbra: Angelus Novus.

Domingues, Agostinho (2014). “Os trovadores de Amares”. In José Viriato Capela & Agostinho Domingues (coord.). *Para a História de Amares* (pp. 149-162). Amares: Município de Amares.

Oliveira, António Resende de (1994). *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri.

Oliveira, António Resende de (2001). *O Trovador Galego-Português e o seu Mundo*. Lisboa: Notícias Editorial.

Lopes, Graça Videiro (ed. Coord.) (2016). *Cantigas medievais galego-portuguesas*, Vol. 2. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Instituto de Estudos Medievais, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical.

Silva, Domingos Maria da (1981). *Entre-Homem e Cávado. Cantigas*. Braga: Oficinas Gráficas da Editorial Franciscana.

Tavani, Giuseppe (1990). *A Poesia Lírica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1990). *Cancioneiro da Ajuda*, Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (reimpressão da edição de Halle, 1904).

OS TROVADORES DE AMARES - RODRIGO EAMES DE VASCONCELOS E PERU DE ORNELAS



© LUÍS BORGES



IGREJA DO
MOSTEIRO DE
SANTO ANDRÉ
DE RENDUFE

—

300 ANOS

Paulo Oliveira ¹
poliveira@culturante.gov.pt



Fundado pelos finais do séc. XI, o Mosteiro de Rendufe integrou a Ordem de S. Bento como muitos outros mosteiros situados no Entre-Douro-e-Minho. Desde o Concílio de Coianza, em 1055, que os reis de Leão e Castela, Fernando o *Grande* (+ 1065) e Afonso VI patrocinaram a decisão de filiar os mosteiros então existentes e aqueles a fundar, nas Ordens de S. Bento ou de S. Agostinho. Rendufe surge então na sequência deste alto patrocínio régio e da aliança estabelecida entre a corte leonesa e o Papa, que visou o estabelecimento do rito romano nos territórios então pertencentes ao reino de Leão e o gradual povoamento e fixação dos povos à terra, dinamizando a frágil economia agrícola da época.

É nesta contratualização político-religiosa que assistimos à chegada do bispo S. Geraldo, monge beneditino, para a arquidiocese de Braga, assim como também à de D. Henrique para o governo do condado portugalense. Mosteiros como o de Tibães, entre 1070-1077, Alpendurada (1054-1065), Santo Tirso (beneditino em 1071), Pombeiro e Rendufe (cerca de 1090), entre outros, são agora fundados ou refundados na Ordem de S. Bento, através das famílias patronais como as dos Silvas, dos Sosas ou dos Penegates, nobreza local com estreitas ligações à Corte D. Henrique, sobrinho de D. Hugo, abade da grande abadia beneditina de Cluny, apoiará o crescimento destes mosteiros, fornecendo-lhes os meios materiais para o seu desenvolvimento através das cartas de Couto que ia outorgando, política essa seguida também por seu filho, D. Afonso Henriques. Cresce então, por finais do séc. XI, a observância beneditina em muitos dos mosteiros existentes no Entre-Douro-e-Minho.

Rendufe terá sido fundado, segundo alguns autores, pouco antes de 1090, seguindo desde início a Regra de S. Bento. O seu instituidor terá sido Egas Pais de Penegate. Em 1151 a igreja estava pronta, data de uma inscrição existente na base do arco cruzeiro, onde se lê: E M C LXXX VIII (era 1189 = ano 1151) (Fontes, 2011). Recebe Carta de Couto, pelos anos de 1108 e no séc. XII possui um vasto território que se concentra, sobretudo, entre os rios Homem e Cávado. O Couto de Rendufe integrava as freguesias de Santíssima Trindade da Capela, onde se situa o Mosteiro, a de São Vicente do Bico, a de S. Martinho de Lago e a de S. Pedro de Barreiros e perdurou até à extinção das Ordens Religiosas.

Depois de um período de prosperidade ao longo dos séculos XII e XIII, o Mosteiro de Rendufe irá sofrer, como muitos outros, da grave crise do século XIV, em que a peste negra e a guerra de D. Fernando com Castela irão ter um impacto severo no país e a que as comunidades religiosas não puderam fugir.

Nos finais do séc. XIV e nos inícios do XV o país irá assistir à desagregação das comunidades religiosas. O arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra irá extinguir diversos mosteiros beneditinos como Lomar,

Sande, Adaúfe, Fonte Arcada e outros, que passam a igrejas paroquiais. Vilar de Frades, talvez o mais rico dos mosteiros beneditinos será entregue aos Lóios, atendendo ao facto de não ter monges há já muito tempo. O próprio mosteiro de Rendufe foi suprimido em 1401, pelo Papa Bonifácio IX, que o transforma numa colegiada, alegando graves desmandos cometidos pelos monges, entre eles o assassinato de dois abades e de um capelão. Oito dias mais tarde revoga a sua decisão, alegando ter sido mal informado, restaura o Mosteiro e nomeia novo abade, Mestre André Dias de Escobar, mais tarde bispo de Ciudad Rodrigo.

É o início do tempo dos abades comendatários (muitos deles nem clérigos eram), nomeados pelos monarcas ou pelo Papa e que, na sua maioria, apenas cuidavam de receber a sua comenda, sem se preocuparem, na maior parte das vezes, com a vida da comunidade monástica. Assim, entre 1401 e 1567, o mosteiro de Rendufe foi dirigido por abades comendatários, ficando no entanto, célebre, o último, D. Henrique de Sousa, que reedificou o mosteiro, reconstruindo a igreja que serviu até 1716-19, de pedra de cantaria, e que morreu assassinado em 1567.



RETÁBULO CAPELA-MOR
© ANTÓNIO MOREIRA

Os tempos da Congregação Beneditina (1567-1834)

Em 5 de março de 1567, Fr. Pedro de Basto tomava posse do mosteiro, que passou a incorporar a Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos reinos de Portugal, dando-se então lugar à reforma monástica, que uniu os mosteiros de S. Bento sob a direção de um Abade Geral, que residia em Tibães. Agora os abades eram eleitos por três anos em Capítulo Geral da Ordem, que se celebrava, normalmente, na Casa-mãe da Congregação, o Mosteiro de São Martinho de Tibães, e que se iniciava a 3 de Maio, dia de Santa Cruz. Também os rendimentos dos mosteiros passavam agora para a Congregação, deixando de pagar pensões a famílias patronais ou comendatários. No entanto, houve resistências por parte dos herdeiros do último comendatário, pelo que só em 1587 o Mosteiro de Rendufe integrou plenamente a Congregação Beneditina. Desenvolvem-se pouco tempo depois obras no mosteiro, estando registadas obras na igreja em 1629 e no edifício em 1688, cuja fachada ostenta a tradicional fachada maneirista, encimada por frontão triangular, característica dos mosteiros beneditinos do séc. XVIII.

No séc. XVII, dizia Fr. Leão de S. Tomás na sua *Beneditina Lusitana*: “Tem o Mosteyro hua cerca grande, toda murada de pedra, & dentro tem hortas, pumares, & hua deveza de muitas arvores, & nella muyta caça, fechada & murada sobre si.”

Dado o estado de degradação generalizada em que estavam os mosteiros, fruto da má gestão de muitos dos antigos comendatários, a Congregação decidiu desde o longínquo Capítulo Geral de 1590, efetuar uma profunda renovação dos velhos mosteiros, na sua maioria arruinados (Oliveira e Ramos, 2003: 51-60). Ao mesmo tempo, projetando novos mosteiros nas cidades, como Lisboa, Porto, Santarém e Coimbra, os monges negros materializavam o Breve do Papa Sisto V de *passar os Mosteiros do ermo para o povoado*.²

Este programa construtivo que se desenrola ao longo de todo o Séc. XVII inicia-se em 1601, quando o Abade Geral declara que *mandara vir de Lisboa a Diogo Marques, Arquitecto de Sua Majestade para fazer as traças dos Mosteiros da Congregação...*³

Baltazar Álvares e Diogo Marques Lucas foram os arquitetos responsáveis pela edificação ou reedificação dos mosteiros da Congregação, obedecendo a orientações precisas *dos programas construtivos conventuais, que impunham regras estritas de organização funcional, gastos controlados e um relativo despojamento decorativo* (Seromenho, 1995: 383-391).

Concluído este processo, de construção de mosteiros em áreas urbanas e de ampliação dos mais antigos, segue-se um outro, durante o séc. XVIII, agora já de modernização, que irá embelezar os mosteiros de S. Bento e transformá-los em verdadeiros pólos difusores de novas ten-

dências estéticas que o barroco ia trazendo ao nosso país e mais concretamente aos seus mosteiros do Entre-Douro-e-Minho.

O Mosteiro de Tibães, a casa-mãe da Ordem, inicia neste período um longo processo de renovação arquitetónica e de embelezamento dos seus espaços conventuais que irá terminar apenas por volta de 1820. Outros mosteiros, como Rendufe, Alpendurada, Refojos de Basto, Pombreiro, S. Romão do Neiva, Cabanas, seguem-lhe os passos.

Igreja do mosteiro beneditino de Rendufe

Esta igreja, de autoria do Mestre pedreiro e arquiteto Miguel Fernandes, natural e residente em Cossourado, Barcelos, foi construída apenas em três anos, pois foi inaugurada em 30 de Abril de 1719. A rapidez e qualidade de execução foi enaltecida pelo Geral de São Bento, que na Visita efetuada em Fevereiro de 1719 elogia o abade de Rendufe pelo seu empenho na obra, *concluindo em tão breve tempo o que se não pudera fazer em muitos annos*⁴. No contrato redigido em 16 de Agosto de 1716, Miguel Fernandes é denominado como “*mestre de pedreiro e alquitatura*”, o que denuncia desde já a qualidade inequívoca quer como mestre construtor, mas também como autor de riscos.

A igreja custou ao mosteiro de Rendufe a “*coantia de trese mil crusados e sem mil reis*”, isto é, cinco contos e trezentos mil reis, soma considerável para a época. Nas cláusulas desse contrato, o mestre ficava “*obrigado a desfazer da igreja e tirar a velha e arrumar madeiras e quebrar pedra de alvenaria e esquadria*”, enquanto o abade de Rendufe se comprometia “*a chegar a pedra por sua conta e dar toda a cal nessessaria, saibo e tijollo e as madeiras nessessarias para o restador e rodas e sarilhos e caibros e mastros, as coais madeiras lhas darão na devesa desta casa*”. O mestre ficava ainda obrigado a serrar a madeira e fazer os aprestos necessários para a obra, “*heisseto a madeira dos azimbres que essa sera por conta delle dito Reverendo padre dom abbade dar hua serrada*”. As refeições ficavam também por conta do mosteiro, pois o “*Reverendo padre dom abbade dara reçam e de comer a elle dito mestre e a todos os mais pedreiros caldo feito gentar e noute*”. O mestre comprometia-se também a lajear as “*capellas do degrao para sima. E não fica o dito mestre obrigado aos reboquos,*” que ficariam então por conta do mosteiro. O mestre tinha que dar a obra pronta e acabada no dia de S. Bento de março (dia 21) de 1719.

Igreja do Mosteiro de Alpendurada

No Capítulo Geral iniciado em 3 de maio de 1722, o abade do mosteiro de Alpendurada advertiu o capítulo “*que era preciso mandarsse fazer Igreja pella grande neccidade que havia, assim para os religiosos como para o povo...*”. Sugeriu ainda que se devia “*mandar ao Prelado futuro que logo tratase desta obra, chamando mestres de Architectura para escolher o cítio e dispor a trasa, dando parte ao Nosso Reverendissimo e com o seu concentimento se mandase fazer logo a obra...*”.⁵

No Capítulo Geral seguinte, de maio de 1725, insistia-se “*que aquelle Mosteiro necessitava de Igreja, como se tinha recomendado no Capítulo Geral passado e se devia tomar a ultima rezolução para que tivesse effeito esta obra; e se resolveo por todo o Capítulo [...] que o Prelado futuro de Pendorada tratasse logo de rematar esta obra pella planta que fes Miguel Fernandes, a quoyal já está aprovada...*”.⁶

Também de autoria do mestre Miguel Fernandes, para a construção deste templo foi constituída uma associação de mestres pedreiros, que incluía o próprio Miguel Fernandes, mas também João Martins, Manuel Fernandes da Silva e André Lopes, que remataram a obra pelo preço de “*oito mil cruzados e trezentos mil reis*”⁷, ou seja, 3 contos e 500 mil reis. Neste contrato, lavrado em 11 de Fevereiro de 1726, não se incluía a capela-mor. Tal como em Rendufe, a rapidez de execução desta obra impressiona: a data de conclusão seria o final do triénio, que se esgotava a 3 de Maio de 1728. Atendendo à data de 1727, inscrita no portal de entrada do templo, conclui-se facilmente que a igreja, com a torre sineira, foi construída em menos de dois anos!

As semelhanças com o templo de Rendufe são evidentes, assim como com outras igrejas conventuais beneditinas deste período, que podemos balizar entre o último terço do século XVII e o primeiro do XVIII, como Carvoeiro, Cabanas, Miranda, S. João da Foz do Douro e outras, “*cujas fachadas oferecem a mesma portada central em vez dos pórticos de três arcos da tradição anterior*” (Smith, 1971: 12).

Padronizadas pela planta de cruz latina, de uma só nave, em abóbada de berço, com capelas laterais, capelas mor profundas e transepto, a sua arquitetura seguia, genericamente, as instruções de S. Carlos Borromeu⁸ para a construção dos templos.

Arquitetura simples, austera e funcional, cujos elementos decorativos exteriores se inscreviam apenas no frontispício, de fachadas severas, que terminando em frontão simples, eram compostas de amplos janelões, essenciais para a iluminação quer do coro quer da nave, e ainda dos nichos sobre a porta de entrada, onde se inseriam as imagens dos fundadores da Ordem, S. Bento e S.^a Escolástica, ladeando o orago do respetivo templo, que se colocava ao centro, imediatamente por cima da porta de entrada.

O mestre pedreiro e arquiteto Miguel Fernandes

Miguel Fernandes nasceu em 21 de setembro de 1662, em Cossourado, freguesia do termo de Barcelos, filho de João Fernandes e de sua mulher Ana Francisca, moradores em Quintela.⁹

Em criança aprendeu o ofício de pedreiro junto do grupo de oficiais daquela arte (Rocha, 1996: 58-59), tradicional em Cossourado e nas freguesias vizinhas, como Balugães, Mondim e Panque. Perícia que se aprendia nas oficinas familiares e de vizinhos, que granjearam para aquelas localidades a fama da existência de excelentes artesãos na arte de trabalhar a pedra, arrancada aos rijos solos de rocha granítica.

Em 26 de Janeiro de 1687, casa-se com Maria Vicente, filha de Felipe Vicente. Nesta altura, com 25 anos, já Miguel Fernandes era designado por “Mestre Pedreiro”.¹⁰

Vem a falecer com 68 anos, a 28 de janeiro de 1731, na freguesia onde nasceu e residia, Cossourado, tendo sido sepultado na igreja paroquial *“junto ao altar de Nossa Senhora do Rosário com hum officio de corpo presente de vinte e oito padres”*.¹¹

A obra

Não conhecemos o seu percurso profissional até 1705 quando contratou e construiu o Santuário do Senhor Bom Jesus da Cruz de Barcelos, cuja planta se deve ao arquiteto régio João Antunes e que foi aberto ao culto em 1710 (Trigueiros, 1988: 29) e (Oliveira, 1999: 201-232). A execução desta obra e o contacto com os riscos de João Antunes e do engenheiro militar de Viana, Manuel Pinto Vila Lobos, forneceram-lhe a capacidade necessária para se projetar como um dos grandes mestres pedreiros e “riscadores” do primeiro terço do séc. XVIII na região minhota, sobretudo em Braga e Barcelos.

Logo após ter concluído o Bom Jesus da Cruz de Barcelos, executa a partir de 1710 a obra das capelas de S. Pedro de Rates e de S. Martinho da Sé de Braga, em parceria com Filipe Vicente, por 500\$000 reis cada capela.

Em 1716, Miguel Fernandes contrata a sua primeira grande obra documentada como autor também do risco: a da igreja do mosteiro beneditino de Rendufe.

As obras desenvolvidas no Mosteiro de Tibães

Para além daquelas grandes obras nos mosteiros de Rendufe e Alpendurada, outras realizou o mestre no seio da Congregação e vamos encontrá-lo em Tibães entre 1725 e 1730, onde vai reedificar a *fundam-*

mentis o claustro do cemitério, construir o muro de reforço exterior junto à sacristia, as escadas entre claustros com seus nichos, e o capítulo conventual, com a sua bela varanda voltada ao nascente. Foi ele, ainda, o responsável pelo trabalho de renovação da Cerca.

Claustro do cemitério, capítulo conventual e varanda

A obra do claustro do cemitério iniciou-se em julho de 1725 (primeira data de pagamento), terminando em agosto de 1727, com a última prestação, “*com que lhe ajustei a obra do claustro, que tomou em hum conto e duzentos mil reis*”¹². As escadas de acesso ao piso superior foram construídas pelo mestre entre agosto de 1727 e fevereiro de 1728, pagando o mosteiro por esta obra “*trezentos e cincoenta mil reis*”.¹³

Em 1728, Miguel Fernandes continuava o seu trabalho, construindo o capítulo conventual (atual residência paroquial) e a varanda voltada a nascente, recebendo trezentos e cinquenta mil reis pelo capítulo e cinquenta mil reis “*pella baranda nova que fês sobre os pomares, para a parte de Braga*”¹⁴, obras que termina em abril de 1730.

Cerca do Mosteiro de Tibães

Simultaneamente às obras que decorriam no edifício, desenrolavam-se os trabalhos de remodelação e embelezamento da Cerca, iniciados no triênio de 1725 e 1728: “*Toda a Cerca que fica para o monte de S. Gens tomou nova forma, arrazando-se muita terra e abrindo-se ruas ou passeios e dividindo-se por paredes de pedra e cal em varios pomares de fruta, circuitando-se todos de vistozas latadas, que comprehendem todo o ambito da horta ou Cerca, e em o simo se principiou a Capella nova de S. Bento de novo fazendo-lhe hum plano ou grande terreiro para o jardim que hoje se vê, com o grande tanque ou viveiro que lhe fica por baixo do mesmo jardim, para onde se sobe por duas escadas de pedra com suas grades ou corrimões de ferro lavrado; e se principiarão as fontes que correm desde o dito tanque para baixo*”.¹⁵

Obra faseada, envolveu meios avultados. Miguel Fernandes tinha, em 1727, dez dos seus oficiais a trabalhar na construção dos socalcos da horta.¹⁶

Depois, executa as duas primeiras fontes do escadório e as armas de S. Bento do tanque ou viveiro. As fontes, os socalcos, os aquedutos, os bancos, caminhos e latadas, vão transformar todo este espaço *num dos mais belos e deleitosos do reino, segundo as próprias palavras dos cronistas*.

A sua morte, em janeiro de 1731, impede-o de poder assistir à conclusão do magnífico espaço que ajudara a criar.

Outras obras de Miguel Fernandes

Para além das importantes obras aqui referenciadas existem outras, documentadas, de Miguel Fernandes, como a da condução da água e construção de um terraço e chafariz na varanda do convento de S.^a Marinha da Costa, em Guimarães, cujo contrato foi lavrado em 15 de fevereiro de 1710, pelo preço de 400\$000 reis.¹⁷

Obras suas são ainda a igreja dos Terceiros de Barcelos, já demolida, e o edifício (em parceria com Domingos Rego, em 1728) e capela do Recolhimento da mesma cidade, em 1727, em parceria com, entre outros, Francisco Manuel (Oliveira, 1999: 201-232).

Para além das obras que contratava, deveremos salientar que Miguel Fernandes acompanhava, ou “assistia”, como se designava, outras construções que se iam desenvolvendo em diversos locais, como no mosteiro de Pombeiro, ao nível da edificação do coro alto e ampliação da capela-mor da igreja, entre 1721-1722, tarefa pela qual recebeu duas moedas de ouro (9\$600 reis)¹⁸. Foi também chamado em 1730, com Manuel Fernandes da Silva e Gregório Ribeiro, para fazer uma vistoria às obras que decorriam na igreja de S.^a Cruz, em Braga (Oliveira, 1999: 215).

Também o seu testemunho e chancela eram solicitados pelos jovens mestres que pretendiam afirmar-se no mundo da construção, como no caso da igreja de Remelhe, no concelho de Barcelos, em que Miguel Fernandes serviu de fiador e garantia da correta execução da obra, contratada por Domingos Francisco e Serafim Ribeiro em 21 de janeiro de 1725, pela modesta quantia de 180\$000.¹⁹



ASSINATURA NOTARIAL DO MESTRE MIGUEL FERNANDES

O preenchimento interior da igreja do Mosteiro de Rendufe



VISTA GLOBAL DO INTERIOR DA IGREJA DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE
© ANTÓNIO MOREIRA

Após a inauguração, em 30 de abril de 1719 procede-se, entre os anos de 1719 e 1725, ao preenchimento do interior da igreja de Rendufe, cuja talha, de estilo nacional, segue a que tinha sido realizada uns anos antes para o Mosteiro de São Bento da Vitória, do Porto.

Segundo o historiador Robert C. Smith, o seu autor terá sido o entalhador Gabriel Rodrigues, que executou juntamente com Marceliano de Araújo os painéis do coro de São Bento da Vitória, no Porto. Aí fez a talha do coro alto, o arranjo do retábulo-mor e sua tribuna, os dosséis dos púlpitos, as caixas dos órgãos, etc., nos anos que vão de 1717 a 1719. Segundo Robert Smith “à luz de tantas relações estilísticas com todos estes grandes trabalhos contemporâneos, é muito possível que a talha dos retábulos de Rendufe também pertença à obra de Gabriel Rodrigues.” No entanto, Aurélio de Oliveira indica Bento Alvarenga da Costa (executou o retábulo-mor do mosteiro de S. Bento da Vitória no Porto) como o mestre entalhador de Rendufe, apesar da participação de Gabriel Álvares nos trabalhos, embora numa escala inferior à de Bento Alvarenga.²⁰

É de salientar que Gabriel Rodrigues também trabalhou noutros mosteiros beneditinos, como no de Carvoeiro e em Tibães na fase final da sua vida, quando executou o desaparecido retábulo do Capítulo Conventual em 1733. Seja como for, e até que surjam documentos que nos elucidem sobre este assunto, o importante é que se sente o reflexo doutros trabalhos em igrejas beneditinas, como é o caso da do Mosteiro de São Bento da Vitória, que claramente influenciou a produção retabular da igreja do Mosteiro de Santo André de Rendufe.

No entanto, ainda em fase final de construção do novo templo, executaram-se desde logo alguns elementos que iriam servir na nova igreja, como podemos aferir pelo Livro dos Estados (relatório do governo de um abade para ser apresentado em capítulo geral da Ordem) do triénio de 1716-1719, que nos transmite:

*Fes-se huma Igreja nova a Fundamentis, com suas torres, e garimpas, e parte do frontespicio, tres imagens douradas com seos resplandores, e báculos Huma Caza para tribuna e outra para o Pôs Coro
Fizerão-se para a dita Igreja todas as grades de ferro, vidraças, redes, e portas necessarias
Fizerão-se grades para o Coro, tribunas, Igreja, presbiterios, e baptisterios, e se mandarão pintar todas, como tambem as portas
Fizerão-se dous pulpitos com seos guarda pos de talha, e ambos se mandarão dourar
Compos-se o retabulo da Tribuna da capella mor em boa forma, e alguns mais
Fizerão-se forros em que andam as alampadas
Acrescentou-se a antesacristia, com seo arco de pedra, e abobeda de tijollo
Fes-se huma imagem ... da Conceição de nove palmos de alto toda estofada com sua coroa de prata
Fes-se huma imagem de hum Santo Christo de nove palmos de alto, e huma cruz e resplendor para elle... ²¹*

No triénio seguinte, de 1719-1722, sob o governo do abade Frei João de São Bento, continuam as obras para preenchimento da igreja, executando-se todos os retábulos:

*Fes-se hum retabulo para a capella maior com sua banquetta de pedra, e escada por de tras da tribuna para as serventias, e se compos o sobrado do assento della, e se forrou por sima a caza da Tribuna de forro mourisco.
Fizerão-se seis retabulos para todos os mais altares da Igreja, e os altares se fizerão de madeira com seus taburnos.*

Para além dos retábulos, também se executaram as esculturas e frontais para os mesmos:

*Fizerão-se seis imagens de Sanctos, S. Andre; S. Bento, S. Bernardo, S. Escolastica, S. Mauro, e S. Placido que em todos se puserão resplandores de prata, e em S. Bento, e S. Bernardo baculos tambem de prata, e as imagens se estofarão de ouro.
Forrou-se e puzerão-se cortinas no sacrario do altar mayor de primavera de ouro, com sua guarnição de prata.
Fizerão-se quatro frontais de madeira pintados de huma, e outra parte para os quatro altares todos de pelles para as guardas das toalhas, e em todos se puzerão cruces de pao preto.*

Também o coro alto foi executado neste triénio:

Fes-se hum Choro todo de talha com duas ordens de cadeiras, e hum estante grande para o meyo delle

Afinou-se o orgão e consertarão-se os folles delle, e compuzerão-se. ²²

No triénio seguinte (1722-1725), sendo abade Frei Manuel de Macedo, continuam os trabalhos, dourando-se o retábulo-mor e construindo-se novo órgão:

Dourou-se e estofou-se o retabolo da Capela mor.

Fes-se-lhe hum frontal de talha e acrescentou-se-lhe na volta do teto hum arco tambem de talha e tudo se dourou.

Fizeram-se, douraram-se e estofaram-se seis anjos para a tribuna.

Fizeram-se na capela mor huns almarios com sua porta em correspondencia a huma que esta na mesma capela.

Pintaram-se estas portas e grades, solhou-se o pavimento todo da capela mor.

Fizeram-se tres taburnos e bancos para o cruzeiro da igreja.

Fes-se hum anteparo para a porta principal da Igreja e se pintou.

Fes-se hum varam de ferro em volta para as cortinas do retabolo da capela mor.

Fizeram-se duas caixas correspondentes para os orgauns de talha.

Fes-se hum orgam de doze que correspondente a vinte e quatro todo de novo.

Fica comedido o acrescentamento ao segundo orgam, o que fica necessario para se acabar.

Fes-se uma imagem de hum Santo Xpo para o choro de doze palmos de altura, e se lhe fes hum nicho de talha. ²³

Entre 1725-1728, sendo abade Frei Lopo de Ataíde, prosseguem as obras:

Lagiu-se e fizeram-se sepulturas e canteiros de pedra no claustro. Forrou-se, e se comprou, e conduzio o azolejo para elle.

Fizerão-se humas grades para a entrada da capela mor e esta se goarneção de bancos de encosto, e se pintou tudo.

Fes-se hum capella de baixo da torre e se compos com seu retabolo, e se lhe pos hum vidraça e o mais necessario para seu adorno, e se mudou e concertou o lugar do Baptisterio. ²⁴

No triénio de 1728 e 1731, no abaciado de Fr. Tomás do Sacramento, as obras acalmam na igreja, mas continuam com toda a força no edificado monástico. Constrói-se novo dormitório, com celeiro e adega nos pisos inferiores, com dez celas e uma para o abade, formando-se a partir desta data a atual entrada do Mosteiro, com seu pátio e terreiro.

Fes-se hum Dormitorio de duzentas e sincoenta e quatro palmos de comprido, e trinta e seys de largo, com des cellas, e huma gande para o Prellado.

Por baixo hum grande celleyro, e duas cazas, e adega de baixo do celleyro, com duas ordens de arcos, e abobedas no fim humas necessárias.

Fizeram-se escadas de quatro degraos formando patio a porta da Igreja, que com os emtalhos em todo o terreyro estava asombrada: e com suas collunas que sahirão da porta do carro, se fromou hum cabide ao lado do dito patio para abrigo de quem vem a portaria e a baixo das escadas se fes hum cuberto para se recolherem os que vem a cavallo, com porta interior para o olival. ²⁵

Alguns anos mais tarde, com Fr. José do Desterro como abade (1740-1743) fez-se:

Huma primorosa imagem de Santa Gertrudes de altura de sinco palmos, bem estofada com hum resplendor de prata na cabeça, e outro no peito que serve de relicario a hum menino, que tem no coração. Esta collocada no altar da Senhora do Rozario

Collocou-se no altar lateral do Rozario o sacrario dourado, que estava na capella mor, e nelle para mayor decencia, se pos de novo hum pavilhão de galace do ouro franjado, e guarnecido de ouro ...

No lugar donde se tirou o Sacrario se rematou a banquetta no meyo com huma taboa talhada, e dourada ao moderno com seus foscos, sobre a qual se pos huma cruz â Romana de sette palmos de alto ladeada de seis castiças triangulares, à proporção de obra primorosa, e prateado tudo de prata em po. Puzerão-se em todos os seis altares curtinados de ruão azul com suas franjas de seda que cobrem todos os retabulos: o ruão que nesta obra se gastou estava há muitos anos no depozito ...

Concertarão-se os doze castiças de prata pondo-lhes varetas novas, e vasos novos, e alguns bicheiros, que estavam totalmente amaçados ...

Na Sancristia se renovarão de todos os caixões della que estavam totalmente arruinados, forrando se, e encaixilhando se todos os andames de gavetões, espaldares, assentos, e almarios; e para melhor resguardo se levantarão sobre taburnos de pinho cheyos de carbão, e se deixarão afastados das paredes de groçura de meyo palmo, encostados a hum tapamento de taboas pregadas em caibros, e cheyos tambem de carbão, prezevativo da humidade que destilão as paredes: e para os fermoziar se lhes puzerão humas banquetas que cobrem o desvão da parede e caixões.

Fizerão-se para os pulpitos dous riquissimos panos, de brocado de ouro crespo, e lizo guarnecidos de galões, e franjões de ouro fino. Fes-se hum cortinado de damasco carmezim de padrão largo, todo guarnecido de galões e franjões de ouro fino para ornato das Imagens do altar mor. Fizerão-se dous cortinados do mesmo damasco carmezim guarnecido de galão e franjão de ouro fino que serve para a estante do altar mor. Fizerão-se capas de baeta encarnada para cobrir os castiças, e cruz do altar mor. ²⁶

Era o tempo da arte barroca em todo o seu esplendor. A igreja forrada a magníficos retábulos de talha dourada. Amplos cortinados de ruão azul para os altares da nave. Na capela-mor, cortinados de damasco carmesim nas imagens; tecidos de brocado de ouro para os púlpitos. Castiçais de prata. O sacrário retirado para a capela da Sr.^a do Rosário, para que todo cerimonial litúrgico decorresse com a maior solenidade.

Quando o abade celebrava, fazia-o sempre em pontifical. Para isso se preparou o presbitério:

Levantou-se o altar mor sobre hum degrao, com que fica mais espaçozo o ambito presbiteral, e deixa lograr melhor os ministros peramentados. Puxaram-se os presbiterios à face das escadas, ficando assim mais largos, e com bella serventia e dezafogados para os pontificaes

Fes-se hum solio de baixo do docel em tres degraos que estão pintados, e nos

dias de Pontifical cubertos de panno verde como mandão os cerimoniaes. Esteirarão-se os degraus da capella mor com huma grande esteira e huma para o degrao do altar, e mais duas para os dous lateraes. Esteirou-se toda a capella mor de ceirões como tambem todos os degraos, e taburno do altar. ²⁷

Não sendo elemento decorativo da igreja, não deixaremos de referir a construção, neste triénio de 1740-1743, da fonte existente a meio do terreiro do mosteiro:

Fes-se huma fontayna no terreyro da Igreja toda de esquadria bem lavrada com huma grande pedra no meyo com as armas da religião, e rematada com huma targe e pyramides modernas. ²⁸

E porque passados cerca de 30 anos sobre a construção da igreja, se sentiam já alguns problemas na sua estrutura, no triénio de 1745-1748, sendo abade Frei Manuel dos Anjos, foi necessário realizar algumas obras:

Concertou-se a aboveda da capella mor que se achava aberta pelo meyo ameaçando ruina, e para isso se pozerão sinco tizouras para se sustentarem em seos telhados, e se carregarão os tersos da ditta aboveda com muita pedraria para sua mayor segurança.

Correrão-se os telhados da mesma capella, e assim os da Igreja e se caliarão e se dealvou toda a Igreja e capella mor como tambem todo o Mosteiro por dentro e por fora toda a galaria e fronteyra da Igreja e Torres pondo-se nestas muitos telhoens. ²⁹

Entre 1752 e 1755, no governo de Frei João de S. Veríssimo, procede-se ao douramento dos retábulos da nave da igreja e coloca-se novo sacrário:

Dourarão-se os seis retabolos da Igreja primorozamente luzidos, e no altar colatral se pos de novo hum sacrario bem feito e dourado, e por dentro bem guarnecido. ³⁰

No triénio de 1755 a 1758, do abade Fr. Jerónimo de S. Bento, procede-se ao início da redecoreação rococó da capela-mor, com novo cadeiral, sanefas, molduras e ilhargas belíssimas, na linha daquelas que seriam executadas em Tibães entre 1758 e 1761.

É o novo gosto artístico que surge e que vai transfigurar muitas das igrejas minhotas, sendo os beneditinos uns dos seus mais ilustres representantes e difusores. Abraçam rapidamente o novo modelo do rococó bracarense (e do alto Minho) e tornam-se um dos seus principais disseminadores, com as suas igrejas a receberem nova talha, principiada sobretudo em Tibães, com os desenhos do arquiteto bracarense André Soares da Silva, depois secundado por um dos seus principais continuadores: o monge leigo beneditino, também de Braga, Fr. José de S.^o António Ferreira Vilaça, que irá disseminar esta arte nos anos seguintes em

igrejas e mosteiro da Ordem, como Tibães, Refojos de Basto, Pombeiro, entre tantos trabalhos que nos legou. Esculpindo e desenhando, Fr. José de S.º António Vilaça é, com certeza, um dos maiores artistas que a segunda metade do séc. XVIII e os primórdios do XIX conheceu, sobretudo no território do Entre-Douro-e-Minho.



SANEFA ROCOCÓ DA CAPELA-MOR, DATA DE CONSTRUÇÃO: 1758-1761.
© ANTÓNIO MOREIRA

Neste triénio ficou então dada, o que quer dizer contratualizada, mas não executada, toda a obra de talha rococó da capela-mor, que se irá concretizar no triénio seguinte, do abade Frei Fernando de Jezus Maria Jozé tal como aconteceu em Tibães. Esta afirmação contextualiza-se através dos Estados deste triénio:

Obras que ficam dadas

Ficam dadas as pinturas de todos os arcos dos altares do corpo da Igreja e também dos colatraeis como também de baixo do coro, e os tetos dos colatraeis tudo dealbado com alvaiada de fino oleo, com filetes de ouro, e já fica paga Fica dada a obra da capella mayor toda forrada de talha com suas sanefas também de talha com seus bancos de espaldares também de talha, com quatro santos de vulto dous para cada parte entre a mesma talha, e já fica paga, menos os santos.

Fica mais a obra das sanefas de talha para os altares do corpo da igreja tudo a moderna e já fica paga. ³¹

Mas este triênio de 1755-1758 foi também um período de dor e sofrimento nacional. O espantoso terramoto que avassalou Lisboa e o sul do país, fez-se sentir também no norte, embora numa escala reduzida. Mas o estadista de Rendufe não deixou de o referir, pois foi necessário realizar reparos na igreja:

Telhou-se toda a Igreja e capella mor e tribuna, com argamassa tudo com segurança e na tribuna se abriram de novo duas trapeyras para com facilidade se poder acodir as ruinas da tribuna por cauza do rigor dos tempos. Concertaram-se os dous curocheos das torres que se arruinaram com a violencia do espantozo tarremoto emmadeyrando-se de novo e solhando-se em grande parte pondo-lhe telhoens e telhas, tudo com manifesta perfeçam. ³²

Data também deste triênio o pátio atual do templo de Rendufe:

Fes-se à Porta Principal da Igreja hum patio todo de pedra de esquadria, guarnecido com suas piramides, e com suas varandas que ficam acompanhando huma escadaria que tem para a sua entrada, e a hum lado delle lhe ficam nove sepulturas feytas com primorosa esquadria para enterro dos pobres como simiterio. ³³

Alguns anos de descanso nas obras da igreja. Apenas no triênio de 1770-1773, do abade Frei João de Santa Gertrudes, se escreve:

Acabou-se e completou-se o douramento e pintura da capella mor, e na mesma se puzerão seis castiçais, e cruz aparelhada conforme ficou determinado no estado antecedente.

Fes-se huma banquetta dourada, e pintada para o altar mayor, e se mandarão pratear seis ramos para o ornato do mesmo

Solhou-se de madeira de castanho todo o pavimento da capella mor conforme se dizia no estado antecedente; e na mesma capella mor se fizerão alguns acrescentamentos na pintura e douramento. ³⁴

No triênio de 1777-1780, sendo abade Frei António da Ressurreição, acontecem obras de vulto na igreja, desde logo com a construção da capela do Santíssimo Sacramento, colocada na sequência do braço do transepto, após a capela de N.^a Sr.^a do Rosário:

Fez-se a fundamentis na Igreja do Mosteiro huma capella nova para o Santissimo Sacramento, toda de pedra, e feita com toda a perfeição, que continua, e fica proxima a acabar-se.

Fica já os vidros para as vidraças das frestas da dita capella, tijollo para a cupulla da mesma, toda a telha, e madeira para a cobrir.

Fizerão-se huma lampada de prata com toda a perfeição para a mesma capella, que fica na cella do Prelado.

Fizerão-se mais para a dita capella seis castiçaes para a banquetta, de bronze e dourados com toda a perfeição, que tambem ficão na cella do Prelado.

Fizerão-se para os altares da Igreja, arcos da mesma e frestas, sanefas de talha com bom gosto, que fazem o templo vistozo, as quaes ficão parte já postas e as que faltão, que he por culpa do entalhador, fica dinheiro na mão do Mestre das obras para lhe fazer os ultimos pagamentos, como se declara neste Estado Abrio-se sobre o Arco Cruzeiro hum oculo para dar mais luz a Igreja, com o que fica mais alegre, e vistozo o templo. ³⁵

São também contratualizadas e executadas novas sanefas para a igreja, pelo entalhador Álvaro Pereira de Faria, que estão documentadas.

As sanefas de talha da nave da igreja

Em Março de 1779, o abade do mosteiro de Rendufe contrata o entalhador Álvaro José Pereira de Faria ³⁶, morador na rua dos Chãos de Cima em Braga, para executar 13 sanefas para a igreja:

Uma para o arco grande da capela-mor

Duas para os arcos do cruzeiro

Duas para os altares colaterais

Quatro para os altares do corpo da igreja

Outras quatro para as frestas do corpo da igreja.

Para além de “vestir” estas quatro frestas, foi-lhe também incumbida a tarefa de “reformatar as duas caixas dos órgãos, na forma dos riscos e plantas”. ³⁷ Para esta obra, gastou o mosteiro com o mestre entalhador a quantia de 325\$000 reis, dando-lhe o mosteiro a madeira necessária, ferros e chumbo. O mosteiro deu ainda “cama e ração e aos oficiais cama e caldo”. A obra deveria estar pronta e acabada em março de 1780, acrescentando-se a informação: “sendo todas as peças diferentes nos feitios e só tendo correspondência com a que lhe fica fronteira.” ³⁸

Toda esta obra de talha se enquadra na renovação da igreja neste período, coincidindo com a construção de raiz da capela do Santíssimo Sacramento, colocada depois do braço norte do transepto.

Esta capela do Santíssimo, executada no triénio de 1777-1780 para acolher definitivamente o Sacrário, possui já características neo-



CAPELA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO (1777-1780)
©ANTÓNIO MOREIRA

clássicas, exibindo-nos um excelente conjunto de imagens de granito com elementos dourados. Infelizmente, não conhecemos o mestre que a riscou ou quem a executou, mas não deixa de ser um magnífico exemplar não muito comum no norte do país.

No triénio seguinte (1780-1783), acabam-se estas obras, sendo abade Frei Sebastião de S. José:

*Dealbou-se o Mosteiro todo por dentro e por fora
e tambem o frontespicio da Igreja e torres.
Acabou-se de pedraria, e emadeiramento, cupula e
vidraças da capella nova para o Santissimo Sacramento.
Acabão-se, e puzerão-se oito sanefas nos arcos, e frestas da Igreja.* ³⁹

Entre 1783-1786, continua o embelezamento da igreja, sendo segunda vez abade Fr. António da Ressurreição, que tinha mandado executar a obra da nova capela em 1777-1780:

*Lageou-se a capella do Santissimo Sacramento de marmore preto
e para a mesma se fizerão quatro anjos de pedra com suas pianhas.
Pintou-se a oleo toda a capella, e se dourarão todas as molduras
e talhas que tinha a mordente: puzerão-se no camarim bicheiros
dourados com suas aparadeiras de folha.
Fez-se e dourou-se o respaldo do Santo Christo do Coro.
Fizerão-se para o frontespicio da Igreja tres imagens de pedra – a do
Padroeiro, a de N. S. Patriarca, e a de N. M. St^a Escolastica.
Abrio-se huma fresta na Igreja de frente do altar de N. Sr^a do Rozario,
e se lhe poz grade de ferro, e vidraça.
Dealbou-se o Mosteiro por dentro, e por fora, e se correrão os telhados
Fizerão-se para a entrada da capella do Santissimo humas grades de pedra,
e parte de pao para a fechar.* ⁴⁰

Nos triénios posteriores não param os trabalhos. Assim, entre 1789-1792, sendo terceira vez abade de Rendufe Fr. António da Ressurreição. Neste período douraram-se as novas sanefas e fazem-se as imagens que sobre as capelas correm ao longo da nave. Também se deixou dinheiro para se fazerem novos púlpitos:

*Doirarão-se todas as sanefas dos arcos da Capella mor e cruzeiro, e dos
altares do corpo da Igreja, e das frestas do mesmo, e... se collocarão quatro
estatuas, do Padroeiro, do Patriarcha, da Nossa Madre Santa Escolastica,
e do milagrozo S. Antonio: collocarão-se tambem na capella do Santissimo
Sacramento seis imagens de pedra, a saber, do senhor Ressuscitado, da senhora
da Conceição; dos dois Apostolos S. Pedro e S. Paulo, e de dois anjos dos quaes
pendem duas redomas com luzes perennes, e cirios, para se accenderem
quando se administra a sagrada comunhão. Reformarão-se ao gosto moderno
tres alampadas, as duas da capella mor, e a do Santissimo Sacramento...
Ficão na mão do P. Mestre das Obras seiscentos sincoenta e quatro mil
novecentos e settenta e cinco reis applicados para se doirarem as sanefas
dos altares collateraes, reformar o doiramento das Bazes dos Orgãos
fazerem novos púlpitos.* ⁴¹

Entre 1792-1795, com Frei Sebastião do Pilar, faz-se a capelinha do claustro e um novo órgão para a igreja, aproveitando material do anterior: *Pintarão-se as molduras do chafariz, ficando assim mais formoso a agradável a vista. Fez-se no pano do claustro, que decorre da sacristia ate a Portaria huma nova capellinha com a invocação da Senhora do Pilar com o tecto de estuque. Fez-se hum novo orgão de vinte quatro aumentando-lhe o numero dos rezistos, o qual pella melodia das vozes, e propriedade de seos respectivos rezistos tem merecido a aprovação dos inteligentes: não se desaproveitando os restos do antigo.* ⁴²

A partir desta data, surgirão obras de relevo na igreja apenas executadas na sequência das invasões francesas, que tão graves danos causaram ao património nacional.

O período das invasões francesas

Ocorridas em três vagas sucessivas entre os anos de 1807 a 1810, as invasões francesas marcaram no nosso país a entrada da contemporaneidade com violência e destruições generalizadas que reforçaram a decadência do nosso país, que se vinha registando já desde inícios do século.

O Decreto do marechal Junot de 1 de fevereiro de 1808 impõe a Portugal o pagamento de uma contribuição extraordinária de guerra de cem milhões de francos (quarenta milhões de cruzados), a título de resgate de todas as propriedades. Todos os bens pertencentes à Família Real foram também sequestrados. No seu Artigo VII, surge a contribuição que a Igreja portuguesa teria de pagar como quota-parte da contribuição:

Art. VII – Todos os Arcebispos e Bispos do Reino, todos os Prelados e Superiores de Ordens Religiosas de ambos os sexos, as Congregações Regulares e Seculares, que possuam Bens, Fundos ou Capitaes postos a juro, contribuirão com dois Terços do seu rendimento annual, se este rendimento não exceder a dezesseis mil cruzados: se o seu rendimento exceder a dezesseis mil cruzados, contribuirão com tres Quartos deste rendimento. ⁴³

Ficão exceptuados os Calices, Patenas e Colherinhas, as Pixides, as Custodias, os Cofres, em que na Semana Santa se costuma depositar o Santíssimo Sacramento, as Coroas e Resplendores, que actualmente adornão as Imagens, e as Imagens de Nosso Senhor Jesus Christo e de Nossa Senhora. ⁴⁴

Em 25 de fevereiro do mesmo ano, um outro Decreto excetua também os relicários cujo peso não exceda os dois marcos de prata.

A 14 de fevereiro, o abade geral Fr. Manuel da Conceição envia uma circular aos mosteiros para executar o Decreto que diz o seguinte:

1.º - Que logo que esta receberem, cuidem em fazer entregar no tempo determinado [...] todo o ouro e prata pertencente as Igrejas e capelas dos seus Mosteiros, cobrando dos mesmos Recebedores hum recibo authentico por onde conste o Mosteiro que fez a sobredita entrega, o tempo em que se fez e o peso do

ouro e prata que se entregar, cujo recibo nos será remetido para com elle requerermos a seu tempo o abatimento da mesma prata no total da nossa contribuição como se declara no mesmo Decreto.

2.º - Que devem V. P.es exceptuar nesta entrega aquelas pratas que pertencem e são necessarias a decencia do culto, as quaes devem ficar nas mesmas Igrejas para o seu serviço, na forma do sobredito Decreto. ⁴⁵

Foi desta forma que as nossas igrejas sofreram a perda de inúmeras peças de grande valor, em ouro e prata, como relicários, castiçais, cruzes, imagens, lampadários e outros objetos de valor artístico e patrimonial. Tendo ficado apenas os objetos necessários para a celebração do culto, como cálices, patenas, colherinhas, custódias, mesmo estes, durante as 2.ª e 3.ª invasões, foram alvo do saque quer por parte das tropas francesas quer pelas próprias populações, a quem excitou a fome, a cobiça e a anarquia (Oliveira, 2005).

Na igreja Rendufe, perdeu-se, infelizmente para sempre a porta do sacrário, toda de prata, entregue no âmbito da famigerada contribuição de 40 milhões de cruzados ao invasor francês, tendo-se construído uma nova, agora em madeira. Dizem-nos os Estados de Rendufe, relativos ao triénio de 1807-1810:

E fês-se huma porta de madeira para o sacrario da capella do santissimo sacramento em lugar da de prata que se tinha no tempo que o governo Francez mandou remetter ao Orario as pratas das Igrejas: fica dourada e prateada fingindo seda d'ouro com seu emblema do Cordeiro e livro dos sette sellos e perfeitamente acabada.

Fica encomendado, quasi feito, e pago hum novo orgão, servindo para elle parte da Canaria do velho, folles e caixa, conforme hum plano que fez o P. Fr. Domingos de S. Jozé Varella: o Mestre he Manoel de Sá Couto da Ponte da Lagoncinha, e não fica assente pelas circuntancias do capitulo o não terem permitido. ⁴⁶

Este pequeno órgão, de autoria do músico, professor e compositor beneditino Fr. Domingos de S. José Varela, ainda hoje podemos apreciar no transepto, defronte da capela de N.ª Sr.ª do Rosário. Seria terminado no triénio seguinte, de 1810-1813, no abaciado de Fr. Luís dos Serafins: Fez-se e concluiu-se o Concerto do Orgão na forma, que se tinha ajustado no Triennio passado, para cujo concerto tinha ficado dinheiro. ⁴⁷

No triénio subsequente (1813-1816), com Fr. José do Pilar como abade, reformam-se as grades da igreja:

Alcatifou-se com papagaios novos o pavimento da Capella mor, depois de solhada novamente do que summamente precisava; nella se colocou hum Orgão de Cappella, e se fechou com grades de pao d'oleo á moderna na embocadura da mesma.

Compozerão-se as grades da Igreja que fechão o Cruzeiro, e Altares, pintando-se a imitação das novas que se pozerão na Capella Mor. ⁴⁸

Estes são os últimos registos que subsistem sobre obras ou remodelações decorativas na igreja do Mosteiro de Rendufe. A partir desta data, e também devido a fatores sociais, políticos que aconteceram nos inícios do séc. XIX no nosso país, como as invasões francesas, a revolução liberal de 1820 e a guerra civil, os mosteiros tiveram que satisfazer pesados impostos ao Estado e conter os seus gastos internos, submetendo-se a um rigoroso controlo da despesa, pois alguns deles foram gravemente afetados por saques e destruições, tendo que acorrer primordialmente à recuperação dos seus imóveis.

A Guerra civil e as suas consequências

A Guerra Civil de 1832-34, conduziu, de forma abrupta, à extinção das Ordens Religiosas, devido ao inconciliável antagonismo entre liberais e absolutistas. Estando ao lado de D. Miguel de forma inequívoca, as Ordens Religiosas viriam a sofrer consequências terríveis: a sua extinção, em 28 de maio de 1834.

Com a extinção, os bens destas Ordens seriam nacionalizados e muitos dos seus bens, móveis e imóveis dispersos, após venda em hasta pública, como já referimos em publicação própria (Oliveira, 2015).

Alguns dados interessantes sobre a igreja de Rendufe

A intensa religiosidade popular não deixa de nos surpreender, com episódios pitorescos e que passamos a transcrever, retirados do Dietário do Mosteiro de Rendufe:

No ano de 1756, sendo D. Abbade Fr. Jeronimo de S. Bento, vierão de Adoufe aonde esteve hum Mosteiro nosso, huns ossos de huma sepultura que era antigamente do Claustro dos relligiozos; e porque da mesma sepultura sahia todas as sextas feiras e festas de S. Bento hum cheiro suave, por isso forão tresladados para huma urna deste Mosteiro que fica para a parte do Evangelho, junto do cruzeiro, com uma inscrição em latim.⁴⁹

Estes ossos, pelos vistos, fizeram milagres, pois o dietarista de Rendufe registou o acontecimento de um aleijado que fez a oferta à urna e saiu da igreja pelo seu pé sem as muletas com que tinha entrado. Outro milagre foi o de um cego que ficou a ver depois de rezar junto da urna; só que se esqueceu da oferta, pelo que perdeu de novo a vista. Mais tarde, voltou à igreja e à urna, rezou e ofertou a urna; logo recuperou a vista, saindo da igreja pelo seu pé e sem a ajuda do guia, uma criança, que o tinha conduzido.

Um outro episódio interessantes do mesmo Dietário: em outubro de 1779 foi colocada uma imagem de N.^a Sr.^a das Dores na igreja de Rendufe. Diz-nos o dietarista que *“vem muita gente de longe vizitalla. E logo no mesmo mês fez seus prodigios. Foi feita a dita colocação no dia da Sr.^a do Rozario com toda a solenidade, avendo sermões e pontifical com dezoito ministros paramentados, cantou-se a completa, concluiu-se com a procição, indo nella a mesma Sr.^a das Dores e o Senhor Sacramentado. Os coristas se meterão todos irmãos e servos da Sr.^a das Dores e a ellegerão por sua advogada e patrona para o collegio.”*⁵⁰

Abades notáveis

Alguns dos abades de Rendufe ficaram célebres, como Fr. Gonçalo de Moraes, abade de 1587 a 1590, Geral da Congregação no triénio seguinte e bispo do Porto entre 1602 e 1617. D. António da Paz, abade de Rendufe entre 1662-65 e bispo de Malaca a partir de 1668. Fr. Manuel das Neves (1716-1719), abade responsável pela construção da atual igreja do Mosteiro. Fr. João de S. José, abade de Rendufe e bispo do Grão-Pará em 1759. Em 1804, foi sagrado arcebispo da Baía, Fr. José de S.^a Escolástica que tinha sido professor de Filosofia no colégio de Rendufe. Outro abade célebre foi Fr. Luís dos Serafins Saraiva, que governou Rendufe entre 1810-13, irmão mais velho do não menos conhecido Fr. Francisco de S. Luís, posteriormente bispo reformador da Universidade de Coimbra, Cardeal Patriarca de Lisboa e Ministro de D. Maria.

Construída pelos beneditinos com amor, sabedoria e distinção, a igreja de S.^o André de Rendufe, sofreu com a transferência de uma Ordem Religiosa rica e devotada a um intenso culto religioso, para uma paróquia pobre e sem meios para manter tão solene e dispendiosa organização litúrgica. A extinção do mosteiro, a sua nacionalização e posterior transição para o culto paroquial não foi nem poderia ser (com os escassos meios existentes) acompanhada por uma conservação adequada de tão rico espaço patrimonial. Lembramos que viviam no Mosteiro de Rendufe, antes da extinção ocorrida em 1834, entre 35 a 40 monges. Que este mosteiro era dos mais importantes da Ordem Beneditina onde funcionava um dos seus mais importantes colégios e onde estudaram importantes vultos das letras e artes do nosso país.

No entanto, 300 anos após, a igreja de S.^o André de Rendufe permanece orgulhosa e perene, constituindo-se inequivocamente, numa das marcas indeléveis do nosso Património cultural.

Rendufe, Amares, 30 de Abril de 2019

CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA DO MOSTEIRO DE RENDUFE

ADB-UM, NOTARIAL DE AMARES, N.º 55, (1716-1717), FLS. 60 V.- 62 V.

Escritura de Contrato da obra da igreja de S.to Andre de Rendufe que deu o R.do p.e dom abade do dito mosteiro ao mestre das obras

Em nome de deos amen. Saibam quantos este instrumento de escritura de contrato das obras da igreja de S.to Andre de momento feita, sempre com a maior segurança que em direito mais há cual haja lugar e mais firme [e] valleoza seja virem, que no anno de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setessentos e dezasseis annos e aos dezasseis dias do mês de Agosto do dito anno e neste mosteiro de Santo Andre de momento, digo, de Santo Andre de Rendufe, cito em seu Couto, termo deste Concelho de Entre Homem e Cadebo ahi na salla do muito Reverendo padre mestre frei Manoel das Neves, dom abbade do mosteiro, onde eu taballião fui vindo e logo ahi pairesseu a este prezente mim publico tabelliam e dos testemunhas ao deante nomeados e assinados a saber: de hua parte o dito muito Reverendo padre dom abbade primás e mais padres abai[xo] assinados e da outra parte João, digo, Miguel Fernandes, morador na freguesia de Coussourado, termo da villa de Barcellos, os coais sam pessoas reconhecidas de mim taballião e das testemunhas ao diante nomeadas e por elle dito Reverendo padre dom abbade [fl. 61] e o dito Miguel Fernandes, mestre de pedreiro e alquitatura foi dito que elles estavam ajustados e contratados delle dito muito Reverendo padre dom abbade e mais padres darem a elle, dito Miguel Fernandes, a obra da igreja deste mosteiro em preço e coantia de trese mil crusados e sem mil reis, a qual coantia se lhe ira damdo assim como elle mestre trazer a gente na dita obra com condição que elle dito mestre seja obrigado a fazer a dita obra conforme a planta e apontamentos e seja elle dito mestre obrigado a desfazer da igreja e tirar a velha e arrumar madeiras e quebrar pedra de alvenaria e esquadria, tudo o que for nessessario para a dita obra e tudo o mais aprestos nessessarios para a dita obra e elle dito Reverendo padre dom abbade sera obrigado a chegar a pedra por sua conta e dar toda a cal nessessaria, saibo e tijollo e as madeiras nessessarias para o arrear e rodas e sarilhos e caibros e mastros, as coais madeiras lhas darão na devesa desta casa e elle dito mestre sera obrigado a cortallas por sua conta e fazer todos os aprestos nessessarios das ditas madeiras, por sua conta heisseto a madeira dos azimbres que essa sera por conta delle dito Reverendo padre dom abbade dar hua serrada e elle dito Reverendo padre dom abbade dara reçam e de comer a elle dito mestre e a todos os mais pedreiros caldo feito gentar e noute e outrossim sera elle dito mestre obrigado a continuar logo com a dita obra a coal sera obrigado a dalla feita e acavada athe o dia de Sam Bento de vinte e hum dias do mes de Março de mil e setessentos e desanove e não dando a dita obra no tal tempo feita e acavada emcorera em pena de dois mil cruzados, isto se emtende não lhe faltando elle dito padre dom abbade com os aprestos nessessarios a que fica obrigado [fl. 61 v.] e outrossim sera elle dito mestre obrigado a legear a dita igreja das capellas do cruzeiro, digo, das capellas do degrao para sima. E não fica o dito mestre obrigado aos reboquos e outro [sim] por elle dito mestre foi dito que elle a fazer a dita na forma que fica dito e declarado disse se obrigava por sua pessoa e bens moveis e de rais e terço de sua alma a tudo obrar e fazer na forma que fica dito e elle dito Reverendo padre dom abbade tambem obriguou pella sua parte as rendas do dito mosteiro e [por] elle dito mestre Miguel Fernandes foi dito que per segurança da dita obra e tudo a que fica obrigado, disse apresentava por seus fiadores principais obrigados a Mathias Antonio e Antonio João e Antonio Dias da mesma freguesia de Cossourado e a Francisco Fernandes da freguesia de Sam Martinho de Avorim e

Francisco Manuel da freguesia de Sam Martinho de Mondim, todos do termo de Barcellos, os coais logo appareceram a este presente e outorgantes perante mim publico tabelliam e dos testemunhas, os coais são pessoas reconhecidas das testemunhas e as testemunhas de mim taballião e por elles ditos fiadores foi dito que elles o fiavão e abonavão ao dito Miguel Fernandes na obrigação a esta obra a que fica obrigado e em caso que elle dito mestre adoessa ou faleça, em tal caso elles fiadores serão obrigados a fazer a dita obra por sua conta e corer com ella na forma que fica dito, com todas as condissois e obrigassois nesta declaradas, e faltando os ditos fiadores a este contrato concorrerão nas [fl. 62] mesmas penas e disserão elles fiadores que chegando a serem obrigados pella dita obra e obrigação a que ficam obrigados, que elle dito Reverendo padre dom abbade e mais relligiozos podera pegar e obrigar a coalquer delles fiadores pegando em hum e largando outro [...] disserão elles ditos fiadores obrigão suas pessoas e todos seus beis moveis e de rais e terços de suas almas a tudo cumprir e goardar como nesta se contem e logo pello dito Miguel Fernandes foi dito que elle [...] aos ditos seus fiadores de cumprir e goardar satisfação desta fiança disse obrigava sua pessoa e todos seus beis moveis e de rais e terços de sua alma e per elles todos foi dito que elles querião estar por esta escritura e tella e mantella em juizo e fora delle como se fosse justiça passada em causa julgada como nella se contem [...] disserão todos huns e outros querião, outorgavão [...] asseitavão em fe de verdade me mandarão aqui ser feita esta escritura neste meu livro de notas e de de (sic) dar hum e muitos tresllados todos de hum theor que todos mos concedião e outorgavão eu taballião como pessoa publica estepullante e asseitante tudo estepullei e asseitei em nome das pessoas a que toqua e toquar pode, de que forão testemunhas Diogo Vellozo do lugar de Rio Tinto e João Carvalho da Maia desta freguesia da Capella e Manoel da Ruela da freguesia de Soutello, mestre sesteiro, que todos aqui assinarão com elles obrigados e eu Alexandre Pereira taballião que o escrevi e outrossim disserão elles fiadores e declararão que chegando a serem sitados e obrigados pella obrigação a que aqui ficam obrigados, que elles ditos Reverendo padre dom abbade [fl. 62 v.] e mais relligiozos os puderão obrigar neste Couto ou onde lhes paresser que desaforavão dos juizos de seus foros e renunção os seus privilegios não ostante as leis de sua Magestade. Testemunhas os sobreditos sobredito o escrevi.

MIGUEL FERNANDES (ASSINADO)
FRANCISCO FERNANDES (CRUZ)

DO FIADOR
MATHIAS ANTONIO (CRUZ)
DO FIADOR
ANTONIO DIAS (CRUZ)
DO FIADOR
ANTONIO JOÃO (CRUZ)

- ¹ Paulo Oliveira, historiador da DRCN - Comunicação apresentada em Rendufe em 4 de maio de 2019.
- ² AMS - *Livro dos Capítulos Geraes da Congregação do Glorioso P. S. Bento de Portugal e de suas definições e leis* [1570-1611]. Tomo 1. Capítulo Geral de Maio de 1599, fl. 179.
- ³ AMS - *Livro dos Capítulos Geraes da Congregação do Glorioso P. S. Bento de Portugal e de suas definições e leis* [1570-1611]. Tomo 1. *Junta que fez nosso R.mo P.e Geral Frei Plácido Ferreira no Mosteiro de São Miguel de Refoios* (Setembro de 1601), fls. 203 v.-204.
- ⁴ ADB-UM, CSBP, Livro das Visitas do Geral (1716-1719), n.º 154.
- ⁵ ANTT, Mosteiro de São Martinho de Tibães, Actas Capitulares e Juntas Gerais da Congregação de S. Bento, Livro n.º I (1683-1749), (Capítulo Geral de 1722), fl. 7.
- ⁶ Idem, Capítulo Geral de 1725, fl. 9 v.
- ⁷ ADB-UM, Notarial de Tibães, Lv. 54, 1ª Série, fl. 81v-82 v.
- ⁸ Arcebispo de Milão, editou as suas Instruções sobre a arquitetura sacra em 1577. As disposições sobre a edificação religiosa seguem as determinações do Concílio de Trento e dos concílios milaneses de 1565 e 1576. Ver: BORROMEO, Carlos - *Instruções de la Fábrica y del ajuar Eclesiásticos*. Introd., trad. y notas de: CORIA, Bulmaro Reyes. Universidad Nacional Autónoma de México: Imprenta Universitaria 1985, pp. 4-20.
- ⁹ ADB-UM - Paroquial de Cossourado, Livro Misto n.º 3 (1648-1675), n.º 288, fl. 21.
- ¹⁰ ADB-UM - Paroquial de Cossourado, Livro Misto n.º 4 (1673-1715), n.º 289, fl. 9 v.
- ¹¹ ADB-UM - Paroquial de Cossourado, Livro Misto n.º 5, n.º 290, fls. 95-95v.
- ¹² ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Tibães, Livro das Obras, 460.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ ADB-UM, CSBP, Gavetas, Apêndice I: Documentos vários, Séc. XVI-XIX, n.º 38, fl. 144 v.
- ¹⁶ *Feria de 28 de Abril que fis aos officiaes do M.e Miguel Fernandes quando andarão fazendo os socalcos da horta* - ADB-UM, FMC, Tibães, Livro das Obras, 460.
- ¹⁷ ASMS - *Extracto das notas dos tabelliães*, por João Lopes de Faria (notas de Agostinho Teixeira da Silva e de Braz Lopes, 22-VI-1709 a 26-III-1710, do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães), cota BS 1-5-43, pp. 96-96 A.
- ¹⁸ *Dey ao M. Pedreyro Miguel Frz. por ordem do N. Rmº duas moedas de ouro as quais lhe mandou dar de pitaça - 09\$600*. ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Livros do Recibo, Maço de documentos vários, n.º 44.
- ¹⁹ ADB-UM, Notarial de Barcelos, n.º 830, fls. 80-81 v.
- ²⁰ Sobre este assunto, deve ser consultado o trabalho de Aurélio de Oliveira: "O "estaleiro" beneditino de Rendufe e o barroco vilaverdense". In *Boletim Cultural de Vila Verde*, n.º 1. Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, pp. 115-139.
- ²¹ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1716-1719 fls. 17-17 v.
- ²² ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1719-1722 fls. 11-11 v.
- ²³ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1722-1725, fls. 12 v-13.
- ²⁴ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1725-1728.
- ²⁵ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1728-1731, fls. 16 v-17 v.
- ²⁶ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1740-1743, fls. 13-14 v.
- ²⁷ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1740-1743, fl. 13.
- ²⁸ Idem, fl. 14 v.
- ²⁹ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1745-1748, fls. 14 v-15.
- ³⁰ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1752-1755.
- ³¹ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1755-1758, fl. 16 v.
- ³² Idem, fl. 14 v.
- ³³ Idem, fl. 14 v-15.
- ³⁴ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1770-1773, fls. 26-26 v.
- ³⁵ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1777-1780, fls. 23-23 v.
- ³⁶ Para informação, este entalhador executou diversas obras, como a tribuna do santuário de N.ª Sr.ª das Necessidades, Barcelos, em 1775, e o retábulo-mor da igreja de Quintiães, em 1780, entre outras. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires - Entalhadores, Enxambradores, Escultores... que trabalharam em Braga: 1730-1775. Braga: Câmara Municipal, 2018, p. 119.
- ³⁷ ADB-UM, Nota Geral, 818, fls. 43-44 v.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1780-1783
- ⁴⁰ ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1783-1786, fls. 21-21 v.
- ⁴¹ Idem, Estado de 1789-1792, fl. 13 v.
- ⁴² ADB-UM, Livro dos Estados do Mosteiro de Rendufe, Estado de 1792-1795
- ⁴³ BPB, Arquivo Barca e Oliveira - Collecção de Decretos e Editaes. Lisboa: Typografia Rollandiana, n.º 52. Cf. OLIVEIRA, Paulo - A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834). Viseu: Palimage, 2005.
- ⁴⁴ Idem.
- ⁴⁵ ADB-UM, CSBP - *Livro das Visitas dos Visitadores do Mosteiro de Basto*, 1786-1821, 191, fl. 155 v.
- ⁴⁶ ADB-UM, Estados do Mosteiro de Rendufe, 1807-1810.
- ⁴⁷ Idem, Estado de 1810-1813, fl. 10 v.
- ⁴⁸ ADB-UM, Estados do Mosteiro de Rendufe, 1813-1816.
- ⁴⁹ *Arquivo Paroquial de Caldela, Dietário do Mosteiro de Santo André de Rendufe*.
- ⁵⁰ Idem.

BIBLIOGRAFIA

Borromeo, Carlos (1985). *Instrucciones de la Fábrica y del ajuar Eclesiásticos*. Introd., trad. y notas de: Coria, Bulmaro Reyes. Universidad Nacional Autónoma de México: Imprenta Universitaria.

Fontes, Luís (2011). “Mosteiro de Santo André de Rendufe (Amares) – Campanha de 2001”. In *Trabalhos de Arqueologia da U.A.U.M./Memórias*, n.º 15. Braga: Unidade de arqueologia da Universidade do Minho.

Oliveira, Eduardo Pires (1999). “A construção do Recolhimento do Menino Deus em Barcelos”. In *Barcelos, Terra Condal*, Actas do Congresso, I vol., Barcelos: Câmara Municipal.

Oliveira, Eduardo Pires (1999). A construção do Recolhimento do Menino Deus em Barcelos. In *Barcelos, Terra Condal*, Actas do Congresso, II vol. Barcelos: Câmara Municipal.

Oliveira, Aurélio de (2005). “O “estaleiro” beneditino de Rendufe e o barroco vilaverdense”. In *Boletim Cultural de Vila Verde*, n.º 1. Câmara Municipal de Vila Verde.

Oliveira, Paulo e RAMOS, Anabela (2003). Mosteiro de São Martinho de Tibães: dos Abades Comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601). In *Património Estudos*, n.º 5. Lisboa: IPPAR.

Oliveira, Paulo. (2005). *A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834)*. Viseu: Palimage.

Oliveira, Paulo (2015). *O processo de extinção e venda do Mosteiro de S.º André de Rendufe. Amares*: Edição da Associação dos Amigos do Mosteiro de Rendufe.

Oliveira, Eduardo Pires (2018). *Entalhadores, Enxambreadores, Escultores, Pedreiros, Desenhadores, Calígrafos e Autores que trabalharam em Braga: 1730-1775*. Braga: Câmara Municipal.

Smith, Robert C. (1971). *S.to André de Rendufe*. Braga.

Soromenho, Miguel (1995). Classicismo, italianismo e “estilo chão”: o ciclo filipino. In Pereira, Paulo - *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 2.

Trigueiros, A., et alii (1999). *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*. Braga: APPACDM.

Rocha, Manuel Joaquim Moreira (1996). *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga (1693-1751)*. Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-4, Porto.



NATUREZA
E ARTE:
LOUVORES
AO DIVINO
NO MOSTEIRO
DE RENDUFE

Elisa Lessa
elisalessa@ilch.uminho.pt



O Mosteiro de Santo André de Rendufe, cuja existência remonta ao século XI, foi palco de grande actividade intelectual no passado, contando entre os seus monges com homens de grande erudição e cultura. Nos anos de 1401 a 1409, e 1409 a 1414, o Mosteiro de Rendufe teve respectivamente como Abade e Abade comendatário André Dias, Mestre em Teologia, Canonista, Professor Universitário, Bispo de Ajácio e de Mégara (Mattoso, 1969:45-110). Autor de várias obras literárias escreveu em 1435, já no final da sua vida, um livro de *Laudes e Cantigas Espirituais*, uma das mais inflamadas apologias da música sacra daqueles tempos. Num convite à prática musical o Mestre André Dias escreveu: “(...) com altas vozes cantade, baylade, dançade, orade, tangede, em orgoons, em atabaques, com trombas, com anaftiis, com guytarras, com alaudes, e com arabiis, ante o seu altar (...) orar, dizer e cantar, e com altas vozes bradar, estas prosas, estas canticas, estes laudes e hymnos e orações escriptas, feytas e compostas por mym pobre bispo, mestre Andre Dias de Lisboa. E fazede vos outros músicos e cantares devotos de Jhesus, e seus confrades sobre estas cantigas e orações, cantos músicos, contrapontos e chãos, melodyosos e dolçes, por que muyto plaz ao senhor Deus Jhesu de o louvardes per vossos cantos (...)” (Biblioteca Nacional, Códice nº61). O apelo à prática musical de André Dias é revelador do valor da arte musical na liturgia, parte integrante da vida quotidiana dos monges como modo de expressão espiritual e meio de identificação da sua existência. A celebração litúrgica era prerrogativa e identidade do modo de ser monástico, tal como está consagrada nos doze capítulos (VIII-XX) que S. Bento dedicou na sua *Regra ao Officio Divino*. O serviço solene de louvor, como lhe chamou S. Bento, e como vem consagrado nas Constituições da Ordem, impressas em Lisboa em 1590, era para os monges beneditinos o *principal officio, pera que Deos os elegeo* (Constituições da Ordem de S. Bento, 1590: cap. XXXVII).

Rodeado de natureza, *obra de arte de Deus* (Thomas Browne, *Religio Medici*, 1635), os monges de Rendufe dedicavam-se à celebração do Officio Divino e à sua preparação para que fosse celebrado com dignidade e esplendor, ao estudo e à pregação. Num ambiente artístico extraordinário edificado ao longo da sua existência, com um belíssimo jardim barroco com sua notável fonte e um expressivo claustro, os monges cultivavam também as suas terras, desenvolvendo um trabalho incansável no campo da produção agrícola.



VISTA PARCIAL DOS CLAUSTROS E JARDIM DO MOSTEIRO

O zelo pela prática musical era objecto constante de inspecção pela hierarquia da Congregação, Em 1633, os *Visitadores* do Mosteiro de Rendufe recomendaram um maior empenhamento dos Padres Colegiais na participação do canto litúrgico. Na acta da *Visitação* ficou anotado que apesar dos padres Colegiais serem obrigados a cantar as Horas de Vésperas e Matinas não o faziam, não se repicavam os sinos e apesar de haver tantos músicos na casa não se cantava a *canto d'órgão* (em polifonia, a várias vozes), mas apenas em cantochão (a uma só voz). Tudo indica que, naquele ano, não havia um *Cantor Tiple* (de voz aguda) para cantar as Missas e o Ofício Divino, recomendando os Visitadores que o Abade do Mosteiro mandasse vir um tiple para as festas mais solenes, nomeadamente as Festividades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário. (ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores*, nº182) Passados cerca de 10 anos, a situação era outra e o Visitador enalteceu o serviço do coro. “ (...) *Vimos por vista de olhos a pontualidade com que os religiosos deste Convento acodem ao choro, e mais obrigações da Religião a perfeição e pausa com que cantam e rezão os officios divinos (...)* ” recomendando, porém, que todo os Irmãos deveriam ter durante a semana aulas de Canto, instrumento de tecla (cravo e/ ou órgão) e latim. (Fr. António Carneiro, em 1644. ADB, FMC; CSB, *Visitas do Geral* nº146). As contas da Sacristia do Mosteiro de Rendufe entre os anos de 1632 a 1671 revelam a presença de músicos vindos de fora em ocasiões especiais, como aconteceu em 1653, em que o mosteiro pagou 37 mil réis a vários músicos e em particular a tocadores de charamelas (ADB, FMC, CSB, *Estados* nº116). A Festa de S. Bento, o Natal e a Semana Santa eram sempre momentos altos de celebração com música. Nas principais festas do mosteiro havia música de cariz popular, ainda que de carácter religioso, exemplo de uma interacção com a população local que os monges perseveravam.

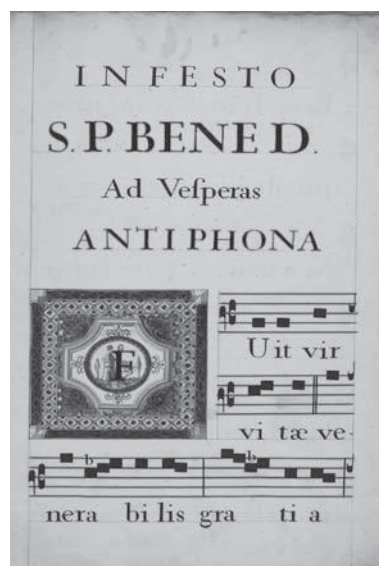
As actas dos Capítulos Gerais da Ordem beneditina ao longo dos séculos da sua existência espelham a importância da música nas vidas das comunidades. Os responsáveis da Ordem, reunidos em capítulo, tiveram sempre a preocupação pelo cumprimento do Ofício Divino. Cultivar a música para a liturgia era o desígnio dos monges músicos que imbuídos de uma espiritualidade activa pela *Devotio* moderna celebravam a *Liturgia das Horas* com música em consonância com o tempo e o momento a que se destinava. A entrada para a congregação pela *prenda de cantor, prenda de órgão ou prenda de solfa e órgão*, assegurava uma efectiva prática musical nos mosteiros. Frei Francisco de São Luís, mais tarde Cardeal Saraiva (1766 - 1845) foi um dos monges mais ilustres da congregação que entrou para a congregação pela *prenda de órgão*, ingressando no Mosteiro de São Martinho de Tibães, em 6 de Abril de 1780, com 14 anos de idade. Este monge frequentou o Curso de Filosofia no Colégio do Mosteiro de Rendufe em 1784, tendo estudado Filosofia Racional e Moral, Geometria, Álgebra e Física. Neste mosteiro exerceu o cargo de organista. Em 1789, foi Organista no Mosteiro de Coimbra e entre os anos de 1797 e 1798 ensinou aos coristas do Mosteiro de Tibães as disciplinas de Gramática Latina e Retórica. Em 1798, Frei Francisco de S. Luís foi eleito Secretário da Congregação. Licenciado pela Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, tornou-se professor na mesma Universidade. Exerceu vários cargos políticos, tomando parte activa nas cortes de 1821. Depois do triunfo do Liberalismo, viu ser confirmada a sua nomeação para Patriarca de Lisboa pela Santa Sé, em 1842. A sua obra histórica foi publicada em 10 volumes em Lisboa, sob a designação de “Obras Completas” entre os anos de 1856 a 1878 (Ramos, 1972. Lessa, 1996:613-614).

Segundo os *Estados* do Mosteiro elaborados em 1761, o mosteiro tinha 34 monges do coro e 3 irmãos leigos (Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Congregação de S. Bento, *Estados* nº116). O *Mapa* do Mosteiro de Rendufe, elaborado depois desse ano, indica que o mosteiro tinha dois dormitórios principais, com quarenta celas e trinta monges, acolhendo ainda hóspedes e peregrinos. Este documento revela ainda que o mosteiro anteriormente tinha quarenta monges conventuais e não deixava de dar as *esmolas costumadas*. (Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms1257, documento nº 4, transcrito por D. Gabriel de Sousa, Bracara Augusta, vol XXXV, 1981, p. 216. A 7 de Agosto de 1783 o mosteiro de Rendufe recebeu algumas pastorais dirigidas aos mosteiros pelo Abade Geral da Congregação, Doutor Fr. José Joaquim de Santa Teresa, tendo os monges de Rendufe ouvido com particular atenção uma pastoral sobre a *sciencia do cantochão* dirigida ao seu Colégio de Filosofia que continha indicações precisas sobre o conhecimento e prática de cantochão – o cântico sagrado a uma só voz – exigido aos colegiais. Todos os colegiais

eram obrigados a ter “*uma hora de exercício no cantochão todos os Domingos e dias santos imediatamente depois de vesporas para o qual o Muito Reverendo Padre Dom Abbade lhes nomeará algum que instrua os mais, e lhes dará frequentemente cerca castigando os negligentes (...)*” (Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Congregação de S. Bento, Ms324).

À semelhança dos outros mosteiros beneditinos, no Mosteiro de Rendufe a prática musical era assegurada por um conjunto de monges cujas funções eram previamente definidas pelos responsáveis da congregação: *Mestre de Capela, Cantores, Organistas, Harpistas* e outros instrumentistas. O *Mestre de Capela* tinha como função a direção do coro do Mosteiro. As obrigações do *Cantor Mor* eram de particular importância para a dignificação da prática musical em todas as cerimónias litúrgicas, exigindo-se para o exercício desta função boa voz e domínio na prática do cantochão. Cabia ao *Segundo Cantor* cobrir as obrigações do *Cantor Mor*, na ausência deste. Na sacristia da antiga igreja conventual, conservam-se alguns Livros Litúrgicos Musicais, outrora pertencentes ao mosteiro. Os livros corais, de grandes dimensões colocadas na estante do coro alto continham as orações cantadas, testemunhos da universalidade da linguagem musical e excelência da liturgia. Entre os anos de 1719 a 1816 há pelo menos seis referências aos Livros de Coro do mosteiro. No relatório das Obras que se fizeram na Igreja, Mosteiro e cerca de Rendufe, em 1810 ficou registado que “*(...) Estampilhou-se hum novo Livro para o coro, que contem os officios da Semana Santa, as duas Festas do Nosso Santíssimo patriarca, e varias outras cantorias que não havia, e de que se precisava; fica bem encadernado em bezerro, chapas e balmazias de latão*” (Lessa, 1989: 184-198).

ANTIFONÁRIO. OFÍCIO PARA A FESTA DE S. BENTO (ENTRE 1780 E 1850). NOTAÇÃO QUADRADA NEGRA SOBRE PENTAGRAMA VERMELHO. CLAVES E GUIÃO. PRIMEIRA CAPITAL ILUMINADA, COM A REPRESENTAÇÃO DO BRASÃO DA ORDEM DE S. BENTO. ARQUIVO DA SACRISTIA DA IGREJA DO MOSTEIRO DE RENDUFE



Testemunha também da prática musical instrumental no mosteiro são os dois órgãos de tubos que hoje ainda existem na antiga igreja conventual. Ao longo da sua existência o mosteiro de Rendufe teve diversos órgãos de diferentes dimensões. A notícia mais antiga que se conhece relativamente a este instrumento data de 1628. Nos anos seguintes os órgãos foram reconstruídos por ordem do Abade. Passados cinco anos o órgão foi restaurado e afinado por um mestre recomendado pelos Visitadores. Em 1653, o Abade Geral da Congregação, Fr. Manuel dos Reis, na visita realizada ao mosteiro referiu-se ao órgão de Rendufe como o melhor de toda a Ordem. A Igreja “nova” do mosteiro havia sido construída no triénio governado pelo Abade Fr. Manuel das Neves. No triénio seguinte, Fr. João de S. Bento completou a obra do seu sucessor, mandado fazer, entre outras coisas, sete novos retábulos. Nos anos de 1722 a 1725 as obras ornamentais da igreja continuaram, decidindo o Abade Fr. Manuel de S. José mandar fazer um novo órgão. No final do século XVIII, o órgão foi reconstruído e aumentado com vinte e quatro registos, registando o Estadista que “(...) *tem merecido a aprovação dos Intelligentes (...)*” (Lessa, 1989: 184-198). Além deste instrumento havia nesta época, pelo menos mais um órgão pequeno e um ou dois manicórdios para estudo dos monges. O último órgão a ser construído no mosteiro, antes da sua extinção obedeceu a um plano de construção desenhado pelo organista Fr. Domingos de S. José Varela, em 1810. O seu construtor foi Manuel de Sá Couto, natural do lugar da Ponte de Lagoncinha. Fr. Domingos de S. José Varela, aproveitando a tubagem, os foles e a caixa do órgão construído em 1795, desenhou o novo órgão, que só viria a ser concluído no triénio seguinte: “(...) *Fica encomendado, quazi feito, e pago hum novo órgão, servindo para elle parte da canaria do velho, foles e caiza conforme hum plano que fez o padre Frei Domingos de S. José Varella: o Mestre hé Manoel de Sá Couto da Ponte da lagoncinha, e não fica assente pelas circunstâncias do tempo o não terem permitido (...)*” (Lessa, 1989: 184-198). Na Capela do Santíssimo da igreja do mosteiro existe um órgão positivo (pequeno órgão de armário), do século XIX, com um teclado manual de 54 notas ladeado de 6 registos do lado esquerdo e 7 do lado direito, que carece de restauro. A hierarquia da congregação dava regularmente instruções aos abades dos mosteiros que zelassem pela música em todas as celebrações litúrgicas, sendo necessário a realização de aulas de instrumentos de tecla. Em 1649, o *Visitador* do Mosteiro de Rendufe mandou o Abade comprar um *manichordio* (instrumento antigo de cordas com teclado), para que os monges pudessem praticar (ADB, FMV, CSB, Visitas do Geral nº 147, f.72v 2 f.74). Na verdade, o mosteiro de Rendufe contou com grandes organistas da congregação. Em 1673, foi Abade do mosteiro Fr. Rafael de Jesus, músico e professor de contraponto. Entre os anos de 1761 e 1795, de acordo com os Estados do mosteiro exerceram funções de Cantor e/ou Organista 19 monges, sem

contar com os 15 colegiais que nessa época também exerceram essas funções. Em 1822, eram organistas no mosteiro o Padre Fr. Manuel do Patrocínio e o colegial Fr. Francisco do Rosário. As funções de Primeiro Cantor e Segundo Cantor eram asseguradas respectivamente pelos colegiais Fr. João de Maria Santíssima e Fr. João de Santa Margarida (Lessa, 1989: 184-198). Aos organistas cabia a responsabilidade de uma intervenção fixa em quase todos os ofícios e na missa. Fr. Manuel de Santo António (1768-1831) nasceu em Braga e foi um dos organistas, do mosteiro. O seu biógrafo indica que este monge além de organista foi também cantor e copista de livros corais: “ (...) *Em todos estes mosteiros serviu sempre o padre Frei Manoel de Santo António no serviço da Religião, já exercendo a prenda, para que por ella foi aceito; já servindo de Cantor Mor, officio que desempenhava com exemplar decência e perfeição, já copiando por estampilha, e reformando os Livros choraes, que ainda hoje são monumentos do seu prestimo, e do zello que as cousas da Religião lhe mereciam (...)*” (AS, Livro de óbitos do Mosteiro de Tibães, ff.64 a 67v).

Nota final

O Mosteiro de Santo André de Rendufe foi testemunha no passado de uma intensa actividade musical. Ali se ouviam os *louvores ao Divino*. Trata-se de um mosteiro singular de beleza natural, singular na riqueza patrimonial e histórica e singular na interacção profunda entre o Divino, o Homem e a Natureza. Designado no século XVIII *casa grande* pelo papel de relevo que assumiu entre os mosteiros da Congregação Beneditina, tendo em conta a enorme riqueza das suas terras e o valioso património cultural e artístico que possuía, pese embora o estado de degradação a que chegou depois da extinção das ordens religiosas e de um violento incêndio que quase o destruiu em 1877, a sua Igreja está agora a ser alvo de intervenção, podendo num futuro próximo ser apreciada em toda a sua plenitude.

No futuro, ainda que não tão próximo, espera-se que chegue a oportunidade de restauro dos dois órgãos de tubos, cumprindo-se certamente o desejo de todos de ouvir os sons que deles emanavam no passado. Então, voltarão os músicos de *fora do Mosteiro* para com a sua arte dar vida aos órgãos que chegaram até nós. Do coro alto ouvir-se-ão os *Tentos, os Versos e a famosa Batalha de 5º Tom* do compositor e monge beneditino Frei Diogo da Conceição (?-1696), obras outrora certamente tocadas pelos monges organistas de Rendufe. Ouvir-se-á ainda um coro entoando o Canto Sagrado (cantoção) primorosamente desenhado nos livros corais que os monges conventuais de Rendufe possuíam e tão bem conheciam, com um acompanhamento no órgão pequeno, junto à capela do Santíssimo, como era costume fazer-se no século XIX.

NOTA: POR DECISÃO PESSOAL, A AUTORA DO TEXTO NÃO ESCREVE SEGUNDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual. Congregação de São Bento, Manuscrito nº 324; *Visitas do Geral* nº 146, nº 147, nº 148, nº 159. *Visitas dos Visitadores* nº 163, nº 182, nº 184, nº 187, nº 188. *Estados* nº 116, nº 117, nº 118. Arquivo de Singeverga, *Livro de óbitos do Mosteiro de Tibães*. Biblioteca Nacional, Códice nº 6. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscrito nº 1257, Manuscrito nº 391.

BIBLIOGRAFIA

- Lessa, Elisa (1989). *Os Mosteiros Beneditinos Portugueses (séculos XVII a XIX), Centros de Ensino e Prática Musical*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova.
- Lessa, Elisa (2016). “O Património Artístico Musical do Mosteiro de Santo André de Rendufe: conhecer o passado para intervir no presente”. *Artison* 120, nº3, 112-120.
- Mattoso, José (1969). «O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)». *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. Vol XXIII. 45-106.
- Martins, Mário SJ (1951). *Laudes & Cantigas Espirituais do Mestre André Dias*. Singeverga: Mosteiro de Singeverga.
- Oliveira, Paulo João da Cunha (2006). “Miguel Fernandes, Mestre Pedreiro de Rendufe, Alpendurada e Tibães (1716-1731)”. *Revista Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR. 159-171;
- Ramos, Luís A. de Oliveira (1967). “Frei Francisco de S. Luís no Minho”. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, Vol. XX-Fasc. 45-46 (57-58). 3-4.
- Smith, Robert C. “Santo André de Rendufe – Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII”. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. 23: 68. 7-44.
- Sousa, D. Gabriel de (1981). “O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa”. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. Vol XXXV, n.º 79-80.



Carlos Bica: Ver o mundo do alto do contrabaixo
 Perfil e entrevista com o músico que lançou um novo álbum POR MANUEL MARQUES PÁGINAS 22 E 23

JORNAL
 DE LETRAS,
 ARTES E
 IDEIAS

JL

ANO XXXIX - Número 3274 - De 17 de julho a 12 de agosto de 2014
 Portugal €0,95 - Quotidiano - Distribuição: Livre em pontos de venda

José Gomes André
Habermas: o elogio da cidadania
PÁGINAS 21 E 22

Hélia Correia
O dom da Hospitalidade PÁGINAS 22 E 23

Sete Sóis Sete Luas,
Jazz em Agosto e outras músicas
PÁGINAS 22 A 24



Eugénio Lisboa

O Diário de uma vida intensa

Destacada figura do ensaísmo e da literatura portuguesa, aos 89 anos, após editar seis volumes de *Memórias*, começou a publicar um *Diário*. Perfil e entrevista, pré-publicação e texto de Teresa Martins Marques

JOSE CARLOS CARVALHO

GALIZA, AQUI TÃO PERTO DO CORAÇÃO II

Victor Freixanes, presidente da RAG, fala da língua galega • O teatro e as indústrias culturais, por Inma López Silva e Marcos Lorenzo

Um texto de Nélida Piñon



NÉLIDA PIÑON

RECENTE HOMENAGEM DO JORNAL LETRAS, ARTES E IDEIAS A EUGÉNIO LISBOA, AUTOR DO QUAL PUBLICAMOS UM EXCERTO DO SEU DIÁRIO AINDA INÉDITO.

EXCERTOS DE UM DIÁRIO

Eugénio Lisboa
eugenioalmeidalisboa@gmail.com

S Pedro, 01.06.2019 – O Público anuncia hoje o programa de celebrações do cinquentenário da morte de José Régio. Entre as realizações anunciadas, figura uma reedição daquilo a que chama a “biografia” de Régio, de minha autoria. Referem-se ao livro *José Régio – A Obra e o Homem*, o qual é muito mais do que uma biografia. Uma grande fatia do livro é uma análise profunda da obra e pouco tem que ver com biografia, a qual ocupa um espaço mínimo do livro. Mas, agora que alguém lhe chamou, desastradamente, “biografia”, o livro passará a ser, para sempre, biografia. Não há volta a dar-lhe: o erro tem a carapaça dura.

S. Pedro, 02.06.2019 – Domingo. Dia de sol esplendoroso. Temperatura suave. Tudo para fazer deste lugar em que me encontro um pequeno paraíso. Mas não é bem isso o que sinto. Longe disso. Falta-me a minha companheira de 57 anos.

Ontem à tarde, não me apetecendo fazer nada de especial, vi, na TV, um filme, *Elementos Secretos*, muito interessante. Sobre a participação de três engenheiras negras, numa missão aeronáutica da NASA. O génio sempre acabou por vencer a estúpida e revoltante segregação racial. O preconceito racial, infelizmente, é uma coisa infame que continua a existir. Ainda agora, entre nós, o polícia e antropólogo, Manuel Morais, que, numa tese de mestrado, afirmou que os preconceitos étnicos existem entre os polícias, está a ser vítima de insultos e ameaças e viu-se obrigado a demitir-se de um lugar de chefia de um sindicato.

S. Pedro, 03.06.2019 – Inicia-se hoje uma visita de Estado de Trump ao Reino Unido. Vai ser bonito ver este presidente boçal e primário afirmar o seu imenso carinho por figurões como Boris Johnson e Nigel Farage. Trump é deliberadamente grosseiro e frequentemente infame. É triste ver uma grande nação, como os EUA, representada por um figurão deste gabarito. Um povo que elege um energúmeno destes está simplesmente a parir abaixo de zero, como diria, salvo erro, o Almada.

Leituras? Nada de aparatosamente erudito. Para amaciar a neura, refugio-me num P. G. Wodehouse: *Jeeves and the Feudal Spirit*. É uma leitura que me sabe bem e me faz bem. Deste escritor, disse Evelyn Waugh: “He has made a world for us to live and to delight in”. É isso mesmo: deliciamo-nos com ele. Considero Wodehouse um dos grandes benfeitores da humanidade.

Leio, no *Público-on-line*, a morte da Agustina. Custa-me não poder associar-me ao coro de elogios desmedidos que vai soltar-se por aí – que já começou a soltar-se. De “génio” a “perfeição”, nada vai faltar. Mas

penso, muito sinceramente – e ela também o pensava –, que a Agustina é mais falada do que lida. Duvido que haja alguém – não António José Saraiva nem Eduardo Lourenço, que, sobre ela, ejacularam excessivos encómios – que tenha lido toda a obra da Agustina ou uma parte substancial dela. Por mim, confesso, humildemente, que não consegui ler mais do que uma parte mínima e, mesmo assim, com grande esforço.

Há tempos, a Academia das Ciências indigitou-me para fazer o elogio da escritora, o que me aterrou. Não me sentia capaz de ler aquela incontínente massa de escrita que, para mim, nada tinha de apelativa. Ainda tentei ler os 3 volumes de escritos jornalísticos que a Gulbenkian acabara de publicar, mas foi-me impossível chegar a bom termo: a maior parte daquilo era simplesmente ilegível. Acabei por rogar à Academia que me dispensasse de fazer o elogio da autora de *A Sibila*. Julgo que passaram a bola ao Eduardo Lourenço, que aceitou (segundo me disseram).

Acho que a Agustina escreveu sempre demais, não refletindo nunca muito naquilo que escrevia. Dizia as coisas mais arbitrarias, em aforismos tão acutilantes como disparatados. E era uma péssima narradora, do ponto de vista técnico. Pouco cuidadosa com o uso dos vocábulos, valia tudo, incluindo os mais rotundos dislates. É com profunda tristeza que digo estas coisas no dia em que se noticia a sua morte.



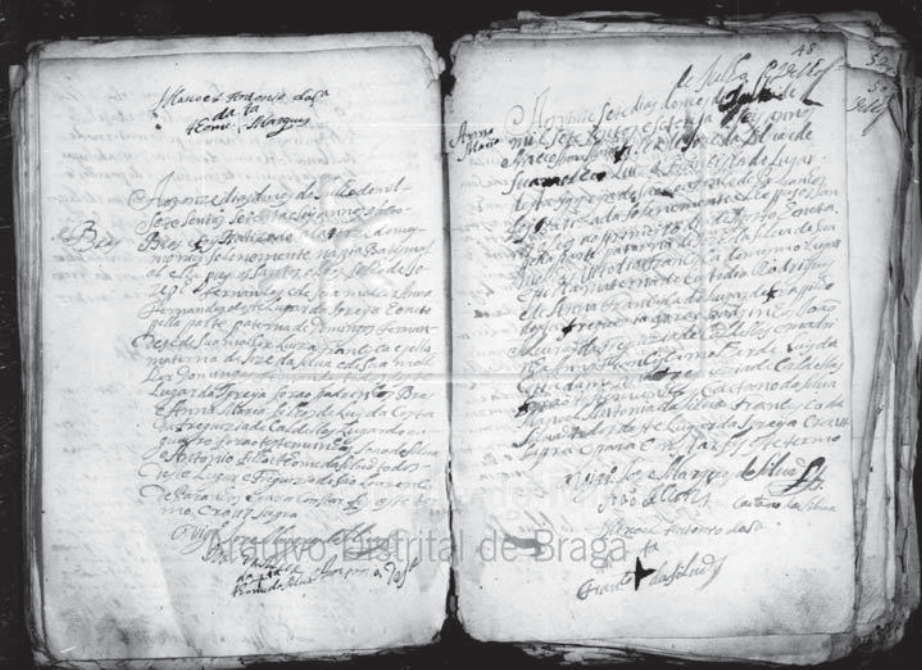




IGREJA PAROQUIAL DE S. LOURENÇO DE PARANHOS

BRAZ FERNANDES RIBAS

União de Freguesias de Sequeiros e Paranhos
presidente@jf-ufcp.pt



REGISTO DE BATISMO BRAZ FERNANDES RIBAS
Arquivo Distrital de Braga

Aos onze dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e seis anos nasceu Brás e foi batizado a catorze do mesmo mês solenemente na pia batismal e lhe pus os santos óleos filho de José Fernandes e de sua mulher Ana Fernandes deste lugar da Igreja e onde pela parte paterna de Domingos Fernandes e de sua mulher Luísa Francisca e pela materna de José da Silva e de sua mulher Domingas Fernandes todos deste lugar da Igreja foram padrinhos Brás e Ana Maria filhos de Luís da Costa da freguesia de Caldelas lugar do [Agueiro] foram testemunhas João da Silva e António filho e Tomé da Silva todos deste lugar e freguesia de São Lourenço de Paranhos e para constar fiz este termo [] supra O vigário José Marques da Silva

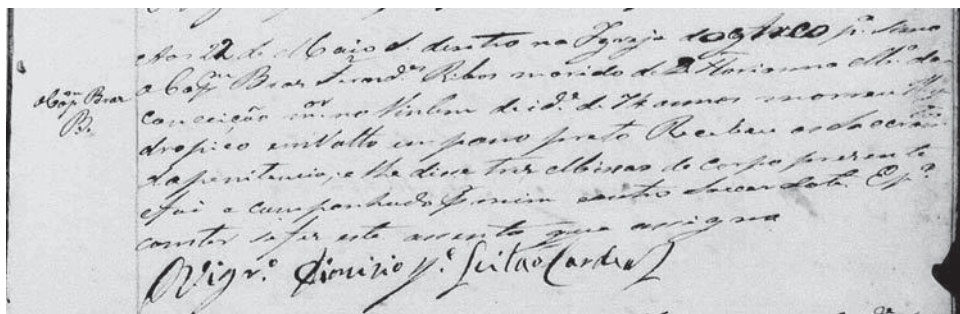
Braz Fernandes Ribas nasceu em 1776 na Paróquia de São Lourenço de Paranhos e foi casado com Floriana Maria da Conceição, que lhe deu três filhos: José Bento, Ana Victória e Roque Francisco.

Chegou ao Brasil, embarcado da cidade do Porto, solteiro e com 34 anos, no dia 3 de novembro de 1809. Segundo o registo, este negociante português tinha como destino a província de Minas Gerais, em cujo território seria fundada Santa Rita do Sapucaí.

Em 1818, o governo de D. João VI concedeu-lhe a carta de sesmaria. A família de Braz estabeleceu-se, então, na Fazenda Água Limpa do Vintém, ao sul da província de Minas Gerais. Cinco anos depois, a Igreja autorizou a instalação de uma pia batismal doméstica nessa fazenda, onde se prestaram os primeiros serviços religiosos da futura Paróquia Santa Rita de Cássia, hoje município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, Brasil.

A carta de sesmaria e a autorização da pia batismal são documentos que conferem a Braz o título de cofundador de Santa Rita do Sapucaí.

Santa Rita do Sapucaí é um pequeno município de quase 40 mil habitantes conhecido como “Vale da Eletrônica” ou “Vale do Silício Brasileiro”. Recebeu essas alcunhas por sediar a primeira escola técnica de eletrônica de nível médio da América Latina, além de concentrar mais de 100 empresas ligadas à eletrônica, à informática e às telecomunicações. É terra do ex-presidente da República Federativa do Brasil Delfim Moreira (que nasceu num município vizinho, mas que se radicou Santa Rita), do futebolista aposentado Roque Júnior (titular da seleção campeã da Copa do Mundo de 2002) e do magistrado José Francisco Rezek (ex-integrante da Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas, com sede em Haia).”



REGISTO DE ÓBITO BRAZ FERNANDES RIBAS



BRAZ
FERNANDES
RIBAS:
ENTRE HOMEM
E CAVADO,
VINTEM E
SAPUCAÍ

Jonas Costa
jonasjornal@hotmail.com

O antigo concelho de Entre Homem e Cávado existiu ao longo de toda a vida de Braz Fernandes Ribas, nascido numa de suas freguesias, São Lourenço de Paranhos, no dia 11 de julho de 1776, uma semana depois da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Braz faleceu cinco anos antes da extinção de seu concelho de origem, a 22 de maio de 1848, na freguesia de Santa Rita da Boa Vista, no sul da província brasileira de Minas Gerais.

Nada mais comum que um minhoto em Minas naquele tempo, mas Braz não deixou apenas patrimônio e descendentes no Brasil. A localidade em que morreu havia sido fundada por ele. Quase trinta anos antes de ser sepultado no subsolo da Igreja Matriz da Paróquia Santa Rita de Cássia, sinal de reconhecimento de sua proeminência, o paranhoto recebera do governo de D. João VI a primeira carta de sesmaria do lugar, a 12 de novembro de 1818.

Transcorridos dois séculos, os pontos de partida e de chegada da biografia de Braz não são mais os mesmos, evidentemente. Extinto o concelho de Entre Homem e Cávado em 1853, surgiu o município de Amares, ao qual passou a pertencer Paranhos, hoje com a denominação reduzida e o território agregado a outras duas antigas freguesias, Caldelas e Sequeiros. Modificações formais, abstratas, muito menores que aquelas sofridas por Santa Rita da Boa Vista.

Com o nome de Santa Rita do Sapucaí desde 1880, pertenceu a diversos municípios até obter emancipação político-administrativa, a 1º de setembro de 1888. Em abril de 1892, foram nomeados os primeiros magistrados da comarca; o juiz-substituto, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, era filho de um português de Vila do Conde. Vocacionado para a política, Delfim teve rápida ascensão nas primeiras décadas da República brasileira, proclamada em 1889.

Minas Gerais, outrora província, tornou-se estado no período republicano. Delfim Moreira foi seu presidente (cargo atualmente chamado de governador), de 1914 a 1918, ano em que elegeu-se vice-presidente da República. O presidente eleito, Francisco de Paula Rodrigues Alves, contraiu gripe espanhola e morreu sem assumir o cargo que já tinha ocupado entre 1902 e 1906. Por essa razão, Delfim exerceu a Presidência por oito meses, até a posse do novo titular eleito.

Delfim Moreira faleceu na condição de vice-presidente do Brasil, aos 51 anos, em 1920, no município a partir do qual construíra sua carreira política: Santa Rita do Sapucaí. Luzia Rennó Moreira, sua sobrinha, repôs a localidade em evidência, no ano de 1959, ao fundar ali a primeira escola técnica de eletrônica de nível médio da América Latina. Em 1985, quando já contava com uma faculdade de engenharia de telecomunicações, outra de administração e informática, além das primeiras empresas de base tecnológica, Santa Rita adotou a marca “Vale da Eletrônica”.

A história santa-ritense se desenrolou ora de um lado, ora de outro do Rio Sapucaí. Foi, porém, nas proximidades de um de seus tributários, o Ribeirão do Vintém, que tudo começara. Não por outro motivo, o latifúndio do paranhoto Braz Fernandes Ribas, primeiro sesmeiro do lugar, era chamada Fazenda Água Limpa do Vintém. Outro afluente do Sapucaí, o Córrego do Mosquito, banhava as terras doadas em 1821 pelo casal Manoel José da Fonseca e Janubeva Maria Martins para construção da primeira capela dedicada à padroeira (ou orago) Santa Rita de Cássia.

Braz foi uma das testemunhas dessa doação, cujo termo o cita no rol dos procuradores da “senhora Santa Rita”. Três anos depois, em 1824, recebeu do então bispo diocesano de Mariana, D. Frei José da Santíssima Trindade, uma “pia batismal doméstica” e autorização para que fosse utilizada na Fazenda Água Limpa do Vintém. No oratório da sesmaria foram realizados alguns dos primeiros ofícios religiosos de Santa Rita, que à época integrava o território da Diocese de Mariana.

A influência de Braz não era somente religiosa, como também política. Em 1829, quando ainda vigorava o padroado régio, elegeu-se suplente do juiz de paz José Joaquim Leite Ferreira de Melo, pai do padre José Bento Leite Ferreira de Melo, que, por sua vez, se tornaria senador do Império em 1834. José Bento liderava na região sul de Minas Gerais a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, movimento ao qual o sesmeiro paranhoto aderiu em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I do Brasil (D. Pedro IV em Portugal).

José Bento era também o nome de um dos filhos de Braz e sua esposa, Floriana Maria da Conceição. Os outros dois se chamavam Roque e Ana Victória. Quase nada se sabe a respeito de Floriana, prenome tipicamente brasileiro e pouquíssimo usado no Minho naquele tempo, o que reforça a tradição oral de que ela seria originária da mesma região onde se situa Santa Rita do Sapucaí.

Quanto ao sobrenome (ou apelido) Ribas, trata-se de topônimo. O avô paterno (Domingos Fernandes) e os bisavós maternos (Antônio Fernandes e Ana Fernandes) de Braz eram oriundos do lugar de Paranhos de Riba, também citado em registros paroquiais como Paranhos de Cima (ou de “Sima”). O pai de Braz é mencionado em assentos como José Fernandes Riba ou de Riba – tanto ele quanto a esposa, Ana Fernandes, nasceram em Paranhos, assim como a geração que os antecederam.

À procura de uma vida diferente daquela de seus antepassados em Paranhos, Caldelas e Souto, entre outras freguesias minhotas, Braz emigrou de Portugal no início do século XIX. Sua chegada ao Brasil teria ocorrido a 3 de novembro 1809, data da entrada assim descrita no porto do Rio de Janeiro, conforme documento do Arquivo Nacional: “Sobrenome: Ribas. Nome: Brás Fernandes. Estatura: alta. Rosto: comprido. Barba: bastante. Sobrancelhas: delgadas. Origem: Porto. Idade: 34. Estado civil: solteiro. Ocupação: negociante. Destino: Minas por Itaguaí”.

A natureza dos negócios desenvolvidos por Braz é desconhecida por seus descendentes. Tais transações talvez tenham motivado a menção, em seu testamento, a um “livro de razão”, expressão que designa, no Brasil, instrumento contábil para lançamento de créditos e débitos. O testamento cita, ainda, as três irmãs de Braz que também teriam imigrado para Minas e que tornaram-se suas legatárias: Thereza, Maria e Isabel, todas naturais de São Lourenço de Paranhos.

No inventário de Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, participante do movimento independentista conhecido como Inconfidência ou Conjuração Mineira, falecida em 1819, o nome de Braz aparece entre os credores. Dois censos demográficos atestam que ele foi proprietário de grande número de escravos no Brasil: 35 cativos no ano de 1831 e 47 em 1838. Nas duas ocasiões, declarou-se lavrador e alfabetizado. Seu avô paterno, Domingos Fernandes, escrevia bem, fato que pode ser constatado nos assentos de batismo que assinou como testemunha.

O protagonismo exercido por Braz na formação do núcleo populacional que deu origem a Santa Rita do Sapucaí tem sido resgatado por pesquisadores (ou investigadores) do município desde a década passada. A municipalidade o reconheceu como fundador por meio de lei de 27 de dezembro de 2016, que estabelece a geminação com Amares e institui a Semana Municipal Capitão Braz Fernandes Ribas de Amizade entre Santa Rita do Sapucaí e Paranhos – Amares, celebrada em julho.

Ao contrário de Amares, Santa Rita não dispõe de termas como as de Caldelas, mas possui uma fonte de água mineral. Água que brota de terras localizadas entre o Sapucaí e o Vintém, cujo primeiro proprietário viera de Entre Homem e Cávado: Braz Fernandes Ribas.





AGOSTINHO DOMINGUES
INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA
AMARES 10 DE NOVEMBRO DE 2012

DOUTOR
AGOSTINHO
DOMINGUES:
UM HUMANISTA
QUE SOUBE
CONCILIAR
A FÉ COM A
RAZÃO

Fernando Pinheiro
fernando.pinheiro@caligrafo.pt

É com enorme prazer que me associo à homenagem que o município de Amares decidiu prestar ao doutor Agostinho Domingues, no âmbito das suas ações de promoção e fomento do livro e da leitura, sendo ele, para mais, patrono da novel biblioteca municipal, juntamente com Francisco de Sá de Miranda, um vulto maior das letras nacionais. O exemplo de um homem excecional quanto ele foi – pois não negou em si os votos de uma existência digna, honrada e comprometida com os grandes valores civilizacionais, como a paz, a liberdade, a justiça, a beleza e a fraternidade humanas –, não pode deixar de ser perpetuado em memoriais ativos que obstem o apagamento de uma trajetória ímpar nos planos da intervenção cívica e cultural. Este ilustre amarense, mercê da sua exigência ética e da sua devotada entrega a causas de progresso humanístico, é credor dos mais rasgados tributos do município de Amares, e do país inteiro, afinal, pois a sua ação não visou somente o local, mas também o todo nacional, face ao interesse que demonstrou pelos valores coletivos e universais, fossem eles de natureza cultural ou política.

Nesta circunstância, porém, não irei falar, desta sua faceta pública, por serem suficientemente conhecidos os seus trabalhos abnegados e esclarecidos na construção da democracia em Portugal – foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República –, e na afirmação do poder autárquico enquanto vereador da Câmara Municipal de Amares. Tal como não irei tecer comentários sobre o profissional devotado ao novo processo educativo nacional – mormente no que concerne ao seu contributo para a Lei de Bases do Ensino –, nem sobre as suas excecionais qualidades académicas, quer como professor quer como estudante – doutorou-se em História Moderna pela Universidade do Porto, em idade avançada, quando já detinha outros títulos académicos. De igual modo, não enaltecerei o entusiasmo que punha na emancipação mental dos estratos menos esclarecidos e favorecidos da população; bem como o seu amor à cultura portuguesa e à divulgação de tantos vultos que fizeram a grandeza da nossa língua e da nossa pátria, como Fernando Pessoa, Gil Vicente, Garcia de Guilhade, Padre António Vieira, Damião de Góis e, de modo especial, Francisco de Sá de Miranda, a quem dedicou uma monografia histórico-literária que chegou a três edições, duas das quais tive a honra de editar na Calígrafo Edições, sob os auspícios da edilidade amarense. Sem dúvida que a sua imensa cultura humanística clássica e contemporânea, absolutamente invulgar até mesmo nos meios académicos, a todos nos contagiou, e, no que me diz respeito, não posso negar a profunda influência que exerceu no meu projeto estético de escritor. O doutor Agostinho Domingues foi, na verdade, um trabalhador incansável do pensamento, vertido não só em estudos ensaísticos, mas também em inúmeros artigos escritos e publicados nos jornais da região, nos quais analisou e fixou conceitos em torno de temas sensíveis da literatura, da religião e da cultura que lhes está associada.

E se, neste momento de saudosa recordação, não falo desta face mais visível e mais conhecida da grande figura pública que foi o doutor Agostinho Domingues, é porque desejo abordar, ainda que de modo sumário, uma sua dimensão humana que não costuma ser chamada à colação deste tipo de celebrações. Com efeito, há pulsões profundas de tipo emocional, racional e espiritual que, em geral, escapam à observação do vulgo profano, onde eu me incluo com o meu sentido de procura e indagação, mas cujo conhecimento se torna imprescindível para a construção coerente de qualquer personalidade. E, no que diz respeito a essa natureza semioculta que o caracterizava enquanto homem plural, reconheço que tive alguma dificuldade em atingir a profundidade de uma essência que fugiu aos padrões comuns do homem normalizado pela cultura de massa que nos domina, de modo avassalador.

E porque a oportunidade me foi gentilmente concedida, proponho-me, pois, falar do seu ideário cristão e do seu idealismo generoso de raiz solidária, sistemas teórico-doutrinários voltados para a defesa dos direitos humanos e da justiça social, valores que ele defendeu com palavras e ações de grande lucidez, objetividade e pertinência. A este propósito, numa notável conferência que eu tive o privilégio de assistir na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, Braga, ouvi-o expressar um juízo muito próximo das características concetuais de uma máxima categórica, cujo significado não pode ser dissociado dos sistemas filosófico-religiosos que nortearam toda a sua experiência ontológica e política: «a violência tem a sua génese na injustiça, no abuso do poder, na falta do sentido do outro e seus direitos», (Domingues, 2013).

Este tipo de asserções só podem ser aduzidas por homens atentos aos problemas do mundo, e não por quaisquer intelectuais ou cientistas encerrados nas suas torres de marfim, os quais, debruçados sobre os seus enigmas e aporias, se tornam incapazes de lançar os olhos sobre uma humanidade que sofre as consequências de um desenvolvimento centrado na deificação do dinheiro, no abuso do poder, na sobre-exploração do trabalho e no lucrativismo desenfreado. Unindo a teoria à prática, o doutor Agostinho Domingues abraçou uma postura de grande autenticidade humana e adotou ao longo da vida sociabilidades regidas por rigorosas normas de frontalidade, respeito mútuo e imaculada transparência pessoal. Como humanista esclarecido que era, depois de ter denunciado a raiz da violência, logo apontou a solidariedade como meio da sua erradicação, ao assegurar que «a qualidade moral gera um sentimento de simpatia, ternura ou piedade pelos pobres, pelos desprotegidos, pelos que sofrem, pelos injustiçados», (Domingues, 2013).

Ainda neste plano da justiça social, a sua conferência – que merecia ser publicada na íntegra, face à sua extraordinária lição de pacifismo e ponderação teológica –, alerta para os perigos de um ensino vergado ao

poder da tecnocracia, porquanto, nas suas palavras, «a atual situação trágica do mundo encontra uma das explicações na existência de grandes cérebros e grandes quadros que, desprovidos de qualquer simpatia humana, usam o saber e a inteligência para esmagar os pobres, os deficientes, os desprotegidos da sorte ou vítimas de circunstâncias adversas», (Domingues, 2013). Ora, em seu entender, só uma pedagogia que privilegie a sensibilidade, e não somente a inteligência, é que poderá estimular sentimentos de generosidade e de altruísmo, e combater as causas que estão na base dos regimes opressores, eles mesmos geradores de impulsos incontrolláveis de agressividade e egoísmo.

Nestes juízos podemos encontrar sinais do evangélico amor ao próximo, o segundo maior mandamento do cânone cristão, sistema doutrinário que foi fixado ao longo de muitos séculos de debates e conclaves dos doutores da Igreja, até à fixação da dogmática que hoje rege os crentes católicos, e que ele conhecia tão bem. Mas não se pode amar o próximo sem se amar a Deus, amor que ele soube cultivar, não só através de um culto religioso esclarecido, mas também através de persistentes e apaixonados estudos teológicos da Bíblia. Ele foi, como poucos, um crente que soube conciliar a fé com a razão; um crente que não teve medo da ciência nem da filosofia, para, justamente, inscrever o seu sentido religioso, não na esfera do rito e do mito, mas na esfera do conhecimento e da revelação.

Lembro-me que, quando abordava com ele estas questões candentes e sensíveis do pensamento e da fé, em conversas sempre estimulantes e enriquecedoras, o doutor Agostinho, nas suas comparativas de fundo reflexivo, dava prevalência à fé em detrimento da razão, subscrevendo as máximas de Santo Anselmo doutor: «*Credo ut intelligam*», (Creio para compreender), ou «*Deus enim id quo maius cogitari non potest.*» (Deus é aquele de quem não se pode pensar nada maior). Sem dúvida que, nesses exercícios, ele quis conciliar a filosofia grega – sobretudo a de Platão e Aristóteles – com o transcendentalismo cristão, antigo e medieval, tributário das lições de Santo Agostinho, Santo Anselmo ou S. Tomás de Aquino.

Outra passagem eloquente da palestra que tenho vindo a analisar diz respeito à dissociação que o orador estabeleceu entre o Deus do Antigo Testamento e do Deus do Novo Testamento. Citando profetas e evangelistas, provou que a um Deus vingativo, do qual se devia ter medo, porque estamos a falar do Deus de Moisés e Elias, se sucedeu um Deus bondoso, solidário e pacífico, apresentado aos apóstolos por Jesus Cristo, um filho de judeus. Este *novo* Deus é já o Deus do perdão, da misericórdia, da caridade e da piedade, valores que Jesus Cristo incarnou de modo absolutamente radical, até à sua brutal execução no monte Calvário. Este é, pois, o Deus da solidariedade e do amor, o Deus de que o mundo precisa para encontrar a paz, a justiça social, a fraterni-

dade entre povos e culturas, o respeito pela diferença, a tolerância e a partilha dos recursos físicos e espirituais disponíveis, tendo em vista a emergência de uma civilização multicultural de raiz humanista.

Depois de assistir à sua magistral conferência, fiquei com a sensação de que ela não era mais do que a representação da zona nuclear do vasto e complexo pensamento de Agostinho Domingues. E a sua mensagem é de tal modo importante, necessária e moderna, que não podemos ficar apenas pelo cumprimento de um compromisso com tão insigne pessoa, nem, muito menos, pelo respetivo autocomprazimento da sensação do dever cumprido. Na verdade, o doutor Agostinho Domingues sempre dispensou o elogio fácil, mais ou menos encenado, as palavras bonitas de circunstância, a cerimónia e o seu esquecimento; mas o que ele não dispensará é a continuação da sua obra, para que os frutos da sua sementeira cultural não fiquem a estiolar nas devesas ignaras do abandono e da ignorância. Se ele interrompeu a marcha na breve estrada da existência – *ars longa, vita brevis* –, nós estamos obrigados a prosseguir-la no exato ponto onde ele a interrompeu, e a aceitar o testemunho que nos lega na hora de uma despedida, que não é uma separação, mas um encontro na eternidade do espírito. Agostinho Domingues intima-nos a ser cultos, como ele foi; impele-nos a ser piedosos, como ele soube ser; convoca-nos para a assembleia dos sábios, onde ele próprio pontificou até à hora da sua morte terrena.

Mas este é o ponto difícil da questão: como ser culto, sábio e piedoso como ele foi? Que fazer com os talentos que nos deixa de modo quase provocador? Onde encontrar a inspiração para a virtude e para a observância de uma cartilha moral que tem tanto de sedução como de desafio? As Escrituras Sagradas, que ele tanto gostava de ler e interpretar, abrem-nos, porém, um raio de luz num mundo de trevas e aflições, como o que vivemos de modo expiatório, em contexto de tragédia humana. A Bíblia, no Salmo 18:17, tem uma passagem que pode aplicar-se à personalidade una e multimoda de Agostinho Domingues, não somente no plano religioso, mas também no plano social, porque ele foi, acima de tudo, um ente gregário e fraterno projetado na comunidade dos homens: «Javé fez-me sair de um lugar espaçoso; libertou-me porque Ele me ama. / Javé tratou-me segundo a minha justiça e retribuiu-me segundo a pureza das minhas mãos, / porque observei os caminhos de Javé e não me rebelei contra o meu Deus. / Os seus julgamentos estão todos à minha frente, nunca me aparteí dos seus decretos; / Fui íntegro para com Ele e guardei-me da injustiça».

Bem razão tinha o profeta Daniel (12:13) quando disse que os sábios não morriam, porque “Os que anunciam Jesus serão grandes no Reino de Deus. Os que forem sábios resplandecerão como o fulgor do firmamento, e os que muitos conduzirem à justiça brilharão como as

estrelas, sempre e eternamente.» A minha última tarefa será, pois, levantar a cabeça para o alto, para ver tão notável espírito brilhar nessa eternidade prometida, pois o Ovídio das *Metamorfoses* assim o recomenda: «*Os homini sublime dedit*» (Só ao homem foi dada a aspiração sublime), e também eu o creio, firmemente.

Não posso finalizar, porém, o meu apressado conspecto, sem dizer que o doutor Agostinho Domingues sempre me fez lembrar os estoicos do mundo antigo, pela forma como soube controlar as suas emoções e como soube lidar com as emoções alheias. Nele, a felicidade parecia residir na prática da virtude e no cumprimento escrupuloso das regras da ordem natural. Quer-me parecer, todavia, que o seu estoicismo ia no sentido de que todas as pessoas eram manifestações do espírito universal único, que leva ao *logos*, ou razão universal, natureza que consigna a humanidade ao amor fraternal e à ativação social da entreatjada cosmopolita, sem diferença de credos, estatutos ou origens, aliás na senda de Séneca que, nas suas Epístolas, elevou os escravos à condição de cidadãos. Ora, esta conceção do humano entra em rota de colisão com o individualismo de tipo egoístico, característico da nova sociedade tecnocrática, e enquadra-se na moderna ética cristã, tão propugnada pelo Papa Francisco, líder religioso que ele admirava do fundo do coração.

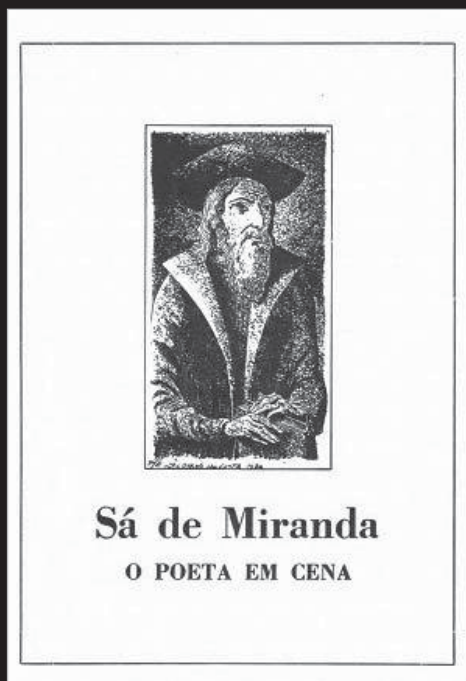
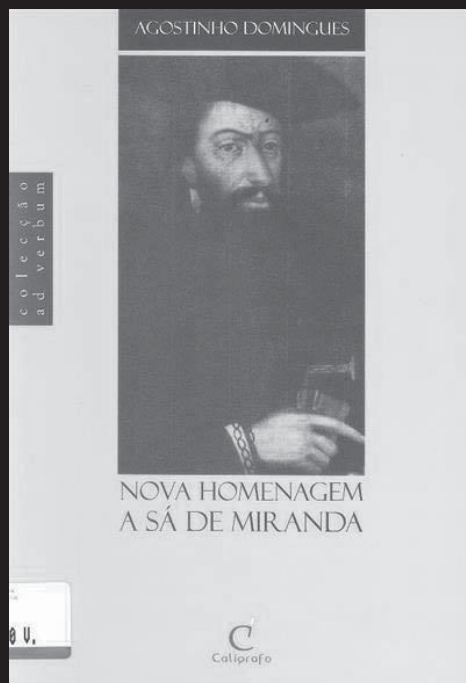
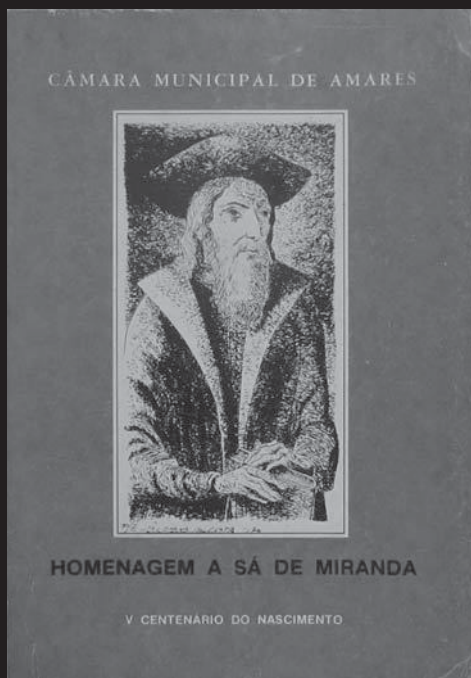
Para mim foi um privilégio ter conhecido e privado com um homem da dimensão moral e intelectual do doutor Agostinho Domingues, pois, por tão densa e pródiga amizade, pude crescer à sombra da sua comvente magistratura. Ele lia todas as minhas obras e tinha sempre o cuidado de apontar as virtudes e os defeitos de cada uma delas, facto que me permitiu aperfeiçoar os processos poético-ficcionais. É bem certo também que, para lá da edição de *Nova Homenagem a Sá de Miranda*, também lhe levei à cena, em Braga e Barcelos, peças e guiões dramáticos elaborados por si, como foi o caso de Beatrice, a propósito do centenário da morte de Antero de Quental, e *A Comédia de Rubena*, de Gil Vicente, peça que deu à estampa em 1988, segundo uma edição da Câmara Municipal de Amares.

Resulta deste pequeno bosquejo biográfico, pelo menos na minha perceção, de que ser igual a Agostinho Domingues é impossível. Por mim, já me contentava em ser parecido com ele.

BIBLIOGRAFIA

(2004). *Bíblia Sagrada*. Paulus Editora.

Domingues, A. (2013). Religião - O Dilema entre a Solidariedade e a Violência. O Pacifismo Evangélico Será um Ideal Utópico? *Diário do Minho*, ano XCIV, n.º 30027.



“Sá de Miranda está mais “vivo” no Minho, já que, como escreve Aguiar e Silva, tendo vivido em Vila Verde e em Amares, “tornou o seu refúgio de Entre-Douro-e-Minho na capital simbólica da língua portuguesa do seu tempo e num lugar mítico de sabedoria e fortaleza e ânimo”. E Amares, que lhe proporcionou a última residência em vida (Casa da Tapada, em Fiscal) e guarda a memória dos seus restos mortais em Carrazedo, tem-no especialmente presente. Ainda no Minho, Cabeceiras de Basto está bem referenciada na vida e obra do poeta, dados os laços de amizade de Sá de Miranda com os fidalgos Pereira de Marramaque da casa da Taipa. Mas Coimbra, terra dos nascimento e dos anos da juventude e da primeira formação académica, bem como de provável residência após o regresso de Itália, em 1526 ou 1527, tem particular dívida de gratidão para com ele. Por sua vez, Lisboa ocupa lugar de relevo na sua biografia: aí frequentou a Corte e a Universidade (fixada na capital até 1537), onde fez o seu doutoramento e onde lecionou. Sendo, sem dúvida, um poeta nacional, a vida e a obra mirandinas têm relação privilegiada com as regiões mencionadas.”

Agostinho Domingues



EXPOSIÇÃO DE DESENHO DAS RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS
LOCAL CRUZ VERMELHA DE AMARÉS

ENCONTRARTE AMARES



Fernando Almeida
direccao@encontrarte.pt

O Encontrarte Amares (EA), que em 2019 concretiza a sua 6.^a edição (com início em 2009), surgiu com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento de vários géneros de expressão artística fora dos territórios habituais de mostra de arte em Portugal. Através da mobilização da população local, da autarquia, de várias associações e de parceiros institucionais, o EA oferece ao público um conjunto de atividades culturais e educativas de curta e longa duração de caráter gratuito, capazes de captar e de fidelizar novos públicos, bem como propor uma abordagem intersectorial capaz de proporcionar um novo olhar sobre o território e as suas idiossincrasias.

Pretende-se com esta abordagem, aproximar gerações e públicos pouco familiarizados com esta dinâmica e contribuir para a sua sensibilização artística, através da promoção da interação entre as escolas, os parceiros, os artistas, a população e o público em geral.

Tirando partida de espaços improváveis e devolutos, públicos e privados, apropriando-se da paisagem da montanha e dos rios para a divulgação e mostra artística em sintonia com a rede de equipamentos do concelho, o evento promove o trabalho em rede e o desenvolvimento sustentável da região, atribuindo um novo valor ao parque edificado e natural existente.

Carateriza-se pela multidisciplinaridade programática (e.g., escultura, instalação, som, teatro, cinema, poesia, artes performativas, gastronomia, artesanato, entre outros), promovendo e valorizando criadores nacionais e internacionais das mais variadas formas de expressão artística, num trabalho de proximidade e cocriação com a população e os agentes locais de criação e programação cultural. Promove oficinas e ateliês de trabalho com jovens criadores, residências artísticas, discussões e outras plataformas onde converge e se confronta o saber-fazer popular e o académico, a experimentação e a inovação, como mecanismos de aproximação e reflexão do *modus operandi* da produção artística na contemporaneidade.

Após cinco edições (2009–2017), o Encontrarte Amares afirma-se na sua singularidade e comprometimento como um evento incontornável da agenda cultural nacional, assumindo-se o seu programa como ferramenta de desenvolvimento económico, político e social do município de Amares e da região. Como tal, pode evidenciar-se o evento como mecanismo de desenvolvimento sustentável do município e da região onde se insere, contribuindo para a valorização do saber fazer local e para a dinamização socioeconómica através da criação de espaços de participação e cidadania. Vocacionado para a revitalização e fortalecimento do território em que se insere, promove a externalização dos valores patrimoniais e económicos do município de Amares através da criação de uma rede de eventos nacionais e internacionais que inter-relaciona a comunidade artística residente e não residente e capta novas energias criativas para o mesmo.

Permanecendo coeso no rigor profissional da estrutura organizativa, que o alimenta desde a sua génese, mantém-se orientado no seu propósito maior – a promoção de espaços de cocriação artística enquanto modelo de afirmação e decisão coletiva.

O Encontrarte Amares é uma coorganização entre o Clube Desportivo Recreativo e Cultural Amarense, uma associação juvenil que ao longo de mais de 40 anos de atividade desenvolveu dezenas de ações de cariz cultural, desportivo e social, com um grupo informal de profissionais de produção e promoção cultural, e aos quais se juntam Amarenses, que de forma decisiva colaboram nos diversos níveis de organização do projeto.

Em 2017 passou a integrar o Projeto CREATOUR, na primeira *call* de captação de propostas de turismo criativo, na ambição de desenvolver um novo posicionamento territorial e político, obrigando-se a si mesmo a reveritar as suas metodologias e estratégias de organização e intervenção.

Neste contexto foi criado o Projeto Piloto ARA – Amares Residências Artísticas. Este tem por objetivo cruzar e desafiar entidades públicas e privadas, criadores e população, para uma discussão aberta sobre as potencialidades do turismo criativo em Amares. Esta é uma reflexão tomada pela experimentação e participação assente num modelo de cocriação, capaz de reveritar o território, as políticas locais, as vontades coletivas e a necessidade de uma cidadania participada.

Mais do que desenvolver um projeto de turismo estruturado num pensamento e ação artística e/ou cultural, o Encontrarte Amares pretende promover uma reflexão profunda sobre novos modelos de participação, novas configurações políticas e novos desafios, para permanecermos e agirmos de forma conjunta.

Mais do que nunca, o Encontrarte Amares foi um lugar de participação e cruzamento. Um espaço que convocou o encontro entre pessoas, entidades, territórios e ideias. Acolheu a possibilidade de re-significar os modelos de produção artística e as múltiplas formas como nos relacionamos com o “outro”. Amares decidiu valorizar as diferenças, provocar o estabelecido, criar em coletivo e almejar uma real democratização cultural, implicando mais de 40 artistas nacionais e internacionais e mais de 200 habitantes de Amares.

MANUELA GONZAGA

A black and white portrait of António Variações, a man with a full beard and mustache, looking slightly to the left. He is wearing a dark, textured sweater and a small earring. The background is dark and out of focus.

ANTÓNIO
VARIAÇÕES

ENTRE BRAGA E NOVA IORQUE



BERTRAND EDITORA

ANTÓNIO
VARIACÕES:
ENTRE
BRAGA E NOVA
IORQUE

ENTREVISTA A MANUELA GONZAGA

por Anabela Costa
anabela@municipioamares.pt



MANUELA GONZAGA

A Manuela Gonzaga publicou a biografia António Variações: Entre Braga e Nova Iorque em 2012, edição esta que esgotou e foi republicada com a chancela da Bertrand Editora em 2018, numa nova edição revista e ampliada. O que a levou a escrever uma biografia sobre António Variações?

Foi um convite, um desafio, que me foi lançado, e que acabei por aceitar por achar que essa homenagem lhe era devida, e tinha a noção de que estava numa situação privilegiada para a levar a cabo. Tinha a oficina de escrita dos jornais e as ferramentas de historiadora, o que já ajudava, e muito, a somarem-se ao facto de me ter cruzado com ele, de o ter até entrevistado. Vivi os anos 80 e andei nos lugares por onde ele andou, até ao seu absurdo e tão breve fim.

Pode falar-nos um bocadinho sobre o seu trabalho de investigação para este livro?

Comecei, literalmente, pelo princípio. Vim até Braga, Amares, à freguesia de Fiscal, andei pelos seus lugares de início. Falei com muita gente que o conheceu e a quem esteve ligado. Familiares, vizinhos, conhecidos, antigos condiscípulos, o padre. E, evidentemente, com a família, os irmãos e duas das irmãs. A Lurdes e a Amélia. O António nasce em 1944, a guerra ia acabar em breve, mas na época não se imaginava quanto tempo ainda ia durar. Foram dias duríssimos. Oitenta por cento da população portuguesa era rural, e sobre ela pesavam as maiores dificuldades. As crianças começavam a trabalhar muito cedo. Quase todas ajudavam em casa, antes de ir para a escola. E, quando voltavam, havia mais trabalho à espera. Depois, sobretudo nos anos 60, a imigração disparou, e o Minho foi literalmente sangrado de gente. Ia-se para a cidade grande, ou, a salto, para a Europa dos ricos. Em condições inimagináveis. Ele saiu da terra com 11 anos, para Lisboa, atrás do seu sonho. Não tenho dúvidas. Levava a quarta classe feita, como diz na canção «De olhar para trás / pensamento em frente». E, depois, entrevistei e aprofundei o resto da sua vida, por Lisboa, por África, as viagens, as mudanças de empregos, e tudo isso.

A biografia de António Variações é «a história de um homem singular, que não tem, nem podia ter, seguidores, mas que deixou uma marca indelével. Na música, nos poemas que cantou, na forma como viveu e se manifestou perante o olhar incrédulo e maravilhado dos que se cruzaram com ele». Além da vida do artista, este livro é um grande contributo para o estudo da cultura e mentalidades de Portugal na segunda metade do século XX?

A última expressão é da historiadora Raquel Varela... vindo de quem vem, aceito muito honrada o tremendo elogio.

Podemos ver o António Variações como um prenúncio de um país democrático e livre?

Eu não colocaria as coisas dessa forma. O que posso afirmar é que o país onde nasceu António Joaquim Ribeiro não aceitaria um António Variações. Pela forma como se vestia, como afirmava a sua personalidade, pela forma como, já na década de 80, se apresentou ao grande público cantando como cantava, e o que cantava, e por toda a expressão da sua identidade tão livre. Foi preciso um 25 de Abril para muitas prisões se abrirem.

A Manuela Gonzaga afirma no seu livro que «António Variações foi um dos raríssimos casos de amor coletivo, um maior denominador comum que atravessava todas as declinações sociais, e todas as classes etárias, para congregar à sua volta o afeto incondicional de quantos o conheciam, ouviam a sua voz e se prendiam à sua música. [...] Permanecendo, no seu cosmopolitismo assumido, fiel às raízes do Portugal profundo, berço arcaico Entre Douro e Minho. À terra D'Entre Homem e Cávado, que o viu nascer». Em que medida as suas raízes, os vários contextos em que viveu e as influências que recebeu ajudaram a construir o homem e artista António Variações?

Como todos nós, o António era múltiplo, mas sem perder a sua coerência. O que não sucede com tanta frequência assim. Dito isto, há uma fidelidade muito grande às suas raízes campesinas, que manteve até ao fim. Ele era grande demais para poder desenvolver-se na plenitude do seu ser numa terra tão pequena como Fiscal, em Amares, ou mesmo Braga, mas nunca esqueceu a terra que o viu nascer, a terra dos seus pais e avó, nem a força que dela lhe vinha. Uma força matricial e telúrica. Encontrei o Minho dele nas paredes da sua casa, em Lisboa. Nas cores com que se vestia e nessa necessidade de colorir a vida, nem que fosse com um ramo de malmequeres muito singelos. E encontrei os cantares minhotos, essas toadas incríveis, na voz que ele trabalhou até ao último alento, acrescentando-lhe outras tonalidades e vivências, claro.

Dos testemunhos que ouviu da família e de algumas pessoas que se cruzaram com o António na terra que o viu nascer, como é o caso do padre Joaquim Gomes da Costa, que imagem lhe ficou de Amares, Terra D'Entre Homem e Cávado?

Os testemunhos colhidos em Amares, onde António Joaquim Ribeiro nasceu e viveu até aos 10, 11 anos, traçaram-me um retrato muito duro do Portugal rural, e concretamente do Minho, entre os anos 40 e 50. Este retrato é, ao mesmo tempo, comovente e inspirador. A palavra que me vem à cabeça é homenagem. A grande homenagem que ainda não foi feita aos emigrantes, cujas remessas fiéis mantiveram a economia em

bom estado de saúde. A par das matérias-primas do ultramar, que só as podia vender, em bruto, à metrópole. Foram anos de fome, de repressão, de separações lancinantes, mas o minhoto é de uma tão dura cepa que sobreviveu e venceu a todos esses lances. Ao mesmo tempo, colhi relatos de muita alegria. A terra é lindíssima, e o minhoto tem a música no coração. Em casa do António, o pai tocava cavaquinho, todos cantavam, alguns tocavam instrumentos. Como me contaram, «com dois pauzinhos a baterem um no outro», o pai a tocar, faziam uma festa no terreiro da lindíssima casa da família Ribeiro. Os pais, sobretudo a mãe, eram muito alegres. Toda a gente queria a companhia deles nas excursões, romarias, festas de santos populares. Ela era alfabetizada, ensinou o marido a ler, a escrever e a fazer contas, e lia, aos domingos, as cartas que familiares remotos enviavam aos vizinho do lugar, que não sabiam ler. E também lhes escrevia as cartas de resposta. Não levava dinheiro por isso.

«Terminado o ano escolar em julho, António Joaquim Ribeiro deve ter começado logo nesse mês, ou em agosto, a ir para Caldelas aprender o ofício de marceneiro. E ali ficou até dezembro, quando os pais perceberam que a guerra contra a vontade do filho era uma causa perdida. De olhar para trás / pensamento em frente António chegou a Lisboa nos primeiros dias de janeiro de 1956. Tinha 11 anos e encerrava aqui e assim o brevíssimo período da sua infância.» A teimosia e determinação foram cruciais para o sucesso de António Variações? Sem dúvida. Se para alguém com mais preparação e outro envolvimento, a estrada do destino tem sempre armadilhas, alçapões, escolhos de todo o género, imagine-se para uma criança que muda tão radicalmente de quotidiano, e vem para a grande cidade desconhecida, entregue a si própria, com o apoio muito eventual da irmã que já se encontra em Lisboa, mas mal tinha tempo para si. Em todo o caso, o António tinha outras qualidades para além da sua teimosia e determinação. O António era aquilo que hoje descreveríamos como um sobredotado.

António Variações tinha preocupações de estética e não de moda. Na sua opinião a imagem do António é reveladora da sua personalidade ou uma encenação mais ligada ao mundo profissional?

O António construiu a sua imagem, projetando-se de dentro para fora. Era aquilo que ele era. Não se apresentava assim para impressionar e muito menos para afrontar as pessoas, mas sim porque a sua forma de vestir refletia a sua personalidade criativa, criadora, singular.

António Variações percorreu «um longo corredor até chegar ao palco». Ele estava preparado para o êxito que marcou de forma incontestável o panorama musical português?

Estava, pois.

No dia do seu cortejo fúnebre que começou na Basílica da Estrela e acabou na freguesia de Fiscal, em Amares, um mundo de gente muito heterogénea despedia-se pela última vez do António. Este momento, como alguém referiu, «que parecia um filme» expõe a multiplicidade de «gavetas» onde os vários mundos de António Variações eram arrumados?

Não estive no funeral do António, e o que contei foi baseado em relatos presenciais e imprensa da época. Acho que a multiplicidade tão heterogénea de gente que foi despedir-se dele, e mesmo todas as pessoas que saíram ao caminho para, entre lágrimas e gritos de «Adeus, António!», lhe atirarem beijos e flores, acenando até o carro e o cortejo desaparecerem, evidencia aquilo que eu escrevi e volto a repetir. Ele foi um caso de amor coletivo, sem distinção de sexos, classes sociais, ou géneros. Ele tocou toda a gente, quase toda pelo melhor dos motivos.

«E António continua a ser notícia, como se o tempo o agigantasse devolvendo-o, ano após ano, mais presente do que nunca.» É isto que sentimos quando ouvimos a sua música «É a Vida Depois da Morte», a canção de que a Manuela fala que o António não chegou a compor e nunca irá cantar?

«A vida depois da morte» é o título do último capítulo da biografia de António Variações. Não é e nunca pretendeu ser uma «canção», mas o registo de como, graças ao seu tão poderoso legado, ele sobreviveu e continua a sobreviver ao seu desaparecimento físico. As homenagens, as entrevistas, as mais diversas manifestações em torno da sua obra e dele próprio, e até uma peça de teatro, «Eu, Variações» (de Ricardo Mesquita de Oliveira que interpreta António Variações, baseada no meu livro) que está em cena há meses e vai continuar. Pelo país fora, ilhas inclusive. O filme do João Maia é outro grande contributo para a sua memória musical. E, apesar de ser uma ficção (se fosse sobre a vida dele chamar-se-ia documentário, não é?) procura captar a personalidade única de Variações, a sua forma de andar, vestir, cantar, até à sua subida ao grande palco. É, igualmente, uma homenagem há muito aguardada e muito merecida. É isto «a vida depois da morte», em suma.

O que espera dos seus leitores depois da leitura de António Variações: Entre Braga e Nova Iorque, em especial dos leitores mais jovens?

O livro, lançado pela Bertrand, esgotou a primeira edição e vai na segunda. Há muita gente que me contacta maravilhada com o percurso dele, dizendo, pelas mais variadas formas, «não tinha a menor ideia» ou «pensava que tinha sido mais fácil». Isto é muito inspirador. Já agora, a primeira edição do livro (2006), noutra editora, correu o país, e em pouco tempo chegou a muita gente, aliás, esgotou e desapareceu. Esteve dois anos na Universidade de Aveiro, no departamento de Estudos Portugueses, pela mão da professora Teresa Soares. Convidada por ela, fui ali, duas vezes, falar com jovens que me revelaram que, até terem lido esta biografia, não sabiam praticamente nada da vida dos seus pais e avós, contemporâneos de António Variações. Nunca lhes tinham falado de trabalho infantil em Portugal. Nada sabiam do êxodo dos portugueses que, a salto, saíram de Portugal entre os anos 40, 50, 60. A grande debandada, dois milhões de pessoas. Nunca tinham pensado numa série de coisas... daí que a sua admiração por António Joaquim Ribeiro, o «nosso» Variações, tenha subido muito. Espero que os jovens leitores e todos os outros se encontrem, através deste ícone inesquecível, com a pessoa real que António foi, e colham inspiração na sua capacidade de lutar por aquilo em que acreditava. António viveu em função do imenso sonho que sonhou e tornou-o realidade sem desfalecer perante os obstáculos que a vida lhe colocou no caminho. É um farol. Uma luz de presença. Uma inspiração. É isto que espero que encontrem. E, já agora, que fiquem a saber mais da história do seu país, e a de tantos heróis anónimos que lutaram e lutam pela sobrevivência.

Portugal reconhece o mérito cultural que António Variações deixou no mundo da música portuguesa?

Sem a menor dúvida.



F Prémio literário
Francisco
de Sá de 2019
Miranda

NUNO
JÚDICE,
UM POETA
MAIOR

Sérgio Guimarães de Sousa
spgsousa@ilch.uminho.pt

No dia 18 de junho de 2019, reuniu o júri da 1.^a edição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda, instituído pela Câmara Municipal de Amares e destinado a distinguir o melhor livro de poesia editado durante o biénio 2017-2018.

Concorreram ao prémio 167 obras. Ou seja, a somar a algumas candidaturas provenientes do Brasil, praticamente todos os poetas portugueses no ativo apresentaram-se a concurso, fosse por iniciativa própria ou por diligência das suas editoras.

E a verdade é que, não obstante este elevadíssimo número de participantes, a decisão do júri não só foi unânime, como surgiu, em boa verdade, ao fim de pouco minutos. Não se tratou, por outras palavras, de uma daquelas deliberações concertadas ao milímetro, resultante de longas, e por vezes penosas, discussões, como não raro sucede quando estão em jogo factos tão subjetivos como a validação de merecimentos estéticos e excelências fraseológicas. O que diz bem da superior qualidade do livro premiado: *O Mito de Europa*. Quase dá vontade de acrescentar que a escolha de Nuno Júdice corresponde a uma distinção que dificilmente lhe poderia escapar, pese embora o poeta estivesse, na linha de partida, acompanhado por um assinalável conjunto de reputados colegas de ofício.

A obra de Júdice, convirá recordar, tem beneficiado de um contínuo reconhecimento da crítica literária, como atestam, entre outras, as seguintes distinções: Prémio P.E.N Clube Português de Poesia (1987); Prémio D. Dinis (1990); Grande Prémio de Poesia APE/CTT (1994); Prémio Bordalo de Literatura da Casa da Imprensa (1999); Prémio da Crítica do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários (2000); Prémio Cesário Verde da Câmara Municipal de Oeiras (2003); Prémio Ana Hatherly da Câmara Municipal do Funchal (2003); Prémio Fernando Namora da Sociedade Estoril-Sol (2004); Grande Prémio de Literatura DST (2005); Prémio Nacional António Ramos Rosa da Câmara Municipal de Faro (2006); Prémio Internacional de Poesia Europa in Versi/Prémio Carreira (Itália, 2006); Prémio Rainha Sofia de Poesia Iberoamericana (Espanha, 2013); Prémio de Poesia Poetas del Mundo Latino Victor Sandoval (México, 2014); Prémio Argana de Poesia (Marrocos, 2015); Prémio Tabula Rasa de Poesia (2015); Prémio António Gedeão (2016); Prémio Rosalia de Castro P.E.N da Galiza (2018); e, agora, o Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda (2019).

Todo este conjunto impressionante de prémios constitui a inequívoca ratificação de uma carreira literária de elevadíssimo prestígio, toda ela comprometida com a excelência. Corrobora, para dizê-lo com outra formulação, Júdice como um dos nomes maiores da poesia contemporânea europeia. A 1.^a edição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda não poderia, portanto, começar de maneira mais auspiciosa.

De entre as várias razões invocadas pelo júri para fundamentar a escolha do premiado, seja-nos permitido destacar três, talvez aquelas que mais saltam à vista de quem frequente com alguma assiduidade a poesia judiciana.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma poesia, não raro alimentada por impressionantes símbolos, pautada, não há como negá-lo, por uma incrível sensualidade. Uma sensualidade que também poderíamos chamar pureza. Não surpreende, assim, que encontremos o desejo alojado nalguns dos mais belos e tocantes versos de *O Mito de Europa*. E repare-se que se o escritor, adepto em geral do verso longo, não escapa à tentação da ‘poesia narrativa’, que nalguns poetas se tornou num autêntico brasão de armas, tal como noutros o será a valorização da técnica ² ou do português demótico ³, o brilho da «prosa» não amolece, por assim dizer, o fulgor da sensualidade. E isto porque o prosaísmo, que é antes de mais fluidez discursiva, não é tanto que impeça a irrupção do corpo feminino enquanto poderosa força magnética imbuída de uma ostensiva sensibilidade lírica. Uma sensibilidade somente possível num poeta norteado por uma escrupulosa delicadeza. Desde logo, aquela pela qual, a despeito da experiência empírica, a irreprimível presença da mulher ocorre em termos de projeção mental.

Suficiente exemplo disso verifica-se num poema muito sugestivamente intitulado “Uma definição Abstracta”, no qual, a lembrar um tanto os trovadores do período medieval, Júdice se compraz em reconstruir o rosto idealizado da mulher com base num arquétipo. E fá-lo conjugando de maneira particularmente hábil o restauro facial com o ato da criação poética, como se a poesia cumprisse a suprema função de materializar o «fantasma». Veja-se: «[...] o que eu vejo no teu rosto,/ quando a ausência o converte num arquétipo, e/ nele projecto todas as figuras do desejo, é/ o desenho dessa palavra que te veste com/ as suas sílabas de sol, e percorre o poema/ com a sua luz.//».

Leia-se, já agora, igualmente a penúltima estrofe de um outro, e não menos belo, texto, “Campo com mulher ao fundo”:

Fi-la estender os seus braços na terra húmida
de um breve orvalho, e contei os passos que faltavam
para romper o canal e descobrir, nesse rio de espumas
sensuais, uma deriva de aves perdidas da sua migração.
E pousei-a numa cama de tábuas e de estevas, coberta
por um pano de palavras tecidas pelas mãos do amor,
desenhando os seus lábios com o sulco de asas que
arranquei ao voo de uma sombria libélula. Toquei
nos seus seios o seu casulo; e senti uma respiração suave
como a aragem que atravessou a colina de onde a vi
descer, empurrada pelos braços de um desejo
de cadências obscuras, de mudos suspiros, de
uma floração de murmúrios ao ouvido da noite.

Não é forçoso dispor de especial clarividência para recensear nestes versos, exemplares perfeitos de orquestração de uma continuidade melódica, bem ao gosto da pacificação formal judiciana, a presença de uma notória visualidade. E este é o segundo ponto a enfatizar. Dir-se-ia, pois, estarmos perante a reprodução verbal de uma descrição visual a cargo de um sujeito expressivo suficientemente hábil para domar a impressão em encenação, o que não é de admirar num poeta dado à exultação imagística. Não estaremos, como se percebe sem custo, neste minucioso controlo da representação, longe da pintura e da sua força expressiva. Tanto mais que o título do poema (“Campo com mulher ao fundo”) remete justamente para o campo da perceção visual.

A noção de enquadramento, observe-se, não se confina a este poema, regista-se noutros, o que vem realçar a relevância concedida por Júdice ao confronto com as outras artes, especialmente a pintura e o cinema. A propósito da sétima arte, recomende-se a leitura atenta e demorada de, pelo menos, dois poemas de *O Mito de Europa*: “Poema aparentemente clássico, numa fusão de imagem e som” e “Vem aí o cinema”. No tocante à pintura, não será inoportuno transcrever, não obstante a extensão, “Aula de pintura em cape cod”:

A mulher está de costas para o mar, de frente
para os alunos que a desenham. Não lhe vemos o rosto
nem sabemos o que eles desenham: se
o corpo inteiro, se partes dele, se a relação entre
o corpo e o mar que, de acordo com o céu que cobre
a paisagem e a casa, deve estar de tempestade. Todos,
no entanto, estão atentos à folha para onde transpõem
a mulher nua. Talvez não saibam, porém, que
o resultado do seu trabalho não será um retrato
em que ela surge tal como é, na realidade
do seu corpo, mas o reflexo da forma como a vêem,
cada um deles, de tal modo que, se compararmos
os desenhos, veremos não uma mas tantas mulheres
quantos os alunos. Mas a mulher não pensa nisso,
enquanto segura os cabelos com a mão, para que
não voem com o vento e não perturbem a harmonia
do quadro em que ela, apesar do vento, tem
de ficar nua e bem penteada.

Como é bom de ver (é caso para dizer), o que aqui se diz é a evidência, nem sempre retida com firmeza, de uma mesma realidade se prestar a múltiplas perceções visuais. Este é o terceiro aspeto da poesia judiciana a relevar. Surge recuperado, de modo igualmente explícito, noutro poema (“Um conceito de realidade”). Nele começa o poeta por escrever isto: «Perante os que olham a realidade como se fosse/ o único absoluto, sinto-me como se estivesse perante/ aqueles marinheiros loucos que, ao verem/ aproximar-se o temporal, se lançam à água,/ deixando para trás os mapas e a bússola. [...] /», para terminar em registo algo neoplatónico:

[...] esta realidade em que vivemos não passa de aparência, de simples ilusão nascida do nosso desejo de viver num quotidiano fabricado pelo pensamento. E nesse preciso momento verifico que estou perante seres abstractos, fantasmas de um arquétipo inútil, astros que se apagam no céu da consciência que, para mim, não tem mais realidade do que este papel em que escrevo, e só é real quando o leio.

A realidade empírica, diz-nos o poeta, não é senão a ilusão perpetrada pelo «pensamento» ou, se se preferir, por encenações fantásticas. Nessa medida, a poesia, posto que sob a alçada do leitor, revestir-se-ia de uma palpabilidade tão, ou mais, fiável quanto a proveniente do «céu da consciência».

Como é claro, muitas outras considerações se poderiam convocar a propósito do valor de *O Mito de Europa* e, mais latamente, a propósito da poesia de Júdice. Entre outras, a destreza de o poeta, em declarado gesto de homenagem aos autores clássicos de que se nutre, visitar textos canónicos, conforme sucede em “Sobre uma adaptação de Ovídio (Amores I-5)”; outra vertente a pedir análise prende-se com a conceção judiciana da criação poética, em especial o lugar que nela ocupa a presunção segundo a qual ser poeta significa atingir uma aguda sensibilidade através da qual o vates se transforma na caixa de ressonância de um Anjo ventríloquo chamado silêncio. Nas palavras de Júdice: «[...] e quando o dia chegar/ ao fim, e a noite me encher com o seu/ silêncio, basta que ouça o eco dessa voz/ remota como bálsamo/ que se derrama no espírito. Escrevo,/ então, o que ela me diz, e aplico-me/ na caligrafia da solidão./».

Conclua-se, observando, já que ainda de Europa se não falou, que a parte final do livro (“O Mito de Europa”) consiste bastante numa vinculação da poesia à causa humanitária. E isto por esta se assumir sem rodeios porta-voz daqueles, às portas da Europa, cuja voz é todos os dias silenciada no mediterrâneo. Seria forçoso aqui penetrar na erudição clássica de Júdice e encetar uma viagem pelos mitos antigos da fundação europeia, mitos esses de que carece a Europa à conta de uma injustificável perda de memória coletiva. Fiquemo-nos por estes impressionantes versos, que podem funcionar como base emotiva de consenso social a favor dos refugiados:

[...] a ceifeira estende
o seu braço sobre os mares. E se na sua caveira
enrugada não cabem as lágrimas, talvez tape os ouvidos
aos lamentos dos que a água engole, para não mais devolver os
sem nome, os sem rosto, os sem nada, os que atravessaram desertos]
e ruínas para atingir a margem que um dia sonharam, e
responderam ao desafio de um destino com a entrega das suas vidas]
ao gume das ondas e ao peso da noite, juntando-se
aos que já enchem os porões afundados com o vácuo
dos seus corpos.

¹ Presidente do Júri do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda.

² Pense-se em Vasco Graça Moura.

³ Pense-se, agora, em Adília Lopes e na forma como a sua dicção se converte em plebeização.



© IRISNEWS

“Sá de Miranda é, como não podia deixar de suceder, uma das minhas referências na poesia portuguesa.”

Nuno Júdice

ENTREVISTA A NUNO JÚDICE

por Sérgio Guimarães de Sousa
spgsousa@ilch.uminho.pt

Poeta, ficcionista, ensaísta, Nuno Júdice é, seguramente, um dos mais notáveis escritores portugueses. Vasta e traduzida em diversas línguas, a sua obra tem sido reconhecida com importantes prémios nacionais e estrangeiros, entre os quais, em 2013, o XXII Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-americana. Revelador do seu imenso prestígio é ainda o facto de os seus poemas serem publicados em França pela muito prestigiada editora Gallimard.

São, em *O Mito de Europa*, diversos os poemas marcados por uma sensualidade, dir-se-ia, quase tocante, a qual, como seria expectável, anda a compasso com o desejo. De que forma é que o desejo, nas suas diversas declinações, é crucial na sua obra poética?

Aquilo a que se pode chamar sensualidade decorre de um caminho que se iniciou em *Teoria geral do sentimento* e que, a partir de então, tem estado presente na maior parte dos meus livros. Trata-se do predomínio daquilo a que Freud chamou a pulsão de vida, oposta à pulsão de morte, e que ele analisa a partir da mitologia através do conflito entre Eros e Thanatos. Eu poderia dizer que, depois de uma presença muito forte da preocupação com a morte que é transversal aos meus primeiros livros, há uma emergência dessa força que vem de Eros, procurando um sentido para o destino da humanidade no seu lado apolíneo. E é aqui que se inscreve a palavra desejo, que não se limita à sua conotação erótica mas vai numa direcção mais profunda, procurando associar Eros ao próprio gesto da escrita, ou seja, a essa comunicação que necessariamente o poema tem de estabelecer com o seu destinatário, real ou imaginário, fazendo com que o poema possa despertar a pulsão de vida que está na sua origem devido ao facto simples de que o acto poético ocorre a partir desse desejo de sobrevivência. A pergunta prévia a isto é a seguinte: porque é que se escreve um poema? E é no momento de resposta a esta pergunta, que é escrever o próprio poema, que esse desejo se manifesta. Se ele for transmitido no momento da leitura, isso significa que o poema contém tudo o que é necessário para fazer dele um objecto portador não apenas de significado ou de uma qualquer habilidade formal, mas sobretudo de uma expressão daquilo que é essencial num poema: uma presença real, não no sentido de qualquer verdade do sujeito ou de uma expressão emotiva, mas no de uma voz que nos fala e que nos permite ouvi-la, independentemente de tudo o que está na sua origem: realidade, literatura, fingimento ou sinceridade.

Outro ponto temático algo decisivo em *O Mito de Europa* tende a ser o questionamento da realidade. Ou melhor, a desmistificação da realidade enquanto empírico unívoco. Dito ainda de outro modo: poemas há em que enfatiza o facto de a realidade se prestar a geometrias variáveis, ao arrepio do que possam pensar os adeptos das certezas inequívocas. Ora, como vê o mundo de hoje, à mercê de um ideal regulativo pautado pelo incessante devir tecnológico e pela, conseqüente, drástica tendência de tudo se reduzir à percepção tecno-digital? Que lugar pode (ainda) ocupar a poesia numa realidade cada vez mais emanada de algoritmos e assaz determinada pelo irrestrito triunfo das imagens?

Sendo estranho ao que se passa, actualmente, no plano de uma criação que vai buscar a essas fórmulas as suas receitas, a minha poesia segue o rumo que nenhuma intenção ou tentativas de ruptura conseguiram interromper: o poema é a manifestação plena de uma subjectividade que está muito para lá do sujeito individual. Poderia dizer que, no momento da escrita, o eu é, inquestionavelmente, o ser daquele que escreve; mas a esse eu juntam-se todos aqueles que o fizeram, todos os que passaram pela sua vida e o modificaram ou ajudaram a formar, todos os livros que leu, toda a cultura que faz parte do seu universo, ou seja, num poema, por pequeno que seja, é a humanidade que está presente, num ou noutro aspecto. E é aqui que reside aquilo que se chama a universalidade da poesia: a capacidade de chegar a qualquer pessoa em qualquer canto do mundo, não ficando restrita ao espaço e à língua em que foi escrita, embora esta seja determinante para a sua originalidade, ou melhor, diferença em relação ao que é escrito noutras línguas dado que a nossa identidade é constituída a partir do momento em que aprendemos a falar a nossa primeira língua. O problema que, hoje, se coloca nesse mundo assente na imagem e na comunicação imediata, que se esgota no preciso momento em que é transmitida, é que esse fenómeno, não sabemos ainda se definitivo, é inteiramente contrário ao mundo do poema que obriga a uma atenção a cada palavra, e se prolonga muito para lá do momento em que o lemos uma vez que qualquer leitura de um poema não permite apreender a sua totalidade. Talvez seja precisamente esta característica da linguagem poética que a torna tão necessária nos dias de hoje.

Uma das mais evidentes marcas distintivas da sua obra, e que reencontramos sem grande custo em *O Mito de Europa*, é o investimento intertextual. Não é, pois, difícil recensear ressonâncias literárias nalguns dos seus mais significativos textos. Além de Camões e de outros clássicos, que autores mais recentes revisita com assiduidade?

Tenho por princípio, não apenas em relação a mim mas a qualquer poeta, que a poesia não existe sem que o poeta tenha um amplo conhecimento da poesia do passado e do presente. Sem essa cultura, não é possível chegar ao domínio da escrita do poema que permita que este o seja, de facto, e não apenas um documento traduzindo um estado de espírito ou uma boa intenção. Em *O mito de Europa* está presente, por isso mesmo, uma memória de um passado épico e mitológico assente na cultura greco-latina, adaptado ao momento presente. Não há aqui nenhuma ideia de regressar ao que foi essa literatura nem de a parafrasear, mas senti que o mundo actual, apesar de todas as suas virtudes decorrentes do progresso da ciência e da mudança dos costumes, tem aspectos que nos trazem de novo uma visão de um apocalipse que hoje vivemos em várias dimensões, sem que se veja uma saída para os múltiplos conflitos latentes. A poesia pode ser o sintoma desse mundo e dessas novas experiências, e foi o que procurei fazer, sem qualquer ideia de ser um moralista ou um missionário de bons sentimentos, nesse último poema. O que a poesia pode fazer, de facto, é abrir um olhar transformador da realidade, e dar uma perspectiva em que todas as dimensões dessa realidade estejam presentes. Quanto a um possível intertexto, para além desses poemas da antiguidade, há aqui uma leitura de Paul Éluard e de André Breton que fui fazendo ao longo da sua escrita, estando neste momento a trabalhar a partir de Neruda, de Octavio Paz, de Yannis Ritsos, entre outros, na escrita de um novo livro.

***O Mito de Europa* evoca uma hábil articulação entre a cartografia mitológica que se acha na origem da realidade europeia e um estado de coisas actual trágico: refugiados, famintos de tudo, presos a um objecto de desejo tão perto e, afinal, tão distante – o (ilusório) sonho europeu. Podemos, se é que não devemos, ler *O Mito de Europa*, antes de tudo, como um grito de revolta? O grito de revolta de quem assiste a uma crise sem fim, a dos refugiados, conjugada com a acelerada perda dessa memória colectiva europeia que é a dos seus mitos fundadores?**

A revolta é necessária perante o que está a acontecer; mas não creio que a solução esteja nesse regresso a uma «caridadezinha», sem dúvida necessária para resolver aspectos pontuais do problema, mas em procurar resolver a situação na origem dos problemas: o negócio de armas, o imperialismo caótico que sucedeu ao momento da divisão do mundo em dois blocos, o que permitia um certo domínio do que se passava nas zonas de conflito, circunscrevendo os focos de tensão e de luta. Com os dirigentes que temos nas grandes potências não me parece que haja saída; e só a Europa poderia constituir uma força de mediação que, infelizmente, a demagogia que anda à solta nalguns dos seus grandes países, tem posto de lado.

Tendo *O Mito de Europa* vencido a 1.^a edição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda, esta pergunta final impõe-se: qual o lugar reservado ao poeta do Neiva na sua obra?

Sá de Miranda é, como não podia deixar de suceder, uma das minhas referências na poesia portuguesa. Juntamente com Camões e Bernardim Ribeiro, fazem parte da minha Santíssima Trindade de clássicos que me inspirou e que continuo a ler. Passei pela mesma experiência dele, quando deixou Portugal para ir para o que, então, era o centro da Europa cultural, que era Itália, e tal como ele procurei trazer para a poesia portuguesa o que aprendi com outras culturas que, no meu caso, foi sobretudo a francesa. Mas nunca deixou de ter Portugal no centro das suas atenções e fez parte, quando Portugal se empenhou nos Descobrimentos, dos que defendiam o culto da terra e chamaram a atenção para o despoamento a favor de uma riqueza de que pouco proveito o país tirou. Por estes motivos, continua a ser uma referência a ter em conta pela dimensão universal da sua poética e pelo cosmopolitismo de que sempre deu provas. Este prémio honra-me pelo nome que tem e por essa minha identificação com a exigência e o rigor do verso que Sá de Miranda renovou na sua época, e se mantém inteiramente actual como o comprovam as várias glosas que poetas contemporâneos, de Carlos de Oliveira a Gastão Cruz, dele fizeram.





UM
POEMA INÉDITO
DE NUNO
JÚDICE

Nuno Júdice
judice@netcabo.pt

INSTRUÇÕES PARA UM TRABALHO DE ARQUEOLOGIA PESSOAL

Ouve bem: cava dentro de ti, atira para o lado o que morreu, o que se perdeu na noite da memória, o que não passa de imagens rasgadas no lixo do tempo. Faz como o arqueólogo: separa o que te pode restituir a vida que perdeste, não porque a possas recuperar, mas porque ao ver, sobre a mesa do presente, esses fragmentos que sobreviveram, limpos do que os sujou, poderás sentir de novo aquilo que eles te deram, esses rostos, esses nomes, esses cabelos que o vento do passado fez voar, antes que a idade os manchasse com a poeira branca dos anos. Talvez ainda consigas ouvir a voz que chamou por ti, ou dizer a frase que te esqueceste de murmurar e que, talvez, tivesse mudado o teu destino. Pega em cada um dos pedaços que encontraste no campo que escavaste; e pode ser que tenhas nas tuas mãos essa pele suave de outrora, a mão que apertaste, e não se soltou da tua, ou o corpo que, num instante, pudeste abraçar, e ainda hoje te acompanha como a mais presente das ausências. E por fim, para que nada se perca, cobre tudo com a areia dos sentimentos, para que nada se corrompa com o ar dos dias que passam.

COLABORADORES

Anabela Costa, licenciada em História pela Universidade do Minho, pós-graduada em Ciências Documentais (Ramo Bibliotecas) pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em História Contemporânea pela Universidade do Minho. Bibliotecária na Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda e Coordenadora da Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura da CIM Cávado (RIBCA) (2018/2019).

Cunha de Leiradella, nasceu em 1934, na antiga freguesia de São Paio de Brunhais, concelho da Póvoa de Lanhoso, entre neve, lobos e javalis. E contrabandistas, que ainda os havia naquele tempo. E os seus primeiros vagidos literários foram de poeta. Criminoso venial, felizmente, nunca publicou os versos em livro. Mas continuou matando letras a pau, primeiro com uma Olivetti Letera 22 e, depois, com um PC 386; hoje transformado numa velocíssima máquina que só não fala japonês, nem javanês. Formado pela General Idea University, com PhD em Miscellanea e outros badulaques, confessa que Eça de Queirós, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Ernest Hemingway, Dashiell Hammett, Eugène Ionesco, Samuel Beckett e Albert Camus muito o influenciaram. Mas tem por certo que a vida foi a sua melhor professora. Maléfobo inveterado, aterrou no Rio de Janeiro no dia 21 de abril de 1958, onde residiu 22 anos, com um lenço branco no bolso, um curso de Direito interrompido e uma cuca prestes a fundir-se. Não fundiu a cuca, mas também não pagou analista. Escreveu em jornais, e em tudo que desse pé, começando pelo *Portugal Democrático*, e andou pelo *Teatro Tablado*, com Maria Clara Machado e Napoleão Muniz Freire. Com Amir Haddad e Maria Helena Khünner, em 1965, fundou o *TUCA-RIO (Teatro Universitário Carioca)*. Foi no espetáculo *O Coronel de Macambira*, dramatização do poema de Joaquim Cardozo, primeira montagem do grupo, onde apareceram artistas do porte de Renata Sorrah e Roberto Bonfim, ainda hoje grandes atores do teatro e da televisão brasileira. Saboreador de um bom cachimbo e de um bom conhaque, fumou cigarros por injunção e foi sócio honorário de todas as fontes magnesianas de Caxambu e arredores. Residiu em Belo Horizonte de 1980 a 2003, onde, em 1985, fundou e presidiu o *Sindicato dos Escritores do Estado de Minas Gerais*. Hoje, mora nos valados da casa onde nasceu.

Elisa Lessa, é professora na Universidade do Minho desde 1987. Licenciou-se no Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, obteve o seu Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1992) e doutorou-se em Ciências Musicais Históricas, na Universidade Nova de Lisboa (1998) com uma dissertação sobre a música nos mosteiros beneditinos portugueses (séculos XVI-XIX). É membro da direção da Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural e publicou diversos artigos sobre educação musical e história da música.

Eugénio Lisboa, licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico,

foi gestor no ramo petrolífero, tendo sido diretor-geral da Companhia Française des Pétroles. Em paralelo, lecionou literatura em diversas universidades (Lourenço Marques, Pretória, Estocolmo, Aveiro). Exerceu ainda funções diplomáticas de Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal em Londres. Foi também presidente da Comissão Nacional da Unesco. Crítico literário e ensaísta, é o mais reputado especialista da obra de José Régio, autor sobre o qual escreveu livros de referência, como, a título de exemplo, *José Régio. A Obra e o Homem (1976)*. Membro da Academia das Ciências de Lisboa (Classe das Letras), Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Nottingham e Aveiro, foi também agraciado com o grau de Comendador da Ordem do Mérito e com o grau Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Em 2018, recebeu o Prémio Tributo de Consagração, outorgado pela Fundação Quinta das Lágrimas.

Fernando Almeida, nasceu em Braga em 1984. Licenciado em Artes Plásticas-Escultura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Fez o Curso de História da Arquitetura em Portugal pela Universidade do Minho. Atualmente vive e trabalha na cidade do Porto onde colabora ativamente em diversos projetos de índole cultural e social. Desde 2009 coordenou e programou diversas atividades como exposições, ciclos de discussão e reflexão, ciclos de cinema, projetos de desenvolvimento comunitário, oficinas educativas entre outras de cariz cultural. Diretor artístico do Encontro Amares, “Porto de Crianças” da Câmara Municipal do Porto e do “O Porto todo no Coliseu” do Coliseu do Porto. Diretor executivo da Pele – Espaço de Contacto Social e Cultural e do MEXE – Encontro Internacional de Arte e Comunidade. Coordenador artístico dos Festivais Milhões de Festa em Barcelos e Tremor nos Açores. Elemento da Comissão de Consultoria Cultural da Junta de Freguesia do Bonfim-Porto.

Fernando Pinheiro, nasceu em 1949 em Barcelos. Aí concluiu a instrução primária, e a partir de 1958 frequentou estudos secundários no Liceu Sá de Miranda, de Braga. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1988. Fundou “A Capoeira” – Companhia de Teatro de Barcelos, em 1976, da qual continua a ser o seu ator e diretor artístico, e a Autores de Braga – Associação Cultural e Literária, juntamente com destacados homens de letras da cidade no ano de 1990. Durante 25 anos foi professor de diversos graus de ensino e a partir de 1982 tornou-se Técnico Superior de Ação Cultural da Câmara Municipal de Braga. No plano literário publicou seis livros de contos: *Retábulo da Folia* (1984), edição da Autores de Braga, *Sete Salmos e uma Lenda* (2002), com a chancela da Palavra d’ Honra - Barcelos, *O Pugilista de Deus e Outros Contos* (2005), último título da extinta Autores de Braga, *Linho de Cuco* (2005), pela Editorial Palavra d’Honra, *O Voo do Gafanhoto* (2008), *Opera Omnia, Jardim das Delícias* (2009), Calígrafo. O seu projeto ficcional conta ainda com os romances *Sonho e Paixão em Apúlia*, na Cooperativa Milho-Rei, Barcelos (1987) e *A Forasteira* (1991), constituindo este último o primeiro título da coleção literária da Autores de

Braga. Publicou três títulos poéticos: *Liricassim/Liricanão* (1983 e 2003), *Odes, Sonetos e Coisas do Género* (2003) e ainda *Políticas, Satíricas e Sentimentais* (2004), de cujo texto organizou um espetáculo de teatro poético, para além da edição dos títulos juvenis *Queda num Poço de Luz* (1978) e *Çara a Voz Contra o Vento* (1979). Participou em várias coletâneas. Escreveu e adaptou teatro, representado mas não publicado e organizado em trilogias pantomímica: *A Bicicleta do Palhaço*, *Tristão e Alegria em Casa e Tristão e Alegria na Praia*; e de cordel: *O Pátio das Comédias, A Taberna dos Tolineiros e O Julgamento das Taberneiras de Lisboa*. Escreveu as farsas *Barcelos By Nighth*, e *O Fim do Último Episódio*, para além de ter apresentado duas peças de teatro para a infância: *Constantino Guardador de Vacas e de Sonhos*, a partir de Alves Redol e *O Mistério do Fantoche Abandonado*. No domínio da tragédia escreveu *A Paixão de Cristo*, adaptada da obra *O Mártir do Calvário*, de Eduardo Garrido. É autor de várias monografias. Como ator amador já representou cerca de 50 personagens diferentes em mais de mil representações, um pouco por todo o país e Espanha, numa carreira iniciada na sua juventude, e como encenador já levou à cena 78 peças de todos os géneros, em numerosos grupos da região do Vale do Cávado, mas com clara vantagem para “A Capoeira” – Companhia de Teatro de Barcelos, seu grupo de sempre.

Isidro Araújo, é professor do ensino secundário e exerce hoje funções de vereador da Cultura, Turismo e Património na Câmara Municipal de Amares. Licenciado em Humanidades, é mestre em literaturas clássicas pela universidade Católica Portuguesa. Durante cerca de dez anos entregou-se à formação contínua de professores, tendo sido diretor do centro de Formação de Professores de Entre Homem e Cávado e diretor do centro de Formação de Professores do Alto Cávado. Foi ainda deputado na Assembleia da República, tendo marcado a sua presença nos trabalhos da Comissão de Educação, Ciência de Cultura.

Jonas Costa, é jornalista. Pentaneto de Braz Fernandes Ribas, nasceu em 1986, no município de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais. Bacharelou-se em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Sapucaí. Autor de *A Rainha Operária e sua Colmeia Negra* e de outras obras, integra a Academia de Letras, Ciências e Artes de Santa Rita do Sapucaí.

Nuno Júdice, ensaísta, crítico literário, ficcionista e poeta, foi professor na Universidade Nova de Lisboa, dirigiu diversas revistas literárias, sendo o atual diretor da revista *Colóquio/Letras*. Foi também diretor do Instituto Camões em Paris. A sua obra literária, vastíssima (36 títulos de poesia e 18 de ficção), encontra-se amplamente traduzida (Espanha, Itália, França, Suécia, Dinamarca, República Checa, Venezuela, Inglaterra, México, Irão, Marrocos, Albânia, Grécia, China, Líbano, Colômbia, Canadá) e mereceu múltiplos e relevantes prémios nacionais e internacionais. Nomeadamente, o Prémio Internacional Ibero-Americano Rainha Sofia de Espanha (2013); ou, três anos antes, o Prémio

Review 2000 da Associação Internacional de Críticos Literários.

Foi o primeiro poeta distinguido com o Prémio de Poesia Francisco de Sá de Miranda, atribuído ao livro *O Mito de Europa*.

Paulo Oliveira, nasceu em Guimarães em 1963 e é historiador da DRCN. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Universidade do Porto. É pós-graduado em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É mestre em História Contemporânea pela Universidade Católica Portuguesa, com a defesa da tese *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percorso para a Extinção (1800-1834)*. Foi professor do ensino preparatório e do ensino secundário e desde 1992 exerce funções no Mosteiro de São Martinho de Tibães. Proferiu variadas comunicações em colóquios e congressos e tem diversos artigos publicados, que incidem, essencialmente, sobre o Mosteiro de Tibães e a Congregação Beneditina.

Sérgio Guimarães de Sousa, é professor na Universidade do Minho desde 1997. Pertence ao Conselho Editorial e/ou Consultivo de diversas revistas e é membro do Comité de Leitura da coleção “La Langue Portugaise en Cultures”, da editora Presses Universitaires de Nanterre; e membro do Conselho Científico, para a área dos Estudos Lusófonos, das Éditions Presses de la Sorbonne Nouvelle. Lecionou cursos breves e seminários em diversas universidades, tendo sido, igualmente, Professor Convidado na Universidade Blaise Pascal (Clermont Ferrand), na Universidade de São Paulo, FLAD/Michael Teague Visiting Associate Professor na Brown University; e ainda Professor Visitante na University of Massachusetts Dartmouth, titular da Cátedra “Hélio and Amélia Pedroso/Luso-American Endowed Chair in Portuguese Studies”. Para além de diversos artigos (cerca de uma centena) publicados em revistas da especialidade, publicou e coeditou dezenas de livros, entre os quais: *Relações Intersemióticas entre o Cinema e a Literatura* (2001), *Literatura & Cinema* (2003), *Dicionário da Obra de António Lobo Antunes* (2008), *Estética e Ética em Sá de Miranda* (2011), *Quem Sou Eu? Ensaios sobre António Lobo Antunes* (2015). É ainda responsável (e corresponsável) pela fixação de texto de diversas narrativas camilianas. É membro do P.E.N. Clube Português. Foi distinguido com os Prémios Engenheiro António de Almeida (1995) e com o Prémio Júlio Brandão (1997).

FICHA TÉCNICA

BOLETIM CULTURAL DE AMARES

Editor

Município de Amares

Diretor

Isidro Araújo

Diretor-adjunto

Sérgio Guimarães de Sousa

Coordenadora Editorial

Anabela Costa

Comissão Científica

André Corrêa de Sá (Universidade de Santa Barbara, Califórnia)

Eugénio Lisboa (Universidade de Aveiro)

João Paulo Braga (Universidade Católica)

Otilia Martins (Universidade de Aveiro)

Patrícia Martinho Ferreira (University of Massachusetts Amherst)

Sérgio Guimarães de Sousa (Universidade do Minho)

Design

H2com

Composição gráfica

H2com

Impressão

Graficamares

Tiragem

500 exemplares

Depósito Legal

462650/19

ISSN

2184-6162

Comigo me desavim,
sou posto em todo perigo;
não posso viver comigo
nem posso fugir de mim.

Com dor da gente fugia,
antes que esta assi crecesse;
agora já fugiria
de mim, se de mim pudesse.
Que meio espero ou que fim
do vão trabalho que sigo,
pois que trago a mim comigo
tamanho i(ni)migo de mim?

Francisco de Sá de Miranda